

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

JEÍZA DAS CHAGAS SARAIVA

**O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DA VIDA DAS MULHERES QUE  
SOFREM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO RECIFE**

**Recife**

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

**O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DA VIDA DAS MULHERES QUE  
SOFREM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO RECIFE**

Dissertação apresentada por Jeíza dasChagas Saraiva em cumprimento às exigências do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: **Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Lady Selma  
Ferreira Albernaz**

**Recife**

2010

**Saraiva, Jeíza das Chagas**

**O processo de reconstrução da vida das mulheres que sofrem violência doméstica no Recife / Jeíza das Chagas**

**Saraiva. – Recife : O Autor, 2010**

**159 folhas : il., fig., tab.,**

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Antropologia. 2010.**

**Inclui: bibliografia apêndice e anexo.**

**1. Antropologia. 2. Violência contra as mulheres. 3. Violência dentro de casa. 4. Política Pública. I. Título.**

**39  
390**

**CDU (2.  
ed.)  
CDD (22. ed.)**

**UFPE  
BCFCH2010/141**



## **AGRADECIMENTOS**

Considerarei essa parte uma das mais difíceis desse trabalho, pois, reconhecer e agradecer as pessoas que foram de extrema importância no decorrer da minha vida pessoal e acadêmica não é tarefa fácil. Eis aqui o momento que a intenção é mais valorosa do que as palavras que possam tentar exprimir minha gratidão por ter contado com a amizade, carinho e incentivo de cada um de vocês.

O grande palco da vida, cada dia monta um novo “script” e nesse contexto, novas/os atrizes e atores vão surgindo para compor o cenário. Alguns sempre presentes, outros nem tanto, mas com igual importância. Cada uma/um através dos incentivos, ajudas que apareciam de variadas formas, numa palavra amiga, num gesto, criaram o acolhimento necessário em todo esse processo, sendo substanciais para o meu fortalecimento nessa caminhada. Os caminhos seriam mais difíceis se não fosse pela presença de cada um de vocês na minha vida.

Início meus agradecimentos por: Lady Selma, minha orientadora, a quem devo muito. Obrigada por ter apostado na minha ideia e ter aceito essa empreitada, caminhando junto comigo em todos os momentos da construção desse trabalho. Agradeço a atenção, presteza e carinho sempre presentes. Grata por me orientar em todos os momentos necessários.

A minha família, por todo amor dedicado, pelo entendimento dos momentos que não pude estar presente, pela aposta, por tudo que vocês representam na minha vida. Amo vocês: Joel Saraiva, Luzinete Saraiva, Jevson Saraiva, Marusa Saraiva, Jamily Saraiva (a princesinha), Jonathas Saraiva e Suzankelly.

Aos professores: Parry Scott, Marion Teodósio, Felipe Rios, Rosineide Cordeiro, pelas preciosas contribuições sempre tão importantes para o amadurecimento das reflexões dessa pesquisa. À Aparecida Nogueira (Cida).

Aos funcionários do PPGA: à querida Ademilda (Adê), Regina, Ana, Mirian, Jonas, Andrea.

A Verônica Ferreira pela atenção dedicada de sempre, a SOS Corpo, Lilia Blima Schraiber, ao Grupo de Epistemologia Feminista e ao FAGES (núcleo do qual tenho orgulho em fazer parte).

A Agência Financiadora Capes/SPM que possibilitou a realização dessa pesquisa.

A Ana Paula Furtado, suas contribuições enriqueceram profundamente as minhas construções. Obrigada pelo carinho dedicado, pela amizade que cada dia se solidifica. Pelos apoios e estímulos. Exemplo de força, determinação e competência. A você toda a minha admiração e carinho.

A turma de mestrado 2008 por todos os momentos compartilhados, pelo acolhimento e amizade dispensados. Sinto-me honrada em ter feito parte dessa turma e poder ter convivido com vocês: Gleidson Vieira, Mariana, Paloma, Karina, Gilson, Lúcia Helena, Chris, Michele, Gisele, Ester, Martins, Juliana, Ana Laura, Fernando Sabonete, Nicole, Fernanda, Eduardo, Hugo, Karina Leão, Márcia, Dayse, Délio, Fernando Barros.

A vida criou situações e fez com que eu conhecesse pessoas muito especiais que se tornaram peças fundamentais e em alguns momentos me ajudaram em muitas das minhas escolhas. Nesse caminho, as relações que se formaram transpassavam os espaços acadêmicos, tive o grande prazer de tê-los perto ou longe, mas presentes de

alguma forma: Mariana Azevedo, Clélia Francelina, Luana Lewis, Cecília Rito, Márcio Abreu, Breno Bittencourt, Ricardo Alexandro, Bárbara Luna, Bruno Santiago, Karina Leão, Normando Jorge, Natália Paulino, Fernando Semente, Lenira Pereira, Alexsandra Mergulhão, Kaliane, Raquel Aquino, Izabel Rodrigues (Bel), Vitor Rodrigues, Francisco Marcelo (Marcelão), Rosangela.

Outras pessoas nesse cenário iam surgindo, contribuindo para que as fronteiras fossem ampliadas: Mário Júnior (meu grande companheiro), D. Salete, Sr. Mário, Andréa, Fábio, João Gabriel, Jorge Pedro (Pepê), Márcia Medeiros, Lenise, Akhenaton, Luís, Helena Tenderini, Jonhy Cantareli, Odijas Almeida, Carlinhos e Cláudia, Sheila Bezerra, George de Souza, Marcelo Falcão, Derlene Falcão, Andresa, Sumaia, Suzane, Sharla, Andrea, Fátima Casado, Bruno Galvão, Fábio Neri, Bruna Brainer, Emerson Paulo (Mecinho), Paulinha Galvão, Adilza, Adones, Júnior, Rafael Lopes, Hugo Menezes, D. Mariza.

Não podia deixar de destacar minhas grandes e especiais amigas: Irla Franco (Irlinha), Juliana Estorlando (Ju surf), “meninas-mulheres da pele preta”. Obrigada por todo incentivo, carinho e companheirismo dedicados. Compartilhar as “dores e as delícias” da vida com vocês é muito prazeroso. Por tudo e por serem tão presentes, alegrando, inclusive, os dias que parecem “cinza”.

Minhas amadas: Ana Cláudia Rodrigues (Claudinha), Dayse Luna (Deisoca), por toda cumplicidade, amizade, conselhos, apoios. Vocês ocupam um lugar especial na minha vida, por isso são minhas “irmãs de alma”.

Como agradecer a você Mercês Santos (Mê)? Mais uma vez comigo nos momentos mais difíceis. Competência, amizade, força, determinação, fazem de você a pessoa admirável que és. “Superlativa”, talvez fosse essa a palavra que melhor se

encaixaria para definir você. Exagero? Não. É assim que te vejo e te sinto, minha amiga. Nossa amizade já se eternizou por tudo que atravessamos e dividimos.

A você Juliana Souza Leão (China), obrigada pela confiança, pelas noites não dormidas, contribuindo com discussões que se tornaram indispensáveis para a construção desse trabalho. Obrigada por fazer parte da minha vida da forma que fazes. Com toda sua simplicidade, me mostras o verdadeiro significado da amizade. “Somos o equilíbrio” e por isso, nos tratamos como irmãs.

E por fim, a Juliana Pontes (a Rasta), é difícil encontrar as palavras que possam representar minha gratidão a você. Obrigada Ju por todo companheirismo, amizade, cuidado, carinho, proteção, apoio, lealdade, paciência. Por compartilhar todos os momentos, me mostrando o sentido pleno de uma verdadeira amizade. Fazendo-me acreditar que “tudo sempre se organiza e que tudo vai dá certo”. Obrigada pela generosidade, por resgatar sempre o meu melhor. Amo você minha amiga/irmã.

A vocês minhas “amigas-anjos”, ofereço esse poema:

Além da Terra, além do Céu,  
no trampolim do sem-fim das estrelas,  
no rastro dos astros,  
na magnólia das nebulosas.  
Além, muito além do sistema solar,  
até onde alcançam o pensamento e o coração,  
vamos!  
vamos conjugar  
o verbo fundamental essencial,  
o verbo transcendente, acima das gramáticas  
e do medo e da moeda e da política,  
o verbo sempre amar,  
o verbo pluriamar,  
razão de ser e de viver (Carlos Drummond)

A todos vocês, meus profundos e mais sinceros agradecimentos.

*Trata-se de liberar a vida lá onde ela é prisioneira*  
(Deleuze e Guatarri, 1997, p.23).

## Resumo

Este trabalho objetiva compreender como as mulheres interrompem as situações da violência doméstica, numa perspectiva das relações de gênero, desvendando os caminhos percorridos, a continuidade de suas histórias e resignificados que atribuem as suas vidas. Por meio de entrevistas, com mulheres que interromperam ou tentaram romper este tipo de situação, procurou-se reconstruir a rota que elas trilharam na tentativa de efetivar essa reestruturação. Também buscou identificar as estratégias e os fatores decisivos no rompimento da violência. Os resultados encontrados destacam a importância de apoios de uma rede de relações pessoais e institucionais, considerada essencial, para que a ruptura e a reconstrução das suas vidas tenham início. A família aparece como indispensável, entretanto, as instituições precisam dar todo suporte jurídico e psicológico para que esse processo de ruptura se concretize. É na busca por esses apoios institucionais que os pontos falhos nas políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, surgem. Os resultados da pesquisa apontam para a complexidade e da multiplicidade de estratégias criadas pelas mulheres para romper e reconstruir suas vidas “pós-violência”. Com essa pesquisa, espera-se contribuir com as discussões sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, tendo em vista seu redimensionamento na perspectiva do fortalecimento das estratégias que as mulheres utilizam e/ou precisam utilizar neste processo.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; relações de gênero, Redes de apoio; Ruptura da violência doméstica.

## ABSTRACT

This work aims to understand how women interrupt the situations of gender violence, unveiling the route taken, the continuity of their histories and resignified meanings they attribute to their lives. Through the accomplishment of interviews, with women who had interrupted or tried to breach this type of situation, one has tried to reconstruct the route that they had trod in the attempt to achieve this reorganization. Also one has tried to identify the strategies and the decisive factors in the disruption of the violence. The results show the importance of supporting by a net of personal and institutional relations, considered essential, so that the rupture and the reconstruction of their lives can take place. Family seems to be substantial; however, institutions need to carry out all the legal and psychological support so that this process happens. It is in the search for these institutional supports that the defective aspects in the politics of confrontation to the violence against woman are highlighted. The covered route is useful to comprehend the complexity and the multiplicity of strategies created by the women in order to breach and to reconstruct their “post-violence” lives. One expects, with these results, to contribute in the dialogues of the public politics of confrontation to violence against woman, displaying their positive points and where the institutions need to make adjustments regarding in fact fortifying the strategies that women use and/or need in this process.

Keywords: violence against women, supporting nets, disruption of gender violence.

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1:** Organograma da Rede de enfrentamento a violência contra a mulher.....59

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1** – Taxa de homicídios, de homens e mulheres, nos períodos de 1999 a 2004 – comparação entre Brasil e Nordeste.....37

**Tabela 2** – Comparação dos homicídios de mulheres e homens em três Estados brasileiros, Pernambuco (PE), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).....37

**Tabela 3** – Comparação da violência contra a mulher na Zona da Mata de Pernambuco e São Paulo Capital.....39

**Tabela 4** – Inovações da Lei Maria da Penha.....56

**Tabela 5** – Comparação das mulheres que relataram a violência espontaneamente e quando interpeladas a partir das categorias do Movimento.....78

**Gráfico 1:** Variação dos homicídios de Mulheres em Pernambuco, de acordo com o ano.....41

**Gráfico 2:** Homicídios de mulheres por região em PE – 2002-2007.....44

## Lista de Siglas

DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
MF	Movimento Feminista
RMR	Região Metropolitana do Recife
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG'S	Organizações não-governamentais
SUS	Sistema Único de Saúde
VCM	Violência Contra a Mulher

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1.1. Estratégias utilizadas no trabalho de campo.....	24
1.2. Caracterização das entrevistadas: breve histórico.....	28
<b>CAPÍTULO 1 - Através do Tempo: Os movimentos feministas e de mulheres e as Políticas Públicas de gênero.....</b>	<b>36</b>
2.1. Violência no Brasil e Pernambuco: Amplitude da violência.....	36
2.2. Mulheres assassinadas em Pernambuco.....	40
2.3. Movimento Feminista (MF) e as Políticas Públicas.....	45
2.3.1. As Políticas Públicas para combater a violência.....	51
2.3.2. A rede de atendimento em Pernambuco.....	58
2.4. Rota de apoio e as políticas públicas: Como as mulheres usam?.....	61
<b>CAPÍTULO 2 - Ampliando os olhares: Categorias das violências definidas pelo Movimento e a visão do que é violência para as mulheres envolvidas nestas relações.....</b>	<b>74</b>
3.1. Visão da violência.....	74
3.2. A dinâmica da relação violenta.....	83
3.2.1. Sedução, tudo é amor!.....	84
3.2.2. Isolamento: trabalho, amigos, vizinhos, família.....	85
3.2.3. O ideal de família desmorona.....	85
<b>CAPÍTULO 3 – Tijolo por Tijolo: Reconstruindo a vida “pós-violência”.....</b>	<b>89</b>
4.1. Vítima e Agente: Faces de uma mesma moeda.....	89
4.1. Momento da ruptura: o pulo no abismo.....	95

4.2.1. Como significam a violência hoje?.....	96
4.3. O que é a vida delas hoje e o que fazem?.....	98

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>104</b>
----------------------------------	------------

<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>107</b>
--------------------------------------	------------

**ANEXO**

**APÊNDICE**

## INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva compreender como as mulheres interrompem as situações da violência doméstica, numa perspectiva das relações de gênero, desvendando os caminhos percorridos, a continuidade de suas histórias e ressignificados que atribuem as suas vidas.

A motivação deste estudo, partiu das questões suscitadas numa investigação da qual participei, como pesquisadora usando a observação participante na pesquisa: “Saúde da Mulher, Relações Familiares e Serviços de Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS)”, em duas capitais brasileiras, Recife/PE e São Paulo/SP<sup>1</sup>”. Surgiu então, a inquietação de como se dá o processo de reconstrução da vida das mulheres vítimas de violência ao observar, naquela ocasião, que muitas procuravam meios para dar um fim à violência que sofriam, quer na busca por instituições, apoio familiar, ou outros mecanismos que estivessem disponíveis.

Os diversos estudos e pesquisas sobre essa temática, (SUÁREZ, 1995; MACHADO, 1998; SEGATO, 2003, DEBERT, 2007; GREGORI, 1993; SAFFIOTI e ALMEIDA 1995), embora exponham muitos aspectos das situações de violência e a permanência dela, seguem no sentido de explicar a dominação/submissão das mulheres; como esse problema afeta a saúde delas; como os serviços devem ou estão lidando com essa demanda. No entanto, existe uma lacuna no que se refere ao problema aqui proposto.

Assim, poucos estudos visibilizam os caminhos percorridos pelas mulheres para solucionar seus conflitos, as respostas encontradas na superação da violência, o que

---

<sup>1</sup> Apoiada pelo CNPq- Processo nº 506705/2004-8, coordenada por Lília Blima Schraiber (FMUSP) e SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia

acontece com elas quando conseguem sair/interromper essas situações e como prosseguem suas vidas, longe ou perto dos agressores.

Schraiber (2007) diz “que a superação das situações de violência é um caminho, normalmente, visto como responsabilidade da mulher afetada”. Esse caminho é marcado por entraves que dificultam a resolução das situações e muitas vezes resultam no recrudescimento da violência. O estudo realizado por essa autora referenda os apoios buscados pelas mulheres na tentativa da superação da violência, bem como, apresenta os pontos positivos e negativos desse percurso.

Reconstruir e visibilizar os fatores que fazem com que as mulheres permaneçam nessa conjuntura e o apoio que encontram quando tentam buscar alternativas para sair dela não é tarefa fácil. Ainda mais difícil é conhecer e entender, como essas mulheres dão continuidade as suas histórias, quais são os meios utilizados para recomeçarem econômica e emocionalmente suas vidas, o que encontram de apoio efetivo para que saiam da situação de violência e aonde chegam quando conseguem, se conseguem, encontrar saídas para a violência que vivem.

Houve mudanças e ampliação da rede institucional de apoio para as mulheres em situação de violência com o surgimento de novos órgãos e políticas públicas para este fim, decorrentes do novo panorama de atuação dos movimentos feministas e de mulheres<sup>2</sup>, o que merece uma investigação. Um estudo desse tipo além de preencher uma lacuna, pode trazer à luz algumas questões possíveis de ter impacto no dimensionamento de políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulher.

Discorrer sobre a Violência Contra a Mulher (VCM) é necessariamente falar do processo de socialização de homens e mulheres. As identidades masculinas e femininas são construídas de forma hierarquizada e vão sendo corporificadas e naturalizadas.

---

<sup>2</sup> Um exemplo disso é a atual Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República. A Secretaria Estadual de Mulheres de Pernambuco, bem como a Coordenadoria da mulher da Prefeitura do Recife.

Os significados sociais e culturais atribuídos e repassados, podem ser traduzidos em termos das teorias antropológicas, na relação entre natureza e cultura na produção dos sentidos do humano<sup>3</sup>. A relação natureza e cultura, às vezes, pode ser vista como concêntrica e hierárquica. É importante ressaltar que a antropologia já caminhou bastante nesse campo e tenta desnaturalizar esta relação. Um rompimento na divisória natureza e cultura coloca em cheque visões rígidas sobre as categorias de gênero<sup>4</sup>.

A noção de gênero surgiu para destacar essa distinção. Enquanto sexo indica uma diferença anatômica inscrita no corpo, gênero se refere à construção social, material e simbólica. É a partir dessa diferença, que transforma bebês em homens e mulheres, em cada época e lugar de distintas maneiras. (SCHRAIBER e D'OLIVEIRA, 1999).

A socialização de homens e mulheres é tida como aquela que gera o comportamento coletivo. É a maneira pela qual a “delimitação” dos papéis é formada. Welzer-Lang<sup>5</sup> (2001) pontua que é nesse processo de socialização que a condição inferiorizada das mulheres frente aos homens e a absorção dessa condição acontece mais fortemente. No entanto, as teorias que explicam gênero como construção social, permitem novos avanços e mudanças nessa configuração.

Os discursos que situam a sexualidade e o gênero vão demarcando e construindo ao longo da história mulheres e homens como tipos de indivíduos ou pessoas diferentes como assinala Moore (2000). Pessoas do sexo masculino e do gênero masculino são

---

<sup>3</sup> O que podemos encontrar nas preocupações de Malinowski (e suas teorias das necessidades), passando por Lévi-Strauss (na explicação da reciprocidade através da aliança e proibição do incesto), até Geertz (e sua teoria sobre cultura e pensamento).

<sup>4</sup> Como também de raça, sendo essa última categoria considerada indispensável nos estudos de gênero e da violência contra a mulher. Entendendo que, se não existe um modelo único para sexo também não existe para raça, as categorias variam de acordo com circunstâncias históricas e contextuais.

<sup>5</sup> Na socialização masculina, para ser um homem é necessário não ser associado a uma mulher. O feminino se torna até o pólo de rejeição central, o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de ser também assimilado a uma mulher e ser (mal) tratado como tal (Welzer-Lang, 2001).

associadas a posições ativas, agressivas, impositivas e poderosas, enquanto que as pessoas de sexo feminino e do gênero feminino são vistas como essencialmente passivas, fracas, submissas e receptivas Moore (2000). Essa autora chama atenção que essas definições/padrões, não podem ser entendidas como fixas/os, existem mudanças dentro dessa dinâmica. Mas, grande parcela da explicação da violência de forma geral e da violência contra a mulher, de forma específica, vem dessas formações identitárias.

A VCM também encontra explicações na teoria do patriarcado, que demarca fortemente a hierarquia nas relações de gênero. No patriarcado, o homem exerce seu poder de mando muitas vezes através da violência. A ele é dado e legitimado o controle doméstico, marcando dessa forma os conflitos existentes impostos por essa dominação. Os espaços públicos e privados foram demarcados e as mulheres confinadas no espaço doméstico, no âmbito privado (SAFFIOTI, 2005).

Parry Scott (2004) faz um levantamento histórico antropológico enfocando as perspectivas de mudanças históricas associadas à troca, ao controle e à significação atribuída às mulheres nos contextos das sociedades nas relações familiares. Para esse autor, a definição de quem vai procriar para formar a população do país é uma questão de relações de poder sobre o acesso às mulheres (e o controle sobre elas), às quais se conferem valorizações simbólicas diferenciadas. Estando presente dentro da perspectiva da família no seu contexto histórico, P. Scott ainda associa família e gênero como sendo metáforas das relações de poder.

A família surge como mecanismo de controle da sexualidade e domesticidade, principalmente das mulheres, e dessa forma passa a existir a figura do patriarca, que age em favor do Estado, para defender seus interesses individuais e políticos. “*O patriarca centralizador assume o papel simbólico de fundador de um grupo doméstico extenso e poderoso*” (P. SCOTT, 2004, p.7) estando todos daquele grupo sob o seu domínio.

Como a violência de gênero tem muitas variabilidades e especificidades, é preciso entender as tipificações e as diferenças existentes nas conceituações. Do ponto de vista conceitual, aqui tratarei de apenas um aspecto deste problema, a violência doméstica.

Muito se fala em violência doméstica e intra-familiar. As duas estão encerradas em ações que são praticadas em relações de parentesco consangüíneas ou não. A violência intra-familiar recai sobre os membros da família nuclear ou extensa, independente do sexo ou geração. No entanto, o que a difere da violência doméstica é exatamente a não consangüinidade, essa, acontece com não-parentes consangüíneos ou afins, por ser praticada por maridos/ex, companheiros/ex, namorados/ex, (SAFFIOTI, 2002). O conceito da violência doméstica, é que norteia as reflexões desse trabalho. Mesmo que a consangüinidade demarque essa diferença, tanto a violência doméstica, quanto a intra-familiar não se limitam ao espaço do domicílio.

A ênfase dada aqui, leva em consideração tanto os aspectos subjetivos, quanto os tipos de ajuda que essas mulheres recebem dos agentes externos e as respostas que estas lhes dão para que ocorra o processo de reconstrução das suas vidas. Identificar as mulheres que rompem/romperam com essa forma de subordinação/dominação é chamar atenção ao que Moore (2000) já havia dito que, socialmente existe a construção de variados tipos de sujeitos sejam homens ou mulheres, reproduzindo ou transformando os arranjos culturais, a partir dos quais forjam suas identidades.

Início a discussão da temática, violência contra a mulher (VCM) com a crônica de Millôr Fernandes (1963): A Galinha Reivindicativa:

Certa vez um galo velho e uma jovem galinha se encontraram no fundo de um galinheiro. Entre uma bicada e outra, eles conversaram sobre como o mundo estava mudado. Ele quis então mostrar que sua vida tinha sido muito boa, que tinha tido muitas galinhas em sua carreira sentimental e que agora estava esperando o fim de seus dias.

“alegro-me em saber que você esteja contente”, disse a galinha, “você tem direito de estar alegre”. É claro, você é um galo. Mas eu, uma galinha fêmea da espécie, será que posso estar alegre? Não, não posso. Pondo ovo todo dia, chocando todo semestre, criando pintinhos, você chama isso de vida? Mas agora as coisas vão mudar. Pode estar certo de que estou levando a vida livre e feliz de um galo. Faz 6 meses que não choco e faz uma semana que não ponho ovos. Se Dona Maria não estiver satisfeita comigo ela que procure outra pra fazer o serviço”. O velho galo ia ponderar filosoficamente que um galo é um galo e uma galinha é uma galinha e que cada um tem sua função específica na vida, quando subitamente alguém agarrou a tola da galinha pelo pescoço e levou-a embora dizendo: “Dona Maria está muito certa porque uma galinha que não choca e não põe ovos só serve mesmo é pra panela”!

Ela ilustra de forma significativa, a condição de muitas mulheres que estiveram e, porque não dizer, estão social e historicamente vivendo na “lógica da galinha”, tendo uma função social específica, a de cuidar, zelar, reproduzir, fechando assim, de certa forma, seu ciclo de utilidade/funcionalidade. Os aspectos, principalmente biológicos da mulher, são convertidos em destino (BEAUVOIR, 1980). E quando essa lógica é alterada ou desviada por alguma razão, passam a ser alvos em potencial da violência dos seus companheiros/maridos, que por sua vez, tem dentro de algumas atribuições - construídas no processo de formação das identidades - a de dominar e agem punindo as mulheres que não cumprem com a função determinada para elas<sup>6</sup>.

Esse processo formador propagou uma forte ideologia e para alcançar os objetivos patriarcais de gênero, foi preciso e importante socializar as mulheres na ambigüidade (SAFFIOTI, 2002), dificultando as transformações estruturais, ou seja, enquanto a estrutura da definição dos papéis fosse mantida, as relações passariam a ser naturalizadas e a ordem estabelecida não sofreria mudanças.

Existe a manutenção de muitas dessas práticas patriarcais na sociedade contemporânea. Em 1996, Albernaz mostrava que havia grande aceitação e

---

<sup>6</sup> Sherry Ortner (2006), afirma que em certa medida, em todas as culturas conhecidas, os homens formam o primeiro sexo, se não necessariamente dominantes no sentido político, preeminentes no sentido carismático e do prestígio. A opressão sofrida pelas mulheres, em diversas sociedades, através dos homens, apóia-se em bases estruturais socialmente organizadas

concordância sobre a profissionalização das mulheres equivalentes ao valor masculino, como meio de realização pessoal, mas permanecia a resistência e naturalização das qualidades de feminilidade e masculinidade que baseiam as personalidades de homens e mulheres. Uma certa “essência” de ser homem e de ser mulher explicada e determinada pela biologia.

O movimento feminista enfrenta este tipo de situação até os dias atuais. A violência contra a mulher parece ser o lócus mais profundo e contundente de defesa de um ideal para ser homem e ser mulher. Um lócus onde a desigualdade de poder encontra uma justificativa moral para manter a dominação masculina.

Dentre os diferentes temas de pesquisa, o campo da violência de gênero constitui ainda um grande desafio, porque pode ser explicada e justificada como decorrente de características pessoais, portanto, de caráter privado. Facilmente é tida como um comportamento patológico, descontextualizado dos seus significados sociais e culturais. Pode-se perceber o quanto esta ideologia é forte pela lentidão no avanço das conquistas nesse campo pelo movimento feminista.

Nos estudos sobre violência, podemos pensar em duas grandes tendências, aquelas/es que acham que as mulheres são vítimas e aquelas/es que vêem a possibilidade de agência dessas mulheres, mesmo quando consideradas cúmplices das relações, contestando a condição de vítima em que são colocadas, entendendo que nessa condição ficam estáticas o que remete à idéia de que não podem agir como agentes transformadores nas relações violentas, por conta da lógica binária, vítima e algoz, que amarra os papéis.

Nenhuma medida será efetiva se as mulheres não decidirem, não buscarem meios para romper/interromper a situação de violência que vivem. Logo, as iniciativas dessas mulheres, o papel de agentes que pode ser desempenhado por cada uma delas das

mais variadas formas é importante para que haja a transformação dessa realidade. Para isso, precisam passar pelo processo da tomada da decisão, que muitas vezes não se dá na primeira situação de violência.

Para entender melhor essas questões, trabalho com as perspectivas teóricas de Saffioti (2002) e Moore (2000) no que se refere à agência dos sujeitos. Por considerar que é só através das ações impetradas pelas mulheres, que as mudanças nas relações de gênero e o rompimento da violência ocorrerá.

Moore (2000) ajuda a compreender como “escolhemos” e vivenciamos identidades individuais, especialmente as que acionam violência como signo de poder. A violência torna-se prevalente quando, de um lado, temos um homem que “domina”, do outro, a mulher que “aceita” essa dominação. Entretanto, essas identidades podem sofrer mudanças através das diferentes formas de vivenciar as categorias de gênero e suas construções sociais.

### **1.1. Estratégias utilizadas no trabalho de campo**

Toda pesquisa é um desafio para quem se propõe fazê-la, por todos os seus percalços como já havia advertido Geertz (2005). O campo de quem trabalha a violência contra a mulher é difícil de ser adentrado por todas as questões circunscritas a ele, como penetrar na intimidade das pessoas, tida como particular; lidar com as subjetividades que permeiam essas questões e tentar interpretá-las. Além da dimensão da dor e sofrimento em relatar ou relembrar as situações.

Algumas ações já foram iniciadas para que a violência contra a mulher tivesse visibilidade, mas, muitos fatores ainda contribuem para que seu lugar continue sendo o privado/particular, dificultando ações que a combatam. Isso foi percebido na dificuldade

do acesso às mulheres que sofrem violência, bem como, nas impossibilidades de ingresso nas instituições que as “acompanham”. Apresentar as dificuldades encontradas no campo desse estudo mostra o quanto esta questão ainda é velada.

Inicialmente, pensou-se em ter como ponto de partida a Casa-abrigo Sempre Viva do Recife. Esta instituição foi escolhida, tendo em vista receber mulheres que viveram situações de violência e que correm risco “real” de morte pelos atuais ou ex-companheiros. A lógica das Casas-abrigo é manter a mulher longe do agressor, assegurando proteção a elas e a seus filhos. Nesse sentido, ao estabelecer a quebra do vínculo entre a mulher e o agressor, pode-se pensar que as mulheres chegaram a uma situação limite, que sinaliza para o início de uma nova etapa em suas vidas, onde a relação violenta poderá ser rompida.

Além disso, a Casa poderia ser vista como estando situada numa rede institucional de enfrentamento à violência contra a mulher, posto que, acolhe mulheres vítimas de violência encaminhadas de diversas instituições, como Delegacias comuns, Especializadas, Centros de referências, dentre outras<sup>7</sup>. Assim, permitiria um ponto de partida para compreender como as instituições estão inter-relacionadas e, por sua vez, um indicativo de que as mulheres que nela chegaram buscaram apoios institucionais e, portanto, tiveram a iniciativa, de romper com a situação de violência na qual estavam inseridas de alguma forma.

A lógica dessa instituição preza pelo sigilo e anonimato, pois, entendem que dessa forma as mulheres estarão resguardadas dos seus agressores. Por essa razão, não foi possível ter acesso a ela, tampouco avaliar sua atuação e eficácia.

---

<sup>7</sup> A rede institucional de apoio oferecida pelo estado no enfrentamento da violência contra a mulher será descrita em detalhes no próximo capítulo.

Pude conversar com a diretora e funcionárias de lá, informaram-me que o trabalho realizado foca buscar abrigo e apoio para as mulheres através de familiares, pessoas próximas ou saídas que as mantenham afastadas dos agressores e em segurança.

O acompanhamento das mulheres que passam por lá não é sistematizado. Inclusive porque algumas, ao saírem, não buscam apoios psicológicos ou jurídicos, apesar da Casa orientá-las e encaminhá-las ao Centro de Referência Clarice Lispector, órgão que trabalha interligado à Casa pela rede de enfrentamento da violência e que oferece esses serviços. Contudo, através de ligações telefônicas, funcionárias/os tentam buscar informações sobre a vida dessas mulheres, muitas vezes sem sucesso.

Outras alternativas foram pensadas: Estabeleci contatos com algumas pessoas dos movimentos feministas e de mulheres e com ONG's como, SOS corpo – Instituto Feminista para a Democracia, que trabalha questões voltadas para promoção da democracia e igualdade/equidade de gênero, promove ações que tentam minimizar as desigualdades existentes entre os sexos e trabalha o *empoderamento* da mulher nas esferas políticas, na vida social e doméstica. Procurei também a ONG Cidadania Feminina, instituição que tem como uma das mais fortes bandeiras, a violência contra a mulher e presta apoio à mulheres que sofrem essa violência. Ambas instituições estão situadas na cidade do Recife.

A partir daí procurei montar uma rede de mulheres que romperam com a situação de violência. A mesma foi montada de diversas formas, principalmente, através de pessoas que serviram como ponte para que o encontro acontecesse e a entrevista fosse realizada. Os lugares foram escolhidos pelas entrevistadas, priorizando sempre conforto e segurança para relatarem suas experiências. Através de indicações, cinco (5) mulheres aceitaram participar desse estudo. Do material colhido na pesquisa: “Saúde da

Mulher, Relações Familiares e Serviços de Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>8</sup> foram selecionadas dez (10) entrevistas da Rota Crítica<sup>9</sup>, através das transcrições literais destas, para ajudar a compor as análises dos resultados de campo. Esta iniciativa visa reforçar os achados desta investigação, quando pertinente.

Para montar o roteiro de entrevistas, foram considerados resultados de pesquisas já realizadas e acrescentadas outras questões, com o propósito de responder à pergunta que esse trabalho investiga: Como as mulheres em situação de violência resignificam suas vidas. Todo o roteiro tentou priorizar os temas que pudessem resgatar a/as situação/ões de violência vivida/as por aquelas mulheres. Identifica também, escolaridade, classe, recorte racial, situação socioeconômica, vida familiar, trajetória da vida amorosa, para assim, chegar à relação violenta. As perguntas foram feitas de modo que elas identificassem, espontaneamente, o que sentiam e percebiam como violência, objetivando entender o que pra elas é uma situação limite numa relação de violência, em que momento decidem romper com ela e como reconstroem suas vidas. Todas as entrevistadas assinaram um termo de consentimento livre e informado. (Roteiro das entrevistas e termo de consentimento, ver anexo 1).

Os nomes que aparecerão nos relatos são fictícios para preservar a identidade das informantes, as classes sociais e níveis educacionais são diversificados, a maioria se define enquanto raça/cor como branca, seguida da parda. Para melhor situar o leitor quanto ao perfil dessas mulheres elas serão descritas individualmente a seguir.

---

Trabalho de campo realizado no período de maio de 2005 a janeiro de 2006, Projeto CNPq – Processo Nº 506705/2004-8.

<sup>9</sup> Rota Crítica é o que nomeia as decisões e ações traçadas pela mulher no sentido de romper, enfrentar a situação de violência e as respostas encontradas. O caminho de busca de alternativas foi nomeado como rota crítica por pesquisadores da Organização Panamericana de Saúde. (Schraiber e D'Oliveira, 1999).

## 1.2. Caracterização das entrevistadas: breve histórico

**Rosa** - Ela tem 27 anos. Estudou até a terceira série do ensino fundamental. Não tem trabalho fixo e sua renda é conseguida mediante a realização do que se chama de “bicos”, trabalhos eventuais e intermitentes. Vive em condições financeiras difíceis. É mãe de dois filhos, um do agressor do qual tratou na entrevista concedida. Sofreu violência enquanto estava grávida.

Com quinze anos se envolveu com o companheiro. Ao longo dos onze anos de união, sofreu violências psicológica, física e sexual. O companheiro fazia uso de bebidas alcoólicas e em muitos episódios de violência estava bêbado, ocorrendo também quando sóbrio.

Depois de todos esses anos vivendo dessa forma, decidiu que a situação estava insuportável e separou-se dele. Não podia contar com o apoio da família - *Minha família não mora aqui né? Mora longe, entendeu? Ai eles não podia fazer nada.*

Recebeu incentivo da vizinha para denunciar o agressor. Tentou recorrer a família dele: *A mãe dele via, eu dizia a ela, ela falava com ele, num sei o que, entendeu? Ai dizia: - você vai viver com ela, você pare, mas não bate nela não. Mas não tinha jeito.* Buscou apoio na delegacia comum, sem resultado, a viatura policial não compareceu para prestar-lhe socorro.

As ameaças continuaram, mesmo depois da separação. Ao ameaçá-lo de procurar a Delegacia da Mulher e prestar uma queixa, as ameaças dele pararam.

Com a verba do auxílio moradia que recebia da prefeitura em seu nome, conseguiu um lugar para alugar, separar-se dele e morar com os filhos. Ele influenciou os filhos para que deixassem a mãe e fossem morar com ele, o que a deixa triste. O momento da ruptura se deu quando percebeu que não podia suportar mais aquela

situação. *“Eu não suportava mais, não agüentava mais, aí eu pensava, tinha vontade mesmo de acabar com ele, mas depois eu vi que eu tinha dois filhos, que ia ser que se eu fizesse, eu ia ser, eu ia pra cadeia mesmo, aí eu peguei me separei dele”*.

A cada dia tenta recomeçar a vida. Está vivenciando uma nova relação e diz estar bem e feliz:

Agora, agora eu vivo muito bem né, que o que eu passei antes pra ficar vendo agora, vivo muito bem, muito feliz, eu sou outra pessoa. Antes, vivia muito só, só vivia chorando, não tinha vontade pra nada. Eu sozinha, aluguei um quarto e fui mimborá. Eu esperava arrumar outra pessoa pra viver, viver bem, e, arrumei. (ROSA)

**Flor** - Ela tem 26 anos. Cursava universidade e o companheiro a fez largar os estudos. De classe média, trabalhava como modelo e ele a proibiu de continuar na profissão. Não tem filhos.

Ao longo dos nove meses de união, três foram de conflitos. Sofreu violências psicológica, física e sexual. O companheiro usava drogas e a obrigava a usar também, em algumas situações estava drogado, mas na maioria das vezes, não.

Conheceu o companheiro através de uma amiga. No início ele se mostrou interessado e passou quatro meses investindo para que ela aceitasse o namoro. Na ocasião, ela estava saindo de um namoro de dois anos, também conturbado por causa do ciúme. *“Na verdade ele [o companheiro com quem passou a viver] já sabia da minha história e veio como um príncipe encantado”*. Referindo-se às estratégias de sedução utilizadas pelo companheiro para conquistá-la.

Logo no primeiro mês de relação, ele a agrediu fisicamente por ciúmes do seu ex- namorado. Ela não queria mais continuar a relação e passou a evitá-lo. Cercada por muitos pedidos de desculpas, flores, ele procurou conquistar a sua família e amigos que

passaram a gostar dele e influenciaram para que ela desse uma segunda chance. Decidiu dar uma segunda chance e foi morar com ele.

Sempre estranhou suas atitudes, pois, ele mantinha contatos “comerciais” com mulheres do Rio Grande do Norte - RN, que eram obrigadas a dar dinheiro pra ele. Sem entender o que acontecia, passou a questioná-lo e a partir daí a violência começou a ocorrer.

Ele a manteve em cárcere privado durante alguns meses, a obrigou transar com outras mulheres, ameaçava jogar água quente no seu rosto e deformá-la, proibiu contato com familiares e amigos e, quando o contato era inevitável, por telefone, só falava o que ele autorizasse e no viva voz. Vivia sob total controle. A frequência passou a ser diária:

Ele nunca saía de casa, não tinha amigos, não tinha vida social. Eu só saía com ele. Muitas vezes, eu saía com ele e ele me deixava trancada no carro enquanto saía pra resolver alguma coisa. A família questionava o meu comportamento, mas não entendiam porque a mudança, mas também não sabiam o que tava acontecendo. (FLOR)

Pensou em suicídio por diversas vezes. Começou a desconfiar que ele negociava com prostituição, o que está sendo investigado pela polícia, e que estava tentando prostituí-la. Ela conseguiu fugir e denunciá-lo.

Recorreu a delegacia comum, especializada, Casa-abrigo e desde então tem medo das reações dele. Vive escondida na casa de parentes e está retomando aos poucos a sua vida, resgatando sua auto-estima e tentando entrar novamente no mercado de trabalho, embora ainda esteja com medo.

**Amarílis** - Ela tem 23 anos. Cursa universidade, classe média, trabalha formalmente. Não tem filhos.

Ao longo dos sete meses de namoro, vivenciou algumas situações de violências psicológica, física e sexual. O companheiro usava drogas, mas não associa os episódios de violência a esse fato.

Conheceu o namorado num bar. Ele passou a controlar seus passos “sutilmente”, ela sentia a situação como formas de demonstração de carinho e cuidado, não percebia como controle. Até que as situações foram passando do controle às agressões. No primeiro espancamento fugiu dele. Buscou apoio institucional, mas não foi em frente. *“Inicialmente não busquei ajuda, porque eu tinha muita vergonha, pra mim era o seguinte, se eu não queria aquilo, então eu é que saísse. Eu fugi e naquele momento eu decidi acabar com a relação”*.

Ainda tem medo de encontrá-lo. No início ele chegou a persegui-la para que reatassem o namoro, mas diante das suas recusas, deixou de procurá-la. Hoje ela está se relacionando com uma outra pessoa, diz estar feliz.

**Iris** – Ela tem 26 anos. Largou os estudos por causa dos ciúmes do companheiro. Coursou até a oitava série do ensino médio, trabalhava como doméstica e foi obrigada a largar também. Mãe de um filho do agressor.

Após três meses de união, as violências começaram e ao longo de cinco anos, sofreu violências psicológica e física. As violências aconteciam no quarto para que as pessoas não soubessem.

A gente três meses morando, quando ele viu eu conversando com um colega meu. Pra você ver que não tinha nada a ver. Ele pegou chegou em casa, não deixou nem eu explicar, começou a me empurrar, me violentar. Naquele momento eu digo: oxe? Parei e disse: oxe, mas rapaz que decepção. Já comecei daí, né.. (IRIS)

Conheceu o companheiro no colégio que estudava, começaram a namorar, e desde essa época ele já não queria que ela tivesse nenhuma relação de amizade. Decidiram abrir um comércio para os dois, metade do dinheiro dela e a outra metade ele

havia conseguido com a mãe. Depois do comércio, as violências aumentaram, ele controlava todo dinheiro e passou a agredi-la na rua, impedindo inclusive que ela tivesse celular, para dificultar a sua comunicação com clientes, amigos e familiares.

Tentou se separar algumas vezes e ele sempre a procurava dizendo que ia mudar. Por gostar dele, dava sempre a segunda chance. Sempre a procurava prometendo mudanças e ela acreditava, “perdoava” e voltava. Nos momentos de separação, a violência diminuía, depois era retomada como antes.

Em algumas situações reagiu às agressões, mas percebeu que a violência aumentava e considerava ser pior.

Enquanto era só ela e o companheiro, dizia que agüentava a violência, mas quando chegou o filho, depois de um tempo, decidiu romper e dar prosseguimento a denúncia. Toda a violência acontecia por ciúmes. As agressões eram freqüentes.

A família dele ficou contra ela. A família dela tentou ajudá-la, mas ela não deixou que interferissem, queria e pensou que pudesse resolver a situação por conta própria.

Eu moro perto de minha família, minha família presenciou toda a violência. Minha família perguntava: por que eu tava aceitando isso? Porque eu não precisava dele, eu tinha minha casa, eu tinha meu trabalho, eu sou dependente de mim. Por que eu tava agüentando isso? Eu dizia: eu não sei. Eu não... eu dizia: não se meta, deixa que eu resolvo. Eu só dizia isso. (ÍRIS).

Depois de uma briga, ele foi embora por conta própria. Mas, a violência psicológica continuou.

Busca cada vez mais sua independência financeira, para recomeçar sua vida. Ao decidir pela separação, perseguida e ameaçada por ele, procurou a delegacia e foi encaminhada para o centro Clarice Lispector, onde recebe apoio jurídico e psicológico.

**Cristal** - Ela tem 26 anos. Concluiu o ensino médio, não trabalhava. Um filho do companheiro. Ao longo de um ano e seis meses de união, sofreu violências psicológica e física. Conheceu o companheiro num bar que ficava em frente a sua casa, pouco tempo depois começaram a namorar e foram morar juntos.

Ao engravidar, ele a acusou de está dando o “golpe da barriga” e começaram as violências, enquanto estava grávida. De tanto chutar seu estômago, ficou com seqüelas. *“Ele dava soco, pontapé, até eu grávida agora a pouco ele deu em mim, aí eu peguei fui pra delegacia, peguei dei uma queixa dele”*. Chegou a reagir algumas vezes violentamente, mas percebeu que a agressão dele aumentava, pois ele tinha muita força física. As agressões verbais e físicas aconteciam constantemente em qualquer lugar e passou a ser na frente das pessoas, inclusive familiares dele.

A violência acontecia em qualquer lugar e a qualquer hora, não se limitava ao espaço doméstico. *“Na rua, na rua, em qualquer lugar que eu tivesse. Ele não escolhia lugar”*. Ela escondia da sua família a violência que sofria, principalmente da mãe, por ter medo de sofrer mais violência. *“Porque eu achava que ela ia dá em mim, me bater, contar coisa. Porque ela também, ela me dava conselho, só que ela é muito esquentada, por tudo ela quer dar nos outro, aí eu pegava e não dizia nada a ela”*.

Nos momentos de violência, chegou a pensar em suicídio. Posteriormente, revelou para sua família as agressões que sofria e com o apoio familiar que recebeu, resolveu se afastar do companheiro. Voltou pra casa dos pais, mais ainda vive sob forte ameaça dele. É perseguida nas ruas e ônibus, mas nunca buscou apoio institucional, por medo e vergonha.

As mulheres da pesquisa que inspiraram esta e cujos dados uso aqui como um reforço aos achados da minha investigação apresentam situações muito parecidas. Como elas não compuseram os dados relativos a esta dissertação de forma direta, mas como

fontes secundárias, não serão descritas aqui. Constando em anexo a caracterização das mesmas seguindo a estrutura da descrição anterior (ver, anexo 2.)

Para conseguir atingir os objetivos aqui propostos e responder as indagações desta pesquisa este trabalho está subdividido, além da Introdução e das Considerações finais, em três capítulos.

O primeiro capítulo: **Através do tempo: Os Movimentos Feministas e de mulheres e as políticas públicas de gênero.** Descreve as Políticas Públicas estabelecidas pelo Estado, através da ação do movimento feminista e trata de como as mulheres acionam a rede disponível para enfrentar a violência.

O segundo capítulo: **Ampliando os olhares: Categorias das violências definidas pelo Movimento e a visão do que é violência para as mulheres envolvidas nestas relações.** Trata da questão de como o Movimento Feminista define violência e como essas mulheres definem, até o momento que elas consideram que foi o ponto de ruptura.

No terceiro capítulo: **Tijolo por tijolo: Reconstruindo a vida “pós-violência”,** retomo a questão do ponto de ruptura, através da agência das mulheres, para ver quais significados novos elas estão dando para suas vidas.

## *Capítulo 1*

### *Através do tempo: Os movimentos feministas e de mulheres e as políticas públicas de gênero*



Nesse capítulo discorro sobre a trajetória de luta do movimento feminista e as políticas públicas que foram pensadas e implementadas a partir da pauta de reivindicação do movimento. Apresento um breve mapeamento dos dados da magnitude da violência em âmbito nacional e local, bem como, a rede institucional de enfrentamento à violência contra a mulher em Pernambuco e as avaliações que as mulheres entrevistadas fazem dela.

## **2.1. Violência no Brasil e Pernambuco: amplitude da violência.**

A violência contra mulher no contexto brasileiro e pernambucano é um fenômeno que atravessa classe social, grupos étnicos e religiosos, não está restrita a um local específico, região ou Estado, ela está para além das fronteiras geográficas e temporais. Nesse sentido, torna-se relevante apresentar alguns resultados de pesquisas que abordam a questão nacionalmente e refletir sobre levantamentos que situam essa violência no Estado de Pernambuco, bem como, as ações que já foram ou que estão sendo implantadas.

A magnitude do problema já foi visibilizada e apresentada por diversos trabalhos e pesquisas. O Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)<sup>10</sup>, coletou em 1990 dados sobre a violência, buscando informações sobre os homicídios veiculados na imprensa dos Estados brasileiros, e a partir daí foi possível criar O Banco Nacional de Dados sobre a Violência<sup>11</sup>.

Os resultados encontrados apontam para uma realidade em que os homens são os que mais morrem, mas são eles os que mais matam tanto outros homens como as

---

<sup>10</sup> Primavera Já partiu (1998), reúne trabalhos de diversos autores que tratam a questão da violência.

<sup>11</sup> Foram analisados quinze estados brasileiros divididos por regiões. Região Norte (AM, PA, RO,TO); Região Nordeste (AL, CE, PB, PE, PI, RN); Região Centro-Oeste (DF, GO); Região Sudeste (RJ, SP); e Região Sul (RS). Foram destacados somente os homicídios noticiados na mídia impressa.

mulheres e são também os maiores agressores. Apresento abaixo, duas tabelas comparativas em relação a homicídios de homens e mulheres, na primeira, aparecem as taxas do Brasil e da região Nordeste, na segunda tabela, a comparação entre as mortes de homens e mulheres nos Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

**Tabela 1 - Taxa de homicídios, de homens e mulheres, nos períodos de 1999 a 2004 – comparação entre Brasil e Nordeste.**

<b>Brasil homens</b>	<b>Brasil Mulheres</b>	<b>Nordeste homens</b>	<b>Nordeste mulheres</b>
54,8	4,5	43,9	3,1

Fonte: Taxas oficiais calculadas pelo Ministério da Saúde para 2004.

**Tabela 2 – Comparação dos homicídios de mulheres e homens em três estados brasileiros, Pernambuco (PE), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).**

<b>PE - Homens</b>	<b>PE - Mulheres</b>	<b>RJ - Homens</b>	<b>RJ - Mulheres</b>	<b>SP – Homens</b>	<b>SP – Mulheres</b>
106,3	6,6	99,5	6,4	68,3	5,2

Fonte: taxas oficiais calculadas pelo Ministério da Saúde para 2004.

Esses números servem como base para chamar atenção que mesmo tendo se passado algum tempo (eles datam o ano de 2004) e algumas medidas adotadas com o propósito de intervir nessa realidade, Pernambuco continua apresentando altas taxas de violência letal. Comparando com os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, lidera o ranking. Atualmente, vem perdendo lugar para outros Estados, o que é positivo, embora ainda permaneça entre os cinco mais violentos do país desde 1979 (PORTELLA, 2005).<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Através de um levantamento feito pela Folha de São Paulo junto às Secretarias de Segurança e o IBGE, os dados de 2008, no que se refere aos assassinatos, latrocínios e lesões seguidas de morte, os Estados com maior índice são: Alagoas; Espírito Santo; Pernambuco e Rio de Janeiro, nesta ordem. <http://www1.folha.uol.com.br/foha/cotidiano/ult95u549196.shtml>. Acessado em 12/04/2010.

Estudos populacionais também contribuíram para apresentar a dimensão da violência contra as mulheres contextualizando-a em âmbito nacional e internacional, refiro-me ao estudo Multipaíses da OMS sobre Saúde da Mulher e Violência doméstica, (*WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women*<sup>13</sup>). Um diferencial trazido por ele é a apresentação e prevalência da violência contra a mulher em contextos rurais e urbanos de cada país. Importante salientar que as mulheres que vivem em contextos rurais estão mais vulneráveis à violência, pois, as políticas públicas, pensadas para o contexto urbano, não as alcançam, bem como, as dificuldades inerentes a esse contexto específico agravam a violência e contribuem para a sua invisibilidade, carecendo de investimentos e estudos que promovam alterações nesse quadro.

Através do estudo da OMS, podemos comparar a situação da violência contra mulher no Brasil com alguns países<sup>14</sup>, bem como, as diferenças regionais existentes dentro deles. Etiópia, Peru e Bangladesh lideram como os mais violentos, enquanto o Brasil fica com as posições de 10º em violência contra a mulher em contexto rural e 12º na violência contra mulher em contexto urbano, representado pelos Estados de São Paulo Capital (urbano) e Zona da Mata de Pernambuco (rural).

Os resultados apresentados corroboram a confirmação da hipótese de que é um fenômeno de alta frequência nos lares brasileiros, presente nos mais variados contextos, reafirmando a necessidade de assistência e de políticas públicas mais eficazes para contextos urbanos e uma atenção maior para que essas políticas cheguem e sejam aplicadas em contextos rurais, como apresentado na tabela que segue:

---

<sup>13</sup> Realizada simultaneamente em 10 países, realizada com mulheres que tem ou que já tiveram parceiros fixos tomando como parâmetro metodológico aspectos considerados urbanos e rurais de cada cidade. No Brasil, a amostra se deu em 4299 domicílios visitados divididos entre São Paulo, capital e Zona da Mata de Pernambuco, com mulheres entre 15 e 49 anos.

<sup>14</sup> Participaram dessa pesquisa, Bangladesh, Brasil, Etiópia, Japão, Peru, Namíbia, Samoa, Servia e Montenegro, Tailândia e República Unida da Tanzânia.

**Tabela 3 - Comparação da violência contra a mulher na Zona da Mata de Pernambuco e São Paulo Capital:**

Pernambuco			São Paulo		
Violência Psicológica * (VP)	Violência Física (VF)	Violência Sexual (VS)	Violência Psicológica (VP)	Violência Física (VF)	Violência Sexual (VS)
48,9%	33,7%	14,3%	41,8%	27,2%	10,1%

Fonte: Organização Mundial de Saúde 2007

Mesmo com a proximidade dos números entre os dois Estados, considerando os aspectos regionais, culturais, econômicos, dentre outros, é possível verificar a alta frequência das ocorrências, principalmente em Pernambuco, representado pelos contextos rurais. Essa frequência pode ser entendida pela ausência das políticas públicas nessas regiões e a dificuldade encontrada pelas mulheres no acesso a elas ou a outros serviços que possam beneficiá-la.

De forma geral, em relação ao perfil socioeconômico das mulheres que sofrem violência, são, em grande parte, aquelas que ocupam posições mais subalternas no que se refere à classe/renda. A violência sofrida por essas mulheres é visibilizada com mais facilidade por precisarem recorrer a instituições para receberem apoios jurídicos e psicológicos gratuitamente. Diferente daquelas que ocupam posições socioeconômicas mais favoráveis, que têm a sua disposição outros recursos que não sejam necessariamente institucionais, preservando a intimidade das suas histórias de vida.

Na atualidade, a mulher encontra meios instrumentais e institucionais para denunciar e buscar apoio jurídico e psicológico, decorrentes das mudanças adotadas, na tentativa da resolução desse problema. A discussão da qualidade desses serviços será retomada posteriormente. Por ser um fenômeno de grande magnitude e complexidade,

estatisticamente, não sabemos “de fato” quantas mulheres são atingidas por essa violência, tampouco dados que apontem para sua diminuição.

Os “avanços” nas conquistas de instrumentos de combate a violência contra a mulher, tirou o assunto da invisibilidade, tornando a discussão pública. O silêncio que permeava essas questões, aos poucos, tem sido quebrado. Recentemente, é possível verificar o aumento no número das denúncias. Mas, a prevalência é contínua, ocasionando, muitas vezes, na morte de mulheres que tem em seu histórico a violência doméstica.

## **2.2. Mulheres Assassinadas em Pernambuco.**

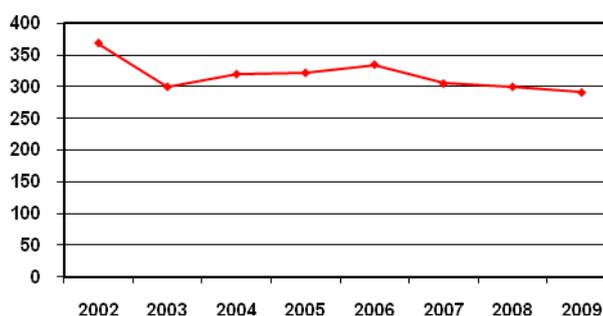
Os homicídios apresentam-se como o fim indesejável de uma trajetória de violência. Não se pode precisar o momento adequado para que o processo de ruptura e as intervenções aconteçam, por ser uma decisão individual da mulher. A violência é multifacetada e disfarçada como formas de proteção, atenção e cuidado, o que adia a tomada da decisão, podendo resultar nos assassinatos das mulheres.

O afastamento da mulher do agressor pode contribuir para novos arranjos na situação de violência, podendo “cessar” numa forma, mas reaparecendo de outras. A decisão de sair da relação, não garante à mulher o fim da violência. Em muitos casos, aquele homem, não aceita perder o controle que exerce sobre aquela mulher, passando a ser ameaça constante para a preservação da sua vida ou até mesmo de outras pessoas que tem relação direta com ela, como, filhos (muitas vezes, de outros companheiros) ou familiares.

O Estado de Pernambuco sempre esteve entre os mais violentos do Brasil, como supracitado. Em relação aos homicídios de mulheres, os dados mostram que em 24

anos, de 1979 a 2001, 4798 mulheres foram assassinadas. Os homicídios triplicaram, passando de 94 casos em 1979 para 293 em 2001, segundo o Observatório da Violência contra a mulher (2005). Nos anos subsequentes, a caracterização dos homicídios ainda apresenta elevados índices como ilustra o Gráfico 1, que nos dá a visualização da evolução dos homicídios de mulheres em Pernambuco.

**Gráfico 1: Variação dos homicídios de Mulheres em Pernambuco, de acordo com o ano**



Fonte: Dados oficiais da SDS, Dados e Análises SOS Corpo/PE.

Em relação ao ano de 2010, trinta casos de homicídios de mulheres foram notificados pela Secretaria de Defesa Social (SDS), já no primeiro trimestre desse ano (ver anexo)<sup>15</sup>. Os dados apresentados de 2008 e 2009 podem sofrer pequenas variações<sup>16</sup>. Nos anos de 2006 a 2009, há um leve declive, podemos pensar que nesses anos, as políticas públicas direcionadas a violência contra a mulher começam a ter maior aplicabilidade, principalmente a partir da entrada em vigor da Lei Maria da Penha, há quatro anos.

Pernambuco desenvolveu um conjunto de ações, através do Plano de Segurança Estadual: “Pacto pela Vida”<sup>17</sup>, que também tem contribuído para a diminuição dos

<sup>15</sup> Secretaria de Defesa Social - <http://www.sds.pe.gov.br/> Relação nominal das Vítimas de Crimes Letais Intencionais em PE. Acessado em 03/03/2010.

<sup>16</sup> Na página da SDS, a lista nominal das vítimas de homicídio não está organizada por sexo e geração, logo, a primeira dificuldade para identificar as mulheres assassinadas, se dá pela falta da categoria sexo, na caracterização das vítimas.

<sup>17</sup> Um conjunto de ações, preventivas e ostensivas, elaborado pelo Estado, com vistas ao combate da violência em Pernambuco. (olhar pagina do Pacto Pela Vida).

homicídios contra mulheres, principalmente, os acarretados pela violência urbana. Entretanto, no que se refere às mortes ocasionadas pela violência doméstica, os números não têm apresentado diminuições relevantes. O que numa primeira avaliação, poderia se dizer que as ações ainda não alcançaram o âmbito doméstico. Várias hipóteses podem ser pensadas para esse fato, entretanto, a que sobressai, é a falta de investimentos na conscientização e formação dos profissionais que lidam com essas questões diretamente, o que contribuiu para a incidência da violência doméstica nos lares pernambucanos.

As mulheres vítimas de homicídios apresentam, geralmente, o mesmo perfil. A partir das informações fornecidas pelo Departamento Policial da Mulher da SDS, foi reelaborada a ficha de notificação dos homicídios de mulheres (modelo da ficha de notificação, ver, Anexo 3), através da ocorrência de trinta casos de homicídios que aconteceram de junho a agosto de 2004, chegando às seguintes informações:

Os 30 casos de homicídios foram praticados por homens em idade adulta em Pernambuco<sup>18</sup>.

### **Perfil da mulher.**

Em geral a mulher é branca (66,67%), não está grávida (96,67%), mas é mãe (73,33%). Esses dois itens, cor da pele e gravidez demonstram um grau de imprecisão, visto que a cor da pele é um forte fator de debate e depende de quem o registra, em relação a gravidez, não se faz a necropsia do útero, só sendo notificada a gravidez que pode ser identificada visualmente. Normalmente, antes do óbito sofreu agressão física (86% dos casos) e também sexual (20% dos casos). Houve testemunhas em 60% dos crimes.

---

<http://www.forumseguranca.org.br/artigos/pacto-pela-vida-reduz-homicidios-em-pernambuco>.  
acessado em 13/09/2009.

<sup>18</sup> Os dados a seguir tem como fonte o Observatório da Violência contra as Mulheres (2005).

### **O Assassino.**

Na maioria das vezes foi assassinada pelo homem com quem tinha vínculo amoroso (40%), esses, configuram-se em companheiros ou ex. Em apenas 20% dos casos ela não conhecia seu homicida. O assassino não tem ocupação (73%), tem 18 a 35 anos (82,37%), cursou o primeiro grau (60%) e não tem renda (55,56%). Praticou o crime por motivo fútil (42,86%), na maioria por ciúmes (14,29%).

### **Circunstâncias.**

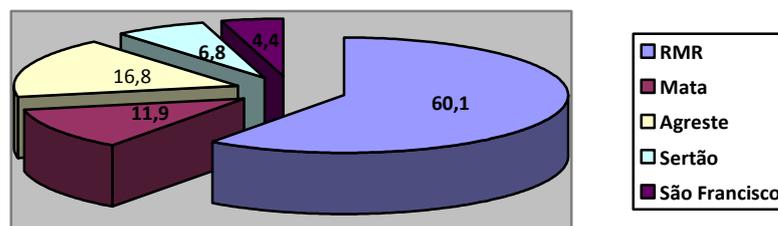
Dentre os assassinatos, 40% foram praticados no domingo, das 18 às 20h (33,33%), tendo como local do crime o local onde residia a vítima (56,67%). Utilizando-se de arma de fogo (63,33%) ou faca (26,67%). Os crimes ocorreram mais no mês de junho (40%) e (70%) foram remetidos à justiça, sendo que em (26,67%) dos casos houve flagrante.

A partir desses dados é possível inferir que o perfil das mulheres assassinadas é o mesmo daquelas que têm o histórico de violência doméstica, concluindo que a violência doméstica é o princípio das trajetórias da violência e culminam nos fins trágicos, os assassinatos das mulheres. Presume-se que ao atuar na violência doméstica, de forma preventiva e punitiva, observando e adaptando as políticas para as especificidades de cada contexto, pode-se sinalizar para uma diminuição no número das mortes de mulheres no Estado.

A Região Metropolitana do Recife (RMR) apresenta o mais elevado número de homicídios, entretanto, já começam a ser percebidas as quedas nos números dessa região e o aumento da violência nas demais. Essa questão pode ser explicada pelo fato das políticas públicas no Estado estarem distribuídas, em sua grande parte, nos grandes

centros urbanos, na RMR, logo, a atuação do enfrentamento e as ações são centralizadas. As mulheres do Agreste, Sertão e Zona da Mata ficam prejudicadas, permanecem silenciadas e seguem, fazendo parte da estatística no número de mortes ocasionadas pela violência doméstica.

**Gráfico 2: Homicídios de mulheres por Região em PE – 2002-2007.**



Fonte: Banco de dados do Observatório da Violência contra as Mulheres em Pernambuco, SOS Corpo, 2008.

Hoje esses assassinatos estão sendo discutidos e conceituados como “feminicídio” (SEGATO, 2006). A discussão que tem sido feita é se, “feminicídio” corresponde a qualquer assassinato tendo como vítima a mulher. As formulações dessa categoria foram discutidas inicialmente por Jane Caputi e Diana Russell.

El feminicidio representa el extremo de un continuum de terror anti-femenino e incluye una amplia variedad de abusos verbales y físicos, tales como violación, tortura, esclavitud sexual (particularmente por prostitución), abuso sexual infantil incestuoso o extra-familiar, golpizas físicas y emocionales, acoso sexual (por teléfono, em lãs calles, em la oficina, y em El aula), mutilación genital (clitoridectomías, escisión, infibulaciones), operaciones ginecológicas desnecesarias (histerectomías gratuitas), heterosexualidad forzada, esterilización forzada, maternidade forzada (por La criminalización de La contracepción y del aborto), psicocirurgía, nagación de comida para mujeres em algunas culturas, cirugía plástica, y otras mutilaciones em nombre del embellecimiento. Siempre que estas formas de terrorismo resultan em muerte, ellas se transforman em feminicidios. (Caputi and Russell apud Segato, 2006).

Mesmo que as discussões sobre essa categoria sejam novas, o que ela tenta chamar atenção é para o fato das mortes de mulheres por causas específicas. Femicídio seria a maneira específica de denominar/categorizar as mortes de mulheres relacionadas a questões de gênero, adquirindo um lugar próprio para debates, podendo sugerir ações que possam influenciar as políticas de enfrentamento.

O Estado precisa criar estratégias para que haja, a partir da intervenção, a real diminuição e/ou erradicação da violência, elaborando mecanismos que abordem a questão na sua integralidade, desde o processo de formação de meninos e meninas, passando pela conscientização de homens e mulheres, com ações preventivas e repressivas, que possam oferecer mudanças estruturais nas bases que “justificam” moralmente tal violência. Do contrário, será o principal responsável pela manutenção da violência criminalizada no campo e na cidade (BRITO; SILVA, 1998).

### **2.3. Movimento feminista (MF) e as Políticas Públicas.**

Vários trabalhos têm evidenciado a história do movimento feminista ligada às mudanças direcionadas às condições sociais impostas às mulheres em âmbitos público e privado, (SARTI, 2004; SAFFIOTI, 2004; COSTA, 2005; PRATES, 2007).

O movimento feminista iniciou-se, na sua nova fase, no Brasil no final dos anos de 1970<sup>19</sup>. Mas, logo se consolidou tendo em vista o contexto específico da história do país, qual seja, a luta pela redemocratização marcada pela atuação de diferentes movimentos sociais (SARTI, 2004). Em meados da década de 1980, passou a influenciar significativamente nas propostas de ação do governo sugerindo políticas

---

<sup>19</sup> O movimento de mulheres e feminista tem pelo menos 200 anos. Na década de 1960 foi marcada por um ressurgimento de organizações em todo o mundo com novos marcos de reivindicação que acentua a politização das relações familiares demonstrando a estrutural patriarcal da sociedade ocidental, especialmente Europa e EUA, desdobrando-se depois em todo o mundo.

públicas e contribuindo para o processo das mudanças estruturais do país (FARAH, 2004).

Este movimento passou a reivindicar a emancipação da mulher no âmbito de contextos sociais, culturais, políticos e históricos específicos, reivindicando sua posição na sociedade enquanto sujeito de direito. Também passou a questionar a tradicional hierarquia de gênero existente e fortemente arraigada.

Vários elementos contribuíram para o aparecimento e fortalecimento do movimento feminista no Brasil. Em 1975, a ONU declarou o Ano Internacional da Mulher. Reconhecer o problema social da mulher contribuiu para visibilizar as bandeiras de lutas dos movimentos feminista e de mulheres que ainda viviam na clandestinidade. Em 1980, já se consolidava como uma força política e social. Foram organizadas várias conferências, assembléias e encontros mundiais para montar a agenda de propostas de ações políticas<sup>20</sup>. Vários atores/atrizes, representados por diversos segmentos da sociedade protagonizaram as discussões contribuindo para a criação da agenda, sempre, dando maior enfoque aos assuntos que eram considerados de maior destaque, dentre eles a violência contra a mulher.

---

<sup>20</sup> 1975, I Conferência Mundial da Mulher, Cidade do México; 1979, Assembléia Geral das Nações Unidas aprova a Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW); 1980, II Conferência Mundial da Mulher, Copenhague, Dinamarca; 1985, III conferencia Mundial da Mulher, Nairobi, Quênia; 1991, Congresso Mundial das Mulheres por um Planeta Saudável, Miami, EUA; 1992, Conferencia das Nacoes Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento/ECO-92, Rio de Janeiro, Brasil; 1993, II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, Viena – Áustria; 1993, Encontro Nacional Mulher e População: Nossos Direitos para Cairo/94, Brasília, Brasil; 1994, Conferência Internacional de Saúde da Mulher para o Cairo 94: Saúde Reprodutiva e Justiça, Rio de Janeiro, Brasil; 1994, IV conferência Mundial sobre Populacao e Desenvolvimento, Cairo, Egito; 1994, Conferência Regional sobre a Integracao da Mulher no Desenvolvimento econômico e Social da América Latina e Caribe, Mar Del Plata, Argentina; 1994, Assembléia Geral da Organização dos estados Americanos aprova a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará”, Belém do Pará, Brasil; 1995, Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras Rumo a Beijing, Rio de Janeiro, Brasil; 1995, IV Conferência Mundial da Mulher, Beijing, China; 2001, Conferência Nacional contra o racismo e a Intolerância, Rio de Janeiro, Brasil; 2001, III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, Durban – África do Sul.

Os movimentos feminista e de mulheres reivindicaram pauta específica para o debate. Novos temas passaram a integrar a agenda governamental chamando atenção para os problemas das mulheres, em todas as esferas. Nesse processo de mobilização destacam-se também a presença e a participação da sociedade civil e ONG's.

Ao discriminar os temas específicos, como direito a creche, saúde da mulher, sexualidade, contracepção e violência contra a mulher, tornou público o debate e levantou proposições para a criação de políticas públicas. Sob o impacto desses movimentos, na década de 1980 foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero<sup>21</sup>. Em 1983, começa a discussão e luta pela implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). As mobilizações também fizeram com que a Constituição de 1988 fosse alterada, organizadas em torno do slogan - *Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher*. As mulheres organizaram e estruturaram propostas para a nova Constituição, apresentadas ao Congresso Constituinte sob o título: *Carta das Mulheres Brasileiras*. Na ocasião, foram incorporados os temas relativos à saúde, à família, ao trabalho, ao combate à violência, à discriminação, aos valores culturais e à propriedade da terra (COSTA, 2005).

Em 1994, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como a Convenção de Belém do Pará considerou como violência contra a mulher *qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na privada*<sup>22</sup>. Esse conceito passou a orientar as ações relacionadas a essa violência específica.

---

<sup>21</sup> Política pública com recorte de gênero são políticas públicas que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres.

<sup>22</sup> Artigo I da Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e erradicar a Violência Contra a Mulher: Adotada pela Assembléia Geral da Organização dos estados Americanos em 06 de junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em 27/11/2005.

Entretanto, é possível pontuar que as mulheres não foram consideradas em suas especificidades. Nessa ocasião o recorte racial não estava previsto nesse conceito, deixando um segmento muito importante da sociedade, as mulheres negras, sem representação específica. Por essa razão, o movimento feminista negro chamou atenção para a importância das questões raciais intersectadas com as de gênero, tornando-se imprescindível o cruzamento dessas categorias.

O Estatuto da Desigualdade Racial, em tramitação há 10 anos no Congresso<sup>23</sup>, trata dessa questão. Aprovado nas primeiras semanas de setembro de 2009 na Câmara dos Deputados, faltando aprovação do Senado, no Capítulo V – Dos Direitos da Mulher Afro-Brasileira -, baseado na Convenção de Belém do Pará, alterou a redação do conceito, passando a ser considerado no Estatuto:

Art.1º - § 1º Para os efeitos desta lei entende-se por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, inclusive decorrente de discriminação ou desigualdade racial, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

Stolcke (2000) quando discute sobre raça/sexo e gênero/etnicidade afirma que estas são categorias sociais naturalizadas para fins de dominação política e econômica. Assim, raça/gênero/classe são constitutivos das desigualdades sociais e precisam ser problematizados clareando os processos políticos e ideológicos que transformam estas e não outros demarcadores de diferenças como peso e estatura, e como isso se liga na configuração das opressões.

Atualmente, é possível perceber uma crescente visibilidade das múltiplas formas de violência, antes silenciadas, principalmente, através dos meios de comunicação disponíveis, que apresentam diariamente casos de mulheres espancadas e/ou mortas,

---

<sup>23</sup> Aprovação publicada pelo jornal O Estadão de Hoje.  
[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090910/not\\_imp432361,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090910/not_imp432361,0.php). Acesso em 20 de fevereiro de 2010.

quase sempre pelos seus próprios “parceiros” ou por “pessoas próximas”, enfatizando o campo de intimidade no qual ela se inscreve. Ou seja, o debate tem tornado-se público. Mas, seu espaço privilegiado de ocorrência ainda é o que denominamos espaço privado, herança do domínio patriarcal.

O âmbito doméstico é o palco para essas ações e a não intervenção nele, por ser privado, continua sendo legitimada, o axioma popular “*em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher*” ainda fortemente arraigada na sociedade, apresenta-se como entrave no combate a violência<sup>24</sup>. Entretanto, as mudanças já observadas, geram um clima positivo, no sentido de propor e promover ações que tentam minimizar o fenômeno da violência doméstica.

Uma ferramenta que contribuiu e tem contribuído para uma maior visibilidade da violência tem sido a denúncia, que começou a ocorrer mais freqüentemente na década de 1980, devido às mobilizações do movimento feminista. Através dela, é possível conhecer a real situação das mulheres “vítimas” dessas ocorrências. Propiciando o rompimento da situação de violência, em muitos casos.

Denunciar é ao mesmo tempo expor toda a situação, tornar público algo de foro íntimo, onde as subjetividades que permeiam essas questões se mostram mais fortemente. Nesse momento, o sentimento que a une àquele parceiro, que muitas vezes é pai dos seus filhos, a coloca numa posição de ambigüidade, dificultando a tomada de decisão para que rompa imediatamente com a situação de violência fazendo com que muitas mulheres, recuem/adiem possíveis ações que por ventura possam puni-lo. O que podemos identificar na fala da entrevistada que segue:

Eu não pensava que ele ia chegar ao ponto que ele chegou. Eu sempre perdoava os empurrões, as agressões verbais, quando ele rasgava minha roupa, quando ele mordeu meu rosto. Eu sempre achava que ele ia mudar, eu era apaixonada por ele. Mas só aumentava, cada vez era

---

<sup>24</sup> Saffioti (2002) faz considerações a respeito desse espaço e a não intervenção do Estado.

pior, toda vez ele fazia algo pior. Pensei, eu pensei em denunciar, mas acabava minimizando as agressões e desistia também por gostar dele e é difícil tomar essa decisão quando você se sente só. Eu já tava afastada de todo mundo, só tinha ele né. (Amarílis, uma das entrevistas, citadas na introdução).

Essa ambigüidade de sentimentos e receio de denunciar é reforçada também pela fala de Petúnia entrevistada na pesquisa Saúde da Mulher: relações familiares e Serviços Único de Saúde (SUS) em duas capitais – Recife e São Paulo.

Foi passando e todo mundo me aconselhando, vai denunciar, vai denunciar, isso não pode fazer...isso não pode acontecer, isso não pode acontecer...e eu sempre assim sem querer fazer isso,! Meu filho gosta muito dele, e só pode gostar mesmo, é o pai, e eu faço por onde ele né, gostar mesmo e aí eu não tive coragem, não tive, não tive coragem e fui enfrentando isso, a coisa do não querer denunciar, coisa do misturar o sentimentos não sabe, é uma situação própria não sabe...(Petúnia)

A partir dessas falas, fica evidente que no momento da ocorrência da violência até seu rompimento, há todo um processo pelo qual passam essas mulheres que se vêem pressionadas a tomarem uma posição, porque não agüentam mais a situação ou por serem cobradas pelas pessoas, instituições e a sociedade. Concordo que as denúncias precisam ocorrer, pois só assim existe a possibilidade da intervenção por vias institucionais, mas, outras medidas precisam ser pensadas, para subsidiar a tomada de decisão dessas mulheres sem causar maiores danos àquelas que decidem denunciar ou não, atentando para as complexidades e variedades de contextos que estão relacionados a essas questões.

Esse preâmbulo demonstra que a situação de violência é dinâmica. As mulheres envolvidas, em muitos casos, reagem de alguma forma às agressões que sofrem e tentam buscar saídas para esses conflitos de diversas maneiras. Muitas, resistem à condição de submissão e essa é uma das principais causas para que as mudanças ocorram, embora que lentamente. Essas mudanças, na forma da mulher perceber e

vivenciar as identidades, geram rupturas nas relações violentas, transformando-as no sentido de manter-se com o companheiro ou afastando-se deles.

Normalmente, precisam do afastamento para que a situação comece a ser alterada, não quer dizer que com o afastamento a violência cesse, às vezes continua e/ou aumenta. Algumas entrevistadas, por diversas vezes, tentaram o afastamento e com isso modificar as situações, mas, presas ao sentimento e a outros fatores, acabavam voltando para os companheiros quando esses prometiam mudar, “perdoando-os” e voltando ao convívio com eles. Por vezes, sob muitos julgamentos condenatórios. Esse aspecto demonstra o quanto é difícil a decisão de romper com essas relações para as mulheres que vivem essas situações. De forma geral, quando as situações de violência começam a acontecer não percebem como tal, associam a violência a causas externas ao agressor. Perdoar ou dar outra chance significa, para muitas, continuar a sonhar com o ideal de família ou relação desejado por cada uma delas.

### **2.3.1. As Políticas Públicas para combater a violência contra a mulher.**

As políticas públicas formuladas no país focam a criação de programas que atendam mulheres que sofreram violência doméstica e/ou sexual, incluindo atenção integral (jurídica, psicológica e médica), criação de abrigos, bem como, a articulação com medidas na área da assistência e da segurança pública, inclusive a aplicação de medidas preventivas e repressivas mais efetivas.

Em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça (SAFFIOTI, 1994).

No que diz respeito ao enfrentamento da violência, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) foi criada em 1985. O primeiro Estado a adotar essa medida foi São Paulo, sendo disseminada, posteriormente, por todo o país.

Essas delegacias surgem como um equipamento policial, parte integrante do sistema de justiça brasileiro, voltadas para garantir os direitos de cidadania da mulher e dar um atendimento jurídico policial às mulheres vítimas de violência doméstica, como define Corrêa (2006).

Atualmente, o Brasil tem aproximadamente 310 Delegacias especializadas (Debert, 2006), espalhadas nos Estados, e é possível observarmos o constante crescimento desse instrumento e a sua consolidação social, na tentativa de respaldar legalmente as mulheres que sofrem tal violência.

As DDMs enfrentam muitos problemas estruturais, identificados por algumas pesquisas (DEBERT, 2006, CORREA, 2006, GREGORI, 2006), como, falta de pessoal e equipamentos para o desempenho adequado das atribuições básicas da delegacia, limitada quantidade de viaturas, quando existem, precariedade de apoio para informatização, quantidade reduzida de funcionárias/os. Estão em Estados e cidades de tamanhos diferentes, que contam com recursos e infraestrutura distintas. Normalmente, estão instaladas num imóvel adaptado para seu funcionamento.

As pesquisas comprovam também que, muitas dificuldades enfrentadas para a consolidação dos serviços prestados por essa instituição são decorrentes de uma espécie de sub-valorização dessas delegacias no interior da corporação policial e de seus quadros de dirigentes. Justificada pelo fato de lidar com crimes de “menor” poder ofensivo à sociedade. *“Há uma tendência difusa por toda a sociedade em considerar que os crimes e infrações relativos às relações interpessoais e de natureza privada*

*constituem a face mais branda daquilo que caracteriza a violência urbana”.*  
(GREGORI, 2006, p. 61).

O problema da violência doméstica continua sendo visto como secundário entre os problemas que a sociedade brasileira enfrenta. Mesmo que já se aponte para as conseqüências sociais que essa violência origina, como, principalmente, em relação a segurança e saúde pública.

Em 1996, foi elaborado o Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, porém, só dois anos após sua elaboração passou a ser executado, pois existiam problemas técnicos dentro do órgão. Esse programa faz parte de outro, que integra as Estratégias de Igualdade, promulgadas pelo Conselho, através do compromisso assumido pelo Brasil na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing (2001).

A bancada feminina, existente no Congresso Nacional, articulou a aprovação dos projetos de lei: autorização da criação do disque-denúncia<sup>25</sup> de violência contra a mulher (PL 2279/99).

Por se tratar de acontecimentos difíceis de serem lembrados e relatados, percebi que as mulheres que sofrem violência doméstica, dificilmente falam espontaneamente sobre suas experiências para alguém que considere um estranho, mas, quando encontram o espaço e podem falar de suas trajetórias de violência, os momentos de conflitos vivenciados, sentem-se seguras e revelam um sentimento de alívio.

Geralmente, essas mulheres guardam esses episódios de violência pra si durante muitos anos, normalmente, por vergonha, medo ou por não dispor de meios que forneça essa escuta sem colocá-las em maiores riscos ou obrigá-las a tomar uma decisão de imediato para se separar do agressor, acusá-lo e/ou denunciá-lo em alguma instituição

---

<sup>25</sup> Parceria da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República – SPM e as empresas Embratel, Eletronorte, Eletrobrás, Furnas e do Disque Denúncia do Rio de Janeiro.  
<http://www.redehlh.org.br/180.html>. Acessado em 10/06/2009.

de Segurança Pública (Delegacias comuns ou Delegacias de Defesa das Mulheres - DDMs). Ter alguém ou uma instituição que ofereça essa escuta de forma “despretensiosa”, sem prever a ação imediata por parte das mulheres e que contribua para que elas “apenas desabafem”, foi tratado como importante, por muitas delas.

O disque-denúncia pode ser acionado através do número 180<sup>26</sup> “Ligue-180”, existente há quatro anos e que tem apresentado resultados positivos no que diz respeito ao número de registro, mais de um milhão de atendimentos prestados, desde sua implantação, segundo a SPM. Um instrumento como esse, favorece as mulheres e à sociedade como um todo. Nele, a escuta parece garantida. Pode-se pensar que, ao falar com alguém desconhecido e que não é visto, ajude uma mulher indecisa a se fortalecer e tomar a decisão da denúncia.

Apesar de todo esforço da SPM de divulgação desse serviço, através de cartazes, propagandas publicitárias nos rádios e TVs, muito ainda precisa ser feito para torná-lo ainda mais acessível em âmbito nacional e local. Sem falar que muitas vezes, as mulheres não dispõem de mecanismos para utilizar esse serviço, ou porque estão privadas do uso do telefone pelo agressor, não tem telefones residenciais ou móveis a sua disposição, ou porque o sistema público de comunicação é precário, quando existe, aqui me refiro principalmente às mulheres que estão no campo ou na floresta.

Segundo a SPM o número de ligações para esse serviço aumentou em 112% em relação ao ano passado. Em 2009 foram registrados 161.774 atendimentos, passando para 343.063 até o segundo semestre de 2010. O que assegura a importância desse instrumento para o enfrentamento da violência.

---

<sup>26</sup> A central 180, é um serviço que acolhe, ouve e orienta sobre os direitos e presta apoio às mulheres em situação de risco ou que sofrem algum tipo de violência. O serviço é gratuito, de âmbito nacional, seguro e confidencial, segundo informações da SPM, além de funcionar 24h, diariamente inclusive nos finais de semana e feriados.

A bancada feminista do Congresso Nacional, também propôs e conseguiu aprovação nos Projetos de Lei que dispõe sobre o afastamento do agressor da habitação familiar (PL 2372-00) e o que estabelece a notificação compulsória da violência contra a mulher atendida em serviço de urgência e emergência<sup>27</sup> (PL 4493/00). Tal projeto tornou-se Lei Federal nº 10.788, de 24 de novembro de 2003.

É sabido que a violência doméstica é caso de saúde pública. Esse assunto passou a ser foco de estudo e intervenção na área de saúde a partir dos anos noventa, devido sua alta magnitude e prevalência, visto que, as mulheres que vivem/viveram violência doméstica, são mais queixosas e apresentam distúrbios e patologias, físicos e mentais e Utilizam-se dos serviços de saúde com maior frequência do que aquelas que não passaram por essas experiências (D'OLIVEIRA, SCHRAIBER et al., 2009).

Em novembro de 2001 o Brasil ratificou o Protocolo Facultativo da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, adotado pelas Nações Unidas. Sinalizou, com esta medida, que as mulheres, individualmente ou em grupo, poderão encaminhar denúncias de discriminação para o Comitê das Nações Unidas, quando o Estado brasileiro não lhes der uma solução satisfatória. Além da grande conquista da Lei N° 11.340, de 07 de Agosto de 2006 – “Lei Maria da Penha”<sup>28</sup>,

---

<sup>27</sup> A notificação compulsória é um registro sistemático e organizado feito em formulário próprio, utilizado em casos de conhecimento, suspeita ou comprovação de violência contra a mulher. Sendo este obrigatório o preenchimento por parte do profissional de saúde, sem a necessidade do conhecimento da identidade do agressor.

<sup>28</sup> Maria da Penha Maia, biofarmacêutica, 60 anos, três filhas foi vítima de violência doméstica com proporções irreversíveis, lutou 20 anos para ver seu agressor condenado, seu ex-marido. Marco Antonio Herredia, professor universitário, em 1983, tentou matá-la duas vezes. Na primeira tentativa, com arma de fogo, deu um tiro que a deixou paraplégica, na segunda, tentou eletrocutá-la, na ocasião, ela tinha 38 anos e as filhas entre 6 e 2 anos. A investigação desse crime iniciou em junho do mesmo ano, entretanto a denúncia só foi apresentada ao Ministério Público Estadual em 1984. 8 anos depois, o ex-marido foi condenado a 8 anos de prisão, mas através de recursos jurídicos protelou o cumprimento da pena. O caso chegou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), e através dessa Comissão, foi considerado, pela primeira vez na história, um crime de violência doméstica. O Brasil, por ter ratificado o protocolo da Convenção, precisou tomar medidas judiciais sobre o caso e oferecer um resultado satisfatório para a vítima. Posteriormente, embora muitos anos depois do início da sua luta por justiça, Maria da Penha teve seu agressor condenado, em 28 de outubro de

que passou a julgar criminalmente os casos de violência de gênero em foro específico. É importante destacar as mudanças ocasionadas por ela no enfrentamento à violência doméstica. Na tabela 4, apresento algumas das principais inovações trazidas com sua implementação.

**Tabela 4: Inovações da Lei Maria da Penha:**

Legislação anterior	Depois da Lei
Aplica a Lei dos Juizados Especiais – JECRIM’s (Nº 9.099/95) para os casos de violência doméstica. Esses juizados foram criados para julgar crimes de menor potencial ofensivo.	Retira dos JECRIM’s a competência para julgar os crimes de violência doméstica contra a mulher.
Os Juizados Especiais, só tratam do crime. Para a mulher resolver questões de família – separação, pensão, guarda dos filhos – precisa abrir outro processo na Vara de Família.	Prevê a criação de juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal para abranger todos os níveis.
A pena para crime de violência doméstica é de seis meses a um ano	A pena para esse crime passa a ser de três meses a três anos.
A violência doméstica contra a mulher com deficiência não aumenta a pena	Se a violência for cometida contra mulher com deficiência, a pena sofre um acréscimo em 1/3.
A mulher pode desistir da denuncia na delegacia	A mulher somente poderá renunciar a denuncia, perante o juiz.
Permite a aplicação de penas pecuniárias como o pagamento de multas e cestas básicas.	Proíbe esse tipo de pena.
A lei não utilizava a prisão em flagrante do agressor.	Possibilita a prisão em flagrante.
A lei não previa prisão preventiva para os crimes de violência doméstica	Possibilita ao juiz a decretação da prisão preventiva quando houver riscos à integridade física ou psicológica da mulher.
Não trata da relação de pessoas do mesmo sexo.	Determina a violência doméstica contra a mulher independente da orientação sexual.
Algumas mulheres, em geral, vão às audiências desacompanhadas de advogado ou defensor Público.	A mulher deverá estar acompanhada de advogados ou defensor em todos os atos processuais.

Algumas conquistas foram alcançadas a partir de várias medidas adotadas. A VCM passou a ser considerada crime “ganhando” uma lei específica como supracitado. Anteriormente, as violências que as mulheres sofriam eram consideradas de menor potencial ofensivo, as penas eram amenas. Com essa lei as punições passaram a ser mais severas, reconhecendo a gravidade dos casos.

Essa conquista é um marco na história do país, sendo a primeira vez que há uma lei específica para tratar desse problema. Do ponto de vista da aplicabilidade, a lei em

---

2002, cumpriu dois anos de prisão, hoje, em liberdade. Maria da Penha passou a ser reconhecida como símbolo de luta nas histórias da VCM.

vigor há quatro anos, ainda suscita discussões no judiciário, legislativo e na sociedade civil de maneira geral. Muitas ações e investimentos de ONG's, ativistas e poder público tem contribuído para a sua visibilidade e aplicabilidade para que alcance e beneficie, senão todas as mulheres, grande parte daquelas que sofrem violência.

Estas conquistas permitiram avançar nas discussões tirando a violência de gênero do patológico e do privado para o público, permitindo algumas intervenções. A Lei Maria da Penha está no âmbito jurídico criminalizando a violência contra a mulher, no sentido de coibir e punir essa prática. Entretanto, o fenômeno a ser combatido é a violência doméstica, com base nas relações de gênero, que é um processo que não se esgota na judicialização, mas também nas ações de proteção, assistência e prevenção (POUGY, 2010).

As mudanças existentes nas conceituações e ações decorrem do movimento feminista que passou a reivindicar alterações estruturais em relação às desigualdades históricas vividas pelas mulheres, buscando equalizar a relação entre homens e mulheres em todos os âmbitos. Indubitavelmente, houve avanços. Percebe-se como positivo o aumento no número de denúncias e o crescimento nas demandas das mulheres que buscam ajuda. Pois assim, presume-se que as políticas, campanhas e ações das mais variadas instituições permitem não só a visibilização, como têm possibilitado que muitas mulheres saiam dessa condição. Essa verificação é possível, seja porque de fato as ocorrências estão aumentando ou porque elas estão se tornando visíveis devido a duas possíveis situações, de um lado os novos mecanismos de registro e controle e de outro, uma mudança de valores que desnaturalizam suas explicações.

### 2.3.2 – A rede de atendimento em Pernambuco

As redes de atendimento são consideradas estruturas interligadas em que convivem os atores e as suas relações e cuja, constituição participam diferentes ideologias políticas e discursos culturais que podem aproximar ou afastar os sujeitos integrantes. Neste caso, as afinidades de ação desses sujeitos, que representam tais instituições serão definidoras na consolidação ou não dessas redes de atendimento em torno de um objetivo comum, neste caso, o fim da VCM (KISS, et al. 2007).

Os serviços oferecidos para o enfrentamento da violência contra a mulher têm como objetivo trabalhar integradamente como uma rede. O modo de atuação prevê a reinserção social da mulher e busca oferecer condições de superação da violência, possibilitando a reconstrução das suas vidas.

Em Pernambuco, estão divididas entre redes de atendimento e políticas integradas, são elas:

A Rede de Atendimento:

- 4 Delegacias da Mulher (Recife, Jaboatão, Caruaru e Petrolina)
- 4 Coordenadorias da Mulher (Recife, Olinda, Camaragibe e Petrolina)
- 1 Conselho Municipal da Mulher (Recife)
- 4 Casas-abrigo (Recife, Olinda, Floresta e Petrolina)
- 2 Centros de Referência para o Atendimento a Vítimas (Recife e Olinda)

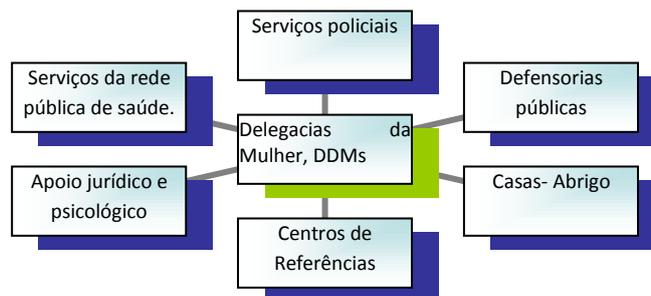
Políticas Integradas (só em Recife):

- Notificação e encaminhamento de casos na rede de saúde
- Prioridade para vítimas em programas sociais, de capacitação para o trabalho e geração de emprego e renda.

Segundo minhas observações, considero que o organograma abaixo mostra as interrelações entre as instituições, dando uma idéia de como o Estado entende que deva

ser a rota seguida por uma mulher para enfrentar a situação e romper com uma relação violenta. Vejamos então:

**Figura 1: Organograma da Rede de enfrentamento a violência contra mulher.**



A rota seguida pelas mulheres nas instituições segue um ordenamento previsto pelo Estado que é o acesso às DDM's ou delegacias comuns, que as encaminham para uma unidade de saúde e posteriormente para as instituições de assistência psicossocial. Mas, a forma de uso das mulheres não necessariamente segue tal ordenamento. A rota por elas criada inicia-se antes. Em alguns casos, as mulheres não buscam inicialmente essas instituições por medo que a violência aumente, pela vergonha da exposição e se apóiam nas suas relações interpessoais para buscar as soluções dos conflitos. No entanto, essas mulheres são também encorajadas pelos amigos e familiares a buscar auxílio em instituições, para um rompimento mais efetivo com a situação de violência, o que nos faz pensar que as políticas públicas têm sido importantes para que o processo de reconstrução física e psicológica dessas mulheres se inicie. *Eu sempre conversava com uma amiga, ela me dizia: - vai mulher, denuncia esse homem. E eu mesmo com medo, eu fui. Ela tava certa né? Eu não podia aceitar mais isso. (Cristal, entrevistada citada na introdução).*

A trajetória institucional de muitas mulheres que decidem denunciar as agressões normalmente é a mesma: recorrem primeiro às delegacias para, posteriormente, solicitar assistência jurídica e psicológica, como supracitado. Conhecer essas instituições e os serviços oferecidos por cada uma delas faz com que a procura por esses apoios institucionais seja crescente. Os apoios encontrados, por sua vez, podem contribuir para o “rompimento” da situação de violência, com o afastamento da mulher do agressor ou serem utilizadas por elas como mecanismo de coerção da violência, pelas punições que prevê aos agressores.

Algumas conseguem alterar as situações de violência com a denúncia, mesmo não se afastando do agressor. *“Ele batia em mim, mas depois que eu vim pra delegacia das mulheres, não fez mais comigo, entendeu”?(Lírio).*

Remontar essa trajetória e aprofundar o conhecimento dessas instituições nos ajudam a entender os direcionamentos e as medidas adotadas que contribuíram para que a intervenção nesses casos fosse possível, tendo ocasionado mudanças no padrão comportamental de homens e mulheres envolvidos em situações de violência doméstica.

Vários trabalhos foram desenvolvidos voltados para avaliação dessas políticas, destaque para as DDMs. (DEBERT e GREGORI, 2002; DEBERT, 2002; GROSSI, 1994 e 1998; SAFFIOTI, 1995 e 2002; SUAREZ e BANDEIRA, 1999, dentre outros). Hoje, o Brasil conta com mais de trezentas delegacias espalhadas em todos os estados (DEBERT, 2006). Em delegacias especializadas, recurso amplamente utilizado pela população “pobre” na busca por um respaldo legal para a solução dos conflitos, as barreiras estruturais impedem muitas vezes a continuidade das ações das mulheres.

Segundo Debert (2006), a criação das delegacias especiais, gerou uma expectativa de que essas instituições, para além da sua atividade estritamente policial, abririam também um espaço pedagógico. Isso pode ser comprovado no número de

mulheres que recorrem às DDMs para “assustar” os agressores, sem que com isso, queiram a sua punição prevista legalmente. A maioria espera a resolução dos seus problemas, que aquela situação de violência pare, mas não a punição dos culpados. A função pedagógica desse instrumento pode ser sentida na fala da entrevistada a seguir:

Um depoimento mermu. Pra que ele escutasse que não, que não deve acontecer isso. Que ele não tem direito de ta perturbando a pessoa. Que ele não tem direito, que ninguém é obrigado a viver feito ele, eu quero que ele escuta isso, que ele escute isso. Porque eu acho que ninguém é obrigado a viver com ninguém, que desse uma prensa nele, um susto. (IRÍS).

Com isso, as DDM's atuam como a primeira instância de informação e de prevenção de violência para essas mulheres agindo no sentido de não somente punir judicialmente, mas dando uma assistência integral a resolução dos problemas privados. As ações em curso atuando de forma integradas, são consolidadas através do amparo legal propiciado pela Lei Maria da Penha de 2006. Sendo fundamental a defesa de suas premissas (punir, coibir, assistir e prevenir), para que o campo dos direitos humanos e da conscientização da cidadania não sejam de forma alguma violados.

#### **2.4. - Rota de apoio e as Políticas Públicas: como as mulheres usam?**

Passo a descrever os caminhos que as mulheres percorrem para chegar até as instituições, desde a busca por apoio nas suas relações pessoais, até a rota institucional percorrida a partir daí.

##### **1º amigas/os e familiares**

A busca de familiares e amigos contribui para que se sintam encorajadas a buscar fortalecimento nas instituições, fornecendo apoio emocional e possibilitando

uma gama maior de informação na busca de apoio jurídico. O que se fortalece nas falas das entrevistadas a seguir:

Primeiro eu soube que né! Dessa delegacia das mulheres...  
Aí eu fui na delegacia das mulheres. Segundo eu vim aqui porque tem uma prima minha que ela trabalha aqui. (se refere a prima que trabalha no Clarice Lispector)  
Porque ela foi orientando a gente, ela disse: olha, muitas mulheres morrem por causa disso, disso, disso e disso. E ela conversa muito com a gente, né! Então foi isso que me trouxe até aqui. (Iris))

Aí tem uma menina lá, que falou: você tem onde buscar apoio, tem isso, tem esse órgão, tem muitas ONGs, tem...ficava falando pra mim, entendeu? Aí eu procurei ajuda das delegacias, no Clarice, a doutora me deu muita força. (Crisálida).

Os trechos destas falas demonstram que o apoio de familiares e amigos é importante para tomar a iniciativa em recorrer a estas instituições. Sendo assim, a família passa a desempenhar um papel fundamental na rota contra a violência percorrida por essas mulheres. Transformando-se numa aliada no tratamento voltado para a sua construção material e emocional. É evidente que a maioria das mulheres através da mediação das pessoas que fazem parte das suas relações interpessoais se sintam mais encorajadas e fortalecidas para iniciar o processo de denúncia, o que propicia a continuidade dessas ações.

## **2º O uso: Como chegam à rota institucional - A dificuldade de chegar aos serviços.**

A dificuldade das mulheres em chegar às instituições apresenta-se de variadas formas. Ou pela falta de informação, por fatores subjetivos que passam pelo medo da exposição e constrangimento e a falta de preparo dos profissionais que lidam com essas questões, que inviabiliza ou desencoraja o prosseguimento da denúncia. O medo e a vergonha da exposição dificultam que as mulheres denunciem as agressões que sofrem.

As ameaças que recebem dos agressores coíbem a ação. São recorrentes as ameaças que as mulheres sofrem, quando decidem denunciar o agressor. É por medo das reações deles, que podem ser desde o aumento da violência ou ameaças contra pessoas da sua família, que essas mulheres não procuram ou interrompem o processo de denúncia da violência sofrida.

Muitas mulheres desconhecem os serviços que são prestados na rede de enfrentamento da violência, mesmo que tenha tido uma intensificação da publicidade desses serviços, através, de campanhas publicitárias, panfletos, guias de serviços distribuídos às mulheres, a falta de informação dos serviços contribui para a permanência da situação de violência, bem como, os julgamentos morais que as pessoas fazem, também dificultam não só a exposição da situação, como a busca por ajuda como explicitado na fala a seguir:

De vez em quando, aparecia na televisão, no comercial, muito pouquinho, assim, que, sobre violência contra mulher, mais muito pouquinho, assim muito pouquinho, não dava muita informação, dava um esclarecimento pra você buscar ajuda. Às vezes era que eu escutava, uma pessoa ou outra, assim lá do bairro, agente de saúde, dizia, falava, dizia assim, eu ouvia o comentário, eu ouvia, elas comentando assim: que tinha, onde as mulheres buscar apoio, que tinha agora uma delegacia da mulher, ...aí ficava falando assim. (Crisálida).

Não as pessoas nunca se intrometia não porque as pessoas dizia: oxe, ela aceita isso porque quer. (Iris)

Eu disse: não esse povo não vai achar que eu tou errada não. Porque eu pensava que o povo ia dizer...me criticar. Pra mim ir contar que o meu marido tava me batendo, eu tava sofrendo aquela violência, apesar do povo dizer: não, mas ele é seu marido! Ele tava botando cumê pra dentro de casa, bem ou mal mais ta botando, você ta embaixo do teto que ele fez... Eu ficava com medo de ouvir essas coisas, aí o povo ta me dando apoio, aí eu resolvi falar. (Crisálida)

Eu achava que todo mundo ia ser contra mim, e eu tinha muita vergonha (...) eu me sentia acuada, eu me sentia sabe...alvo de olhares de condenação, eu me sentia condenada por uma coisa que porra, eu não tava fazendo, eu era a vítima, mas eu fui condenada, e isso eu sabia, eu sentia isso, não era saber. (Amarílis)

Todos esses entraves contribuem para a permanência da violência. Entretanto, existem àquelas que conseguem modificar de alguma forma o contexto de violência vivido, ao ameaçar o agressor com a instituição, ou seja, a existência desses órgãos pode sinalizar a diminuição da violência, uma vez que as mulheres podem lançar mão dessa estratégia, ameaçando-o com a denúncia.

### **3º Ausência ou dificuldade no acesso à rede de apoio**

A ausência de apoio interpessoal e familiar pode impossibilitar as ações. Mas, em muitos casos, a falta de informação e até mesmo a total ausência de instituições especializadas (neste caso, me refiro às mulheres do campo e da floresta), dificultam ainda mais o movimento de ruptura da violência vivida por essas mulheres. Como citado em vários momentos, por medo e falta de apoio “moral” tais mulheres se sentem “perdidas” e desencorajadas na busca de ajuda nas instituições, esse quadro é agravado quando desconhecem os mecanismos capazes de propor alternativas de ruptura da violência.

Neste contexto, evidenciamos que o fortalecimento e ampliação das políticas públicas complementares, no sentido de informar e trazer mais acessibilidade das instituições especializadas, perpassa também pela descentralização de tais políticas e instituições, conferindo assim, maior abrangência, chegando aos mais variados contextos e localidades. Não esquecendo que nas áreas mais remotas o apoio dos familiares e amigos é mais precarizado, exigindo ainda mais atenção e onipresença dos meios institucionais jurídicos e psicossociais para uma maior eficiência das rotas de ruptura da violência, respeitando a pluralidade de circunstâncias que o tema abrange.

**4º Avaliação positiva e negativa – desdobramentos – tratamento recebido e lentidão da justiça. Como percebem o atendimento, a ambigüidade e variação. O que há de positivo.**

Fica evidente que as mulheres utilizam as instituições, mesmo com todas as dificuldades anunciadas. Comumente, o tratamento recebido frustra suas expectativas. Impressionam a recorrência de relatos identificados entre as entrevistadas do mal atendimento e estrutura oferecidas nas instituições especializadas, apesar de toda diversidade de situações que a investigação sobre o tema revela.

Muitas críticas foram feitas à forma de atuação dessas instituições, me refiro principalmente às delegacias comuns e especializadas. Muito embora, a DDM ainda seja um lugar recomendado por elas para que o processo inicial de ruptura com as situações de violência aconteça.

A avaliação que essas mulheres fazem desses serviços apresentam características positivas e negativas. Os relatos apresentados por elas traduzem muitas vezes o despreparo dos profissionais ao lidar com questões de gênero e mostram que a “rede de serviços” inicialmente pensada, em muitos momentos, age sem seguir a rota institucional, através das políticas públicas implementadas, prevista pelo movimento feminista para resguardar aquela mulher, não possibilitando mudanças ou contribuindo para que a violência persista e, em alguns casos, aumente.

Como a busca por apoios não segue uma linearidade, as mulheres buscaram/buscaram, nos serviços oferecidos no enfrentamento da violência, saídas para seus problemas. Entretanto, em alguns momentos, se deparam com um tratamento que não prestou o acolhimento desejado, necessário e esperado nessas instituições. A seguir,

apresento as instituições que aparecem nas falas e como as mulheres percebem o atendimento:

### **Delegacia Comum**

A policia veio, levou ele e eu pra delegacia, prestei queixa dele. Quando chegou em casa foi pior, porque não aconteceu nada, o delegado só conversou com eu, com ele, disse que eu ia ficar dentro de casa, porque eu não tinha pra onde ir, melhorou não...foi pior(...) A última vez que eu resolvi dar um basta, foi que ele tentou é me pegar a pulso, que eu tava separada dele, aí que ele quase acaba meu peito com uma mordida, é...e me pegou a pulso, foi uma violência muito grande, aí eu peguei, contei pra vizinha, a vizinha mandou eu procurar ajuda e eu com vergonha de chegar na delegacia e contar o que eu tava passando, porque a maioria é homem, delegado, eu com medo de saber a resposta, foi tanto que a primeira vez, eu fui humilhada na delegacia(...)

O delegado olhou pra mim e perguntou: - se eu tava certa de fazer queixa do meu marido! O direito da mulher era ficar dentro de casa esperando o marido, que todos os casais briga, entendeu? Aí eu fui humilhada por isso que depois eu...que eu procurei a delegacia da mulé. (Crisálida))

Eu chamei o carro duas vezes ai o carro disse assim... da polícia PM, né! Esses negócios, 190, ai ele disse assim: só quem resolve isso é a delegacia das mulher. Eu já vim aqui já duas vezes, agora vá pra lá. ai ele disse assim: a gente não pode fazer nada, né! Porque uma que ele ta meio embriagado, então a gente não pode fazer nada, agora tem que ir pra delegacia das mulheres prestar queixa lá. Ai eu peguei e fui. (Lírio).

Amarílis avalia o processo como difícil e vergonhoso, pois, acredita que o preconceito contra as mulheres que sofrem violência é inerente a essa violência. Ao chegarem às delegacias, normalmente, são consideradas “culpadas” ou porque não foram capazes de conquistar um homem “normal” ou porque de fato mereceram passar por aquela situação. Me refiro aqui, principalmente à delegacia comum, muito embora, os tratamentos recebidos, sejam sentidos e interpretados de maneiras diferenciadas, pelas mulheres.

Eu procurei a polícia no dia seguinte ao espancamento e sei que ficou arquivado lá, não sei. Foi numa delegacia comum.

Na realidade eu cheguei lá e fui prestar queixa normal, como se você vai prestar queixa de assalto. Eu fiz uma B.O, você presta uma queixa, é como se fosse uma B.O., aí a galera, não você tem que fazer exame

corpo delito, tem que chamar o perito. Eram dois homens, me atenderam normal, na medida do possível me atenderam bem.

Eles disseram que eu teria que fazer o exame e voltar na delegacia. Eu não fiz o exame, porque eu já tava com tanta vergonha, já tava numa situação tão chata, só queria esquecer aquilo, esquecer era mais forte que a vontade de puni-lo o que eu me arrependo hoje. (Amarílis)

Na delegacia comum, gostei muito do atendimento, me acolheram bem, disseram pra minha família procurar um psicólogo pra mim. (Flor)

Liguei do orelhão, aí fiz a denúncia, mas eles não chegaram a vim, disseram que viria, mas não veio! (Rosa)

A falta de preparo dos profissionais tanto nas delegacias comuns, como nas especializadas se reflete na diferença no tratamento dado as mulheres que denunciam. No caso da delegacia comum, o tratamento é baseado, em muitas situações, por valores machistas e de preconceito de classe. À mulher que apresenta uma postura intelectual “mais esclarecida”, bem vestida, é dispensado um melhor tratamento. Diferente daquelas que contrariam esses padrões. Podemos perceber essa diferenciação nas falas de Flor e Amarílis comparadas à fala de Rosa. Essas duas entrevistadas pertencem à classe média e dispõem de conhecimentos sobre seus direitos.

### **Delegacia de Defesa das Mulheres**

Aí eu peguei, um dia depois fui pra delegacia da mulé. Cheguei lá foi onde eu encontrei todo o apoio que precisei, porque a escritã de lá é ótima, me encaminhou pro Clarisse, cheguei aqui tive um apoio psicológico da psicóloga, e jurídico com a advogada e foi que eu comecei abrir processo contra ele. Mas continuava assim, ele dentro de casa, mesmo assim depois que eu prestei queixa na delegacia da mulé, dentro de casa e violento. Aí eu ganhei 50% da casa, que eu botei ele na justiça. Aí ele foi me jurou de novo me matar e disse que ia pegar as crianças e fazer coisas horríveis é, ele disse lá... eu falar aqui... vou pegar, vou comer você e vou comer as meninas e tudo quanto for buraco, porque eu tenho direito porque vocês tão na minha casa. (Crisálida)

Quando eu cheguei lá na delegacia das mulheres, né! Eu fui marcar a audiência ai ele foi. Ai ele pegou, na segunda vez, chegou lá ele falou, falou, depois ficou por isso mermo. Ai lá na delegacia disse assim: traga a testemunha. Como é que eu vou trazer testemunha? Eu não vivo

conversando com ninguém, eu não vivo debatendo com ninguém. E eu não tinha amizade, eu vivo dentro de casa, ai... ninguém quer ser testemunha de ninguém. A delegacia das mulheres mandou, deu um papel ai mandou eu fui pro Clarice. (Lírio)

Mas na delegacia da mulher, eu fui muito humilhada, subjugada, acho que por conta da minha profissão (modelo). Eu acho que elas achavam que eu fazia programa também. Elas diziam: e porque você aceitou? Você não teve oportunidade nenhuma vez de fugir? E eu respondi: porque tinha medo.

As mulheres na DDM, não senti que se sensibilizaram com minha história, insinuando que eu fiquei tanto tempo porque quis. A delegacia da mulher não está preparada para receber um universo amplo de mulheres. Eu acho que o Clarice sim.

Fiz B.O. de violência sexual também. Já prestei três queixas, a última por difamação. (Flor)

Na delegacia das mulheres, foi horrível, porque foi assim, é,...primeiro eu me senti condenada por ter me envolvido com rapaz novo, mas também... pelos questionamentos sentia que me julgavam, tanto homem mais velho aí, você foi...! me colocou assim, entendeu? Como se, ele falasse a culpa fosse minha, de ter acontecido... (Sol)

No caso das delegacias especializadas, pode-se identificar uma inversão do que acontece na delegacia comum, ao perceber que as/os profissionais conferem uma maior vitimização das mulheres. Por ser um espaço que atende mulheres de classes variadas com maior recorrência para aquelas mais desfavorecidas economicamente. As que fogem esse perfil são desacreditadas e o tratamento, acolhimento esperados não se realiza, além do julgamento de valor que é feito através das/os funcionárias/os a essas mulheres. O que nos dá a idéia de que para essas/esses profissionais, a violência doméstica só é permitida e admitida para aquelas que não têm recursos, por não apresentarem, na maioria dos casos, meios para impedir que a violência aconteça ou meios pra romper com ela.

Dessa forma, o papel do homem provedor e mulher dependente, justificaria a continuidade da violência, mesmo que elas estivessem sendo, desculpem a ironia, sustentadas para morrer a qualquer momento. Logo, podemos pensar que essas

instituições não estão preparadas para receber as várias mulheres dos mais variados contextos que a violência contra a mulher abrange.

### **Casa Abrigo**

Flor buscou todos os meios institucionais de apoio a mulher na rede criada para o combate da violência, delegacia comum, DDM, Clarice Lispector, Casa-Abrigo. Passou um mês e uma semana na casa.

A lógica da casa, não me abriu portas, mas talvez tenha sido um grande momento de reflexão mesmo, mas abri portas não. As portas que eu falo, é por entender que essas instituições vão te apontar caminhos. Eu acho que fujo um pouco do perfil das pessoas que procuram a casa abrigo, lá eles oferecem alguns cursos, pintura, não faz parte do meu mundo, em partes, mas vi muitas pessoas saindo de lá com esperanças, Os níveis sociais na casa, de certa forma, se nivelam. Lá pra mim foi só a questão da segurança. Achava que em qualquer outro lugar estaria correndo risco (Flor).

### **Respostas encontradas nas tentativas de denúncia: Lentidão da justiça para dar respostas aos casos**

As respostas que encontram para a solução da violência por meios institucionais, nem sempre foram satisfatórias. Os pontos negativos mais citados foram: a lentidão da justiça e a impunidade do agressor, além das situações relatadas anteriormente.

E eu fico muito chateada é porque a justiça é muito lenta e não resolve, eu sei que aqui no Clarisse ninguém tem culpa, porque o que os advogados pode fazer ele me faz...a psicóloga faz, que graças a ela, se não fosse ela eu num sei nem como é que eu tava, que não teria encontrado forças pra recomeçar. Porque eu quero que ande, porque essa incerteza, esse negócio de ficar impune, me dói e muito entendeu? Eu quero ver ele na cadeia, olhe pode custar o que custar, pode passar 10 anos, mas eu vou botar ele na cadeia. Eu boto e vou mostrar, nesse dia que botar eu vou mostrar a todo mundo que se resolve. Que tem muita mulher que fica a vida

inteira esperando num sei o que, em vez de procurar a justiça... (Crisálida)

Da delegacia, fui pro juizado da mulher, pedi as medidas protetivas que até hoje não saíram, quatro meses depois. ...Eu não fui encaminhada p o Clarice, tinha um cartaz grande falando do apoio jurídico e um amigo do meu irmão havia falado pra ele, chegando lá, queriam me levar imediatamente pra casa, e eu não queria, queria ir embora, queria meus documentos.

Eles achavam que eu estava correndo risco de morte e queriam me encaminhar para a casa. Inclusive pra sair de lá, eles me fizeram assinar um termo, uma semana depois eu voltei, porque ele começou a ligar, escreveu uma carta, veio bater aqui e me ameaçar.

O documento dela ficou com o ex e nada foi feito. Ele não compareceu a nenhuma audiência.

Frustrada diz que: ele disse que já comprou todo mundo lá, e acredito que seja possível, porque em quatro meses, se o cara não aparecer para audiência é decretada a prisão preventiva da pessoa. Ele não tem residência fixa, com os antecedentes que ele tem...diante do que eu levei, nada foi feito até agora, me deixa desacreditada. (Flor)

### **Como percebem o atendimento**

Não desisti não, voltei lá outras vezes, eu achava pra mostra minha cara, pra mostrar a violência que eu sofri.

Aconselho toda mulher a procurar, dou todo apoio. Porque em todos os lugares, existem bons e maus funcionários. Eu aconselho que vá, e procure. Se chegar nervosa no Clarice Lispector como eu cheguei, chorando, nervosa, sabe? Não se preocupe não. Mas deixa, no dia que ta ali acontecendo. Depois numa hora mas calma, volte lá novamente e conte com mais calma de novo tudo. Faça que nem eu. Eu contei não sei quantas vezes, na primeira vez cheguei lá chorando, desesperada, com medo, apavorada, do jeito que tinha acontecido na outra delegacia. Mas, procure, venha aqui no Clarice, que a gente fica muito fragilizada, tem psicóloga ótima aqui, tem advogada ótima aqui. Você vai encontrar apoio jurídico, psicológico aqui. Prá ficar forte pra poder lutar contra esse homem ou contra sei lá, um irmão, um pai, que as vezes não é só marido não viu. (Crisálida)

A falta de suporte na delegacia pode ter prejudicado o andamento da denúncia.

A dificuldade maior em primeiro lugar é da gente, porque é muita vergonha bicho, é foda...porque eles me trataram bem, até porque eu não sou, eu sou uma figura que sou educada, sei falar bem, eles sabem que não estão lidando com uma pessoa que, eles sabem que tão lidando com uma pessoa que tem instrução, que no mínimo reconhece seus direitos, então eles não iam me tratar ruim, eles sabiam que eu poderia ter uma reação ruim também, entendeu. Mas olham diferente né? É um olhar meio, que te condena...é foda, é muito ruim, é muito vergonhoso. (Amarílis)

Na minha opinião, hoje, funcionário da delegacia da mulher, estão pra bater cartão e ganhar e receber salário no final do mês O problema não é deles né? (flor)

Apesar do aparente descontentamento da forma do tratamento recebido na DDM

Flor ainda diz que é o melhor caminho para percorrer.

Mesmo assim, eu ainda indico. Que é assim, você vai pra lá, e ele pode te indicar aqui, o apoio aqui, o apoio não é lá, lá você não tem apoio de nada, você não tem apoio. Lá é só uma...é uma ponte. Pra vim até a cá. Se você não passar lá, não sei, se não passando lá, pode vim direto pra cá. Mas, lá você não tem apoio nenhum, não tem segurança. Você pode denunciar, você sair, e a pessoa lhe matar, eles não tão nem aí. Então muitas mulheres desiste por causa disso, de dar parte. Porque não tem a segurança, não existe segurança. Mas fica lhe condenando, entendeu? Ele diz assim: - ah! você veio da parte hoje, amanhã você ta dormindo com seu marido de novo. Elas vêem isso. Por causa de umas, todas pagam. (Cristal)

Rosa não sabe como avaliar as instituições. Na tentativa de denúncia numa delegacia comum, no momento que precisou, não pode contar com esse suporte:

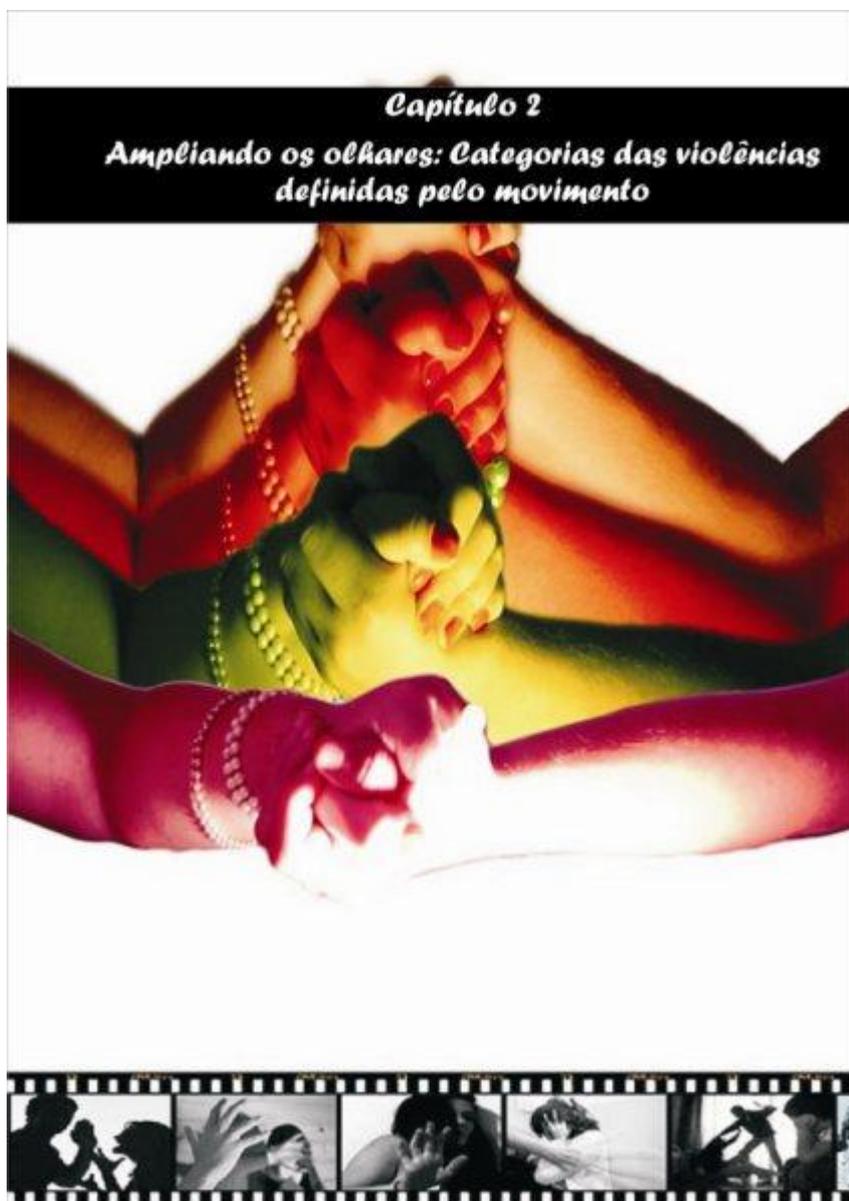
Eu liguei desesperada, chorando, que tava grávida com dois filhos na rua, ele tava me ameaçando querendo me matar com uma faca e ninguém vem... Não indicaria fazer queixa nessa delegacia a ninguém (Rosa).

Estas falas apresentam uma realidade espantosa ao expor a forma de atuação de algumas instituições. Elas revelam que o processo de denúncia, passa por etapas que vão desde a falta de conhecimento dos lugares, nos quais os serviços são prestados, até a vergonha, medo do que pode acontecer com as denúncias e o tratamento que receberão nessas instituições.

Fica evidente a falta de investimento na capacitação dos profissionais que atuam na área de segurança pública, no que se refere à sensibilização e à conscientização necessárias para lidar com a violência doméstica. Os julgamentos morais feitos às mulheres, a partir das concepções e valores arraigados de uma sociedade ainda marcada

por bases machista e patriarcal apresentam-se como entraves no processo de ruptura da violência e fazem com que as mulheres evitem essas instituições e deixem de acreditar na eficácia desses serviços. Inspirada nas falas das entrevistadas, sinto que há uma falta de comunicação e inter-relação das instituições de assistência psicossocial e jurídica/policial. Apesar das DDM's fazerem parte da rede sugerida pelas ações voltadas ao enfrentamento da violência doméstica, falta um entendimento contextual da violência de gênero entre os profissionais da área, sugerido pela falta de sensibilidade no atendimento prestado na fala das entrevistadas. Resultando num atendimento precário e como já mencionado insatisfatório.

Para que o processo de ruptura da violência doméstica seja eficiente no âmbito social e jurídico tanto quanto no atendimento satisfatório dado as mulheres, é preciso um entendimento geral que essas instituições são complementares, e assim devem pautar suas ações. Dando respostas mais concretas para o enfrentamento da violência.



Esse capítulo trata dos significados da violência para o movimento de mulheres e para as mulheres envolvidas em situações deste tipo. Primeiro será apresentado como o movimento classifica as diferentes situações e, posteriormente, o que as mulheres consideram violência. A partir dessa percepção, busca-se compreender qual é o momento em que ela decide romper com a situação de violência, e como se dá essa ruptura.

Procura-se também aprofundar a discussão sobre a dinâmica de casal sustentada pelas relações de gênero tendo em vista reunir pistas e propor ações de enfrentamento para a situação de violência vivida pelas mulheres, bem como, identificar pontos de estrangulamento nessa discussão.

A trajetória de violência na vida das mulheres é gradual e crescente. Muitas vezes é difícil de ser percebida prontamente pelas mulheres envolvidas. O sentir a violência é uma percepção individual e subjetiva, que se dá em diferenciados momentos, dependendo do entendimento que se tem de violência.

### **3.1. Visão de violência**

A violência só é reconhecida, tanto pelas mulheres, como pela sociedade, a partir do momento que aparecem as marcas físicas. Tais agressões passam por um processo de hierarquização, ou seja, as violências consideradas “mais graves” muitas vezes não são as mais recorrentes e a física é a mais grave, mas não recorrente, assim a mulher não se apercebe de sua situação, não sendo, pois, a situação de violência facilmente identificada. Por ser uma violência multifacetada, as agressões apresentam-se de variadas formas podendo se configurar separadamente ou não. Como apresentado nas falas a seguir, a violência é percebida de forma gradual, possibilitando o agigantamento das situações:

Mas...eu já apaixonada, ele nunca tinha feito, antes disso, ele nunca tinha demonstrado nada que tivesse mesmo característica violenta, ele não tocou em mim, nesse dia, foi só verbalizar. E aí no outro dia você conversa, acorda, eu te amo pra cá, eu te amo pra lá e fica tudo bem, pediu desculpas, disse que não tinha nada a ver, que foi mal. Depois, que ele começou mesmo a me agredir, queria me livrar daquilo né. E quando parava eu dizia: meu Deus o que é que eu tô fazendo aqui. Mas aí, no outro dia, sei lá, no mesmo dia na realidade, ele chorava, dizia que me amava, fazia drama... que ele não queria me ver daquele jeito... (Amarílis)

Ficava...é...pedia desculpa, sabe a gente se separa, a gente se separou várias vezes, assim sabe? Ele ficou lá na casa de um colega, na casa da família dele, mas aí depois ele pediu pra voltar, pediu desculpas, disse que nunca mais isso ia acontecer, aí tudo bem...Que ele gostava de mim, que eu era a mulher da vida dele, que eu perdoasse ele, essas coisa né. Depois de uma semana, duas aí começava tudo novamente. (Cristal)

Por toda essa complexidade que envolve o tema, o movimento feminista passou a conceituar e categorizar as variadas formas de violência de gênero. O Movimento definiu as violências psicológica, física e sexual para que as mulheres pudessem ampliar sua visão sobre a questão desnaturalizando-as e, ao se reconhecerem em situações de violência, buscassem meios para rompê-las.

A violência psicológica (VP) foi categorizada como toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa.

Violência psicológica (VP)
Insultos constantes, humilhação, desvalorização, chantagem, isolamento de amigos e familiares, ridicularização, rechaço, manipulação afetiva, exploração, negligência, atos de omissão a cuidados e proteção contra agravos evitáveis como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, ameaças, privação arbitrária da liberdade (impedimento de trabalhar, estudar, cuidar da aparência pessoal, gerenciar o próprio

dinheiro), confinamento doméstico, críticas pelo desempenho sexual, omissão de carinho, negar atenção e supervisão.

A violência física (VF) ocorre quando uma pessoa que está em relação de poder em relação à outra, causa ou tenta causar dano não acidental por meio do uso da força física ou de algum tipo de objeto ou instrumento, que pode provocar ou não, lesões externas, internas ou ambas. Segundo concepções mais recentes, o castigo repetido, não severo, também é considerado violência física. Esta violência pode se manifestar de várias formas. Como serão listadas no quadro a seguir:

Violência Física (VF)
Tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, estrangulamento, lesões por armas ou objetos, obrigar a tomar medicamentos desnecessários ou inadequados, álcool, drogas ou outras substâncias, inclusive alimentos, bem como tirar de casa à força, amarrar, arrastar, arrancar a roupa, abandonar em lugares desconhecidos, danos à integridade corporal decorrentes de negligência (omissão de cuidados e proteção contra agravos evitáveis como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, entre outros).

**Violência Sexual (VS):** A violência sexual compreende uma variedade de atos ou tentativas de relação sexual sob coação ou fisicamente forçada, no casamento ou em outros relacionamentos. A violência sexual é cometida na maioria das vezes por autores conhecidos das mulheres envolvendo o vínculo conjugal (esposo e companheiro) no espaço doméstico, o que contribui para sua invisibilidade. Esse tipo de violência

acontece nas várias classes sociais e nas diferentes culturas. Diversos atos sexualmente violentos podem ocorrer em diferentes circunstâncias e cenários.

### Violência Sexual

Estupro dentro do casamento ou namoro, estupro cometido por estranhos e/ou conhecidos, investidas sexuais indesejadas ou assédio sexual, inclusive exigência de sexo como pagamento de favores, abuso sexual de pessoas mental ou fisicamente incapazes, abuso sexual de crianças, casamento ou coabitação forçados, inclusive casamento de crianças, negação do direito de usar anticoncepcionais ou de adotar outras medidas de proteção contra doenças sexualmente transmitidas, aborto forçado, atos violentos contra a integridade sexual das mulheres, inclusive mutilação genital feminina e exames obrigatórios de virgindade, prostituição forçada e tráfico de pessoas com fins de exploração sexual; estupro sistemático durante conflito armado.

Estas tipificações também foram importantes para poder estabelecer uma regra jurídica para punir os agressores e para que as mulheres identifiquem as variadas formas de violência. Entretanto, pode-se pensar até que ponto ela pode funcionar para identificar como realmente a situação de violência se instala. O caminho lógico de ir num continuum domínio e subjugação pode não corresponder a como o controle é posto em prática pelos homens que usam da violência para dominar e controlar suas parceiras afetivas. Retomarei este ponto mais adiante.

Não tem como apreender o universo feminino na sua integralidade, logo, acredito que, categorizar foi importante para fins práticos. As categorias do movimento indicam caminhos para uma possível mudança na forma das mulheres identificarem as múltiplas formas de violência, muitas vezes veladas. Por se tratar de fenômeno muito

familiar, “foi assim com minha mãe, será comigo”, não reconhecem na maioria das vezes, a violência em si, ou seja, a violência se camufla em torno das relações familiares aceitas, deixando de ser percebida. A maioria das mulheres vive subjugada ao cônjuge, embora não tenha total consciência desse fato (SAFFIOTI, 2004). O esforço do movimento feminista teve como fio condutor conscientizar as mulheres e mostrar que outras formas de viver eram possíveis.

Saffioti (2004) reflete, através de uma pesquisa realizada em todas as regiões do Brasil, que ao questionar as mulheres utilizando as categorias de violência, a incidência aumenta para aquelas que declararam ter sofrido violência espontaneamente. A utilização dessas categorias tem demonstrado que as mulheres quando são estimuladas a responder sobre violências psicológica, física e sexual, reconhecem situações antes não reconhecidas. Como apresentado na tabela 5:

**Tabela 5 - Comparação das mulheres que relataram a violência espontaneamente e quando interpeladas a partir das categorias do Movimento:**

Mulheres que relataram a violência espontaneamente		Mulheres que relataram a violência, a partir do estímulo da menção das categorias	
Psicológica	2%	Psicológica	27%
Física	16%	Física	33%
Sexual	1%	Sexual	11%

Fonte: quadro criado a partir dos dados apresentados por Saffioti, 2004

Nesse sentido, o uso das categorias tem contribuído para o maior reconhecimento das violências entre as mulheres, principalmente, no que se refere às de natureza psicológica e sexual. A violência psicológica contra a mulher se dá de forma perversa especialmente perversa uma vez que faz com que as mulheres internalizem as agressões,

diminuam a auto-estima e passem à auto-depreciação, internalizando, muitas vezes, o discurso do opressor.

A principal e a mais destruidora mesmo foi a violência psicológica, porque assim, a partir do momento que assim, ele já tinha o discurso pra estar sempre junto porque ama, porque isso, porque aquilo outro, não sei, você vai absorvendo esse discurso. Então você começa, e aí é que fode tudo, porque você começa a entrar de cabeça e não consegue se livrar, você participa da lógica, você concorda, corrobora com aquilo, você quer aquilo, mesmo que você não queira conscientemente, mas inscicientemente é aquilo que você quer, porque se ele de repente não age mais daquela maneira, você acha que ele não gosta mais de você. É aí o que você vai fazer da sua vida, se ele já é tudo pra você. Tinha uma hora que eu já não pensava se a situação poderia mudar ou não, mas tinha uma hora, que eu já tava, sei lá, tão... massacrada mesmo que eu já, já não fazia mais diferença se ele ia mudar ou não, eu sabia que ele não ia mudar e não esperava que ele mudasse na realidade, eu simplesmente tava ali com ele e não sabia mais estar sem ele na realidade. ...eu não sabia mais me comportar sem ele, sem aquele controle mesmo. (Amarílis)

...É, dizia que eu era preguiçosa, que eu só dava pra dormir, num prestava pra nada, não servia pra nada, queria que eu sumisse da vida dele.

Ele falou que eu não prestava nem pra zona, que se eu fosse pra zona os machos nem de graça iam me querer. Isso eu nunca conseguir esquecer, nunca.

Não, ciúme ele não tem não, quem é que tem ciúme de uma coisa que nem eu, menina? Se fosse uma coisa de presença, mas um traste que nem diz ele, se fosse uma coisa, que nem diz ele, toda ajeitadinha, bonitinha, de presença um pouquinho, mas um teleque na reta que nem eu, tem o que a gente merece. (Margarida)

Nesses relatos é possível observar que a violência psicológica “abre passagem” para as outras formas de violência. A mulher já “massacrada” como diz Amarílis, com baixa auto-estima, “permite” que as outras violências aconteçam. A violência contra mulher, dificilmente vai se caracterizar por fatos isolados, mas por uma recorrência de episódios crescentes e frequentes.

Da psicológica foi aumentando, sei lá, pra um empurrão e aí ele começou pra parte mais física mesmo, da gente tá brigando e ele me empurrar, de sei lá, me segurar, rasgar a minha roupa, como já aconteceu...e aí só faz aumentar, você vai perdendo, perdendo, até o dia que ele me espancou de vez... (Amarílis)

A violência sexual dificilmente é caracterizada por fazer parte do código das “obrigações” da vida conjugal. As mulheres “aceitam” ou submetem-se ao ato sexual como estratégia de diminuição da violência, o que não ocorre, e a violência continua ou aumenta, se intensifica.

Eu ainda ia esquentar a comida dele, botar comida pra ele, pra já...pra ele num...eu não dava um motivo pra ele brigar, sabe? Quando ele...eu escutava o portão, eu levantava da cama, esquentando o cumê, pegava a cueca, toalha, lá no banheiro. Pra ver se ele não vinha pra cima de mim. Mas ele vinha, depois que ele comia, tudinho assim...ainda queria eu fizesse amor com ele. Eu pegava, me sujeitava, fazia. Depois que eu fazia, ainda me esculhambava, dizia: - ta vendo, que eu uso você na hora que eu quero! Ta vendo que ninguém lhe quer, só eu mesmo. Na hora que eu quiser você tem que abrir as pernas pra mim! Era muito humilhante. (Crisálida)

Oh! Às vezes ele queria, e às vezes eu não queria né, porque também é, às vezes eu não tava me sentindo bem, também já magoada por que ele fazia comigo, pronto. Ele rasgava minha roupa, e fazia sexo comigo a pulso. Até na minha gravidez... (chora). (Rosa)

Eu já não sentia mais nada por ele, mas quando ele queria eu tinha que fazer né? A gente ainda viva junto” (fala em relação a relação sexual). (Íris)

O controle sexual que muitos homens exercem sobre o corpo e a sexualidade das mulheres é uma das maiores marcas de domínio deles sobre elas. Suárez et al (1995) apresentam reflexões sobre os crimes sexuais, que muitas vezes dentro da relação conjugal ou alguma relação que tenha envolvimento sexual, a noção de crime não existe, por ser o sexo um código da relação e o homem poder dispor dele como obrigação da mulher. O campo de significados inclui vulnerabilidades das pessoas agredidas (MACHADO, 2000).

Na violência sexual muitas vezes a mulher é tida como co-responsável nas ações. O crime sexual é facilmente reconhecido quando praticado por pessoas que não fazem parte do universo de relações da mulher, praticado por estranhos. Nesse sentido, a violência sexual praticada por namorados, companheiros, maridos ou ex, muitas vezes não é considerada violência, não tem um reconhecimento significativo. Bandeira (1998) adverte que há um desinteresse social em se acreditar na mulher como vítima da violência sexual. Sempre se atribui uma culpa para essas mulheres, ou porque estavam

nos lugares e nos momentos “errados” ou com trajes e comportamentos “errados”, não se admite facilmente, que a violência faz parte da arena do poder e submissão impostos historicamente à mulher.

É importante perceber que normalmente a violência sexual é a menos referenciada nas pesquisas e aquela que a mulher fala menos espontaneamente. Pode-se pensar que a mulher pode não reconhecê-la pelas “obrigações” sexuais que “precisa” prestar ao companheiro, tornando-se uma violência velada.

Se a violência contra a mulher se dá de forma crescente e freqüente passando da psicológica para a física e/ou sexual, presume-se que ou de fato os homens não praticam a violência sexual, mesmo sendo uma das mais fortes marcas de controle do homem sobre a mulher; ou essa violência é recorrente e elas não relatam facilmente por ter códigos e valores que envolvem essas questões.

A violência contra a mulher pode ser considerada de maior ou menor potencial ofensivo. O corpo machucado visibiliza e demarca socialmente essa violência. A física é a mais aparente, cicatrizes, dentes quebrados, olhos roxos e inchados, braços quebrados são as marcas que essas mulheres carregam e apresentam para comprovar a violência sofrida. Muitas vezes, a ausência delas faz com que sejam desacreditadas e a percepção da violência cometida seja minimizada.

A violência física, expressamente marcada nos corpos, também demarca esse controle sobre o rosto, um dos lugares de maior recorrência. O rosto confere o maior lugar da “anatomia” da violência. Uma possível interpretação é que a intencionalidade desse lugar é deixar marcas aparentes demonstrando seu poder de macho e servem como uma forma de humilhar e ultrajar a mulher. (AZEVEDO, 1985).

Freqüentemente, outras partes do corpo são marcadas, não só as aparentes, as partes que demarcam a sexualidade da mulher também são alvos dessas agressões.

Mutilações nas genitálias no intuito de diminuir sua feminilidade, beleza, deixando-as presas a essas marcas e inviabilizando que outras pessoas ou homens as vejam como interessantes faz com que, muitas delas percam o interesse por si próprias. Machado (1998) pontua que *“na cultura mediterrânea, o rosto representa o lugar do corpo revelador da identidade e da honra. Assim, o bater no rosto é o bater que requer submissão... o ato de bater masculino está interpenetrado com a auto-estima viril”* (MACHADO, 1998, p.14). Os relatos que seguem reforçam as idéias expostas acima:

Dava murro na cara, me chutava também!  
Era, ah, era mais no rosto, era na barriga. (Rosa)

Ele ameaçava que deformaria meu corpo com água fervendo. Eu comprei uma revista que tinha uma americana que o namorado deformou o rosto dela com água quente e o rosto dela estava todo deformado. Aí ele sempre me ameaçava mostrando essa foto, espalhou pelos espelhos da casa, do banheiro, do quarto...  
E ele dizia: toda vez que tu pensar em fazer alguma merda, tu lembra que pode ficar com o rosto assim, tu num gosta de usar creme importado, mas tu lembra que tu pode ficar assim...  
(Flor)

Apanhei muito, ele me quebrou dente, pé, de tanto pau que eu levava. Uma vez eu fiquei parecendo um monstro dentro de casa. (Crisálida)

É possível perceber nessas falas que mesmo se tratando de histórias diferentes, o discurso é homogêneo no sentido do reconhecimento da violência. Cada mulher tem um modo individual de sentir e vivenciar a violência. Muitas sujeitam-se à própria violência para evitar outras, como demonstrado no caso daquela que aceita a relação sexual para não sofrer violência física e termina sendo humilhada, por ter se submetido aquele parceiro que a controla e domina.

A violência contra a mulher, quando se torna pública ainda é naturalizada, não raro atribuindo-se como explicação o tipo de personalidade dos parceiros nela envolvidos: de um lado, um homem que não controla sua agressividade “natural”, de outro, uma mulher que não sabe resistir a este homem. Como bem aponta Gregori (1993) os parceiros são vistos como cúmplices, enredados em situações doentias, que foge ao padrão de normalidade da complementaridade requerida para o casamento.

### 3.2. A dinâmica da relação violenta

Os históricos afetivos dessas mulheres seguem a mesma lógica, inicialmente, buscam um parceiro para construir uma relação harmoniosa, para concretizar o ideal de casamento “planejado” por elas. Normalmente, a busca se dá pelo homem protetor e provedor. Quando as situações de violência são iniciadas, sentem-se “fracassadas” por considerarem que não foram capazes de manter a relação, mesmo que tenham cumprido o papel de “boa mulher”, “boa mãe”, “boa dona de casa”. *mulher sonha muito... não podemos depositar algo que sonhamos muito na mão de outra pessoa. Não fui educada pra casar e ter filhos, mas era meu sonho, ter maridinho, filhinho, família perfeita...* (Flor).

A família idealizada por essas mulheres aparece como o ponto inicial para que não critiquem o modelo de gênero posto, que “constrói” a relação do casal demarcando os papéis. O homem provedor e protetor e a mulher que busca conquistar esse homem.

A rota da violência começa a ser delineada no momento que percebem que esse ideal de família é interrompido com a violência. A trajetória afetiva (desenvolvida pelos homens) passa pela sedução e conquista, posteriormente, pela proibição do trabalho,

isolamento da família e amigas/os, que desdobram-se na violência que vai impossibilitar que a vida ao lado daquele homem prossiga.

### 3.2.1. Sedução, tudo é amor!

A maioria das mulheres descreveu que no início das relações os companheiros se mostraram homens carinhosos, atenciosos e até mesmo românticos. O interesse de ambos se unirem surge daí. De um lado o homem que conquista (atributo da masculinidade) e a mulher que deseja ser conquistada (atributo da feminilidade).

No início da relação, ele investia, eram declarações e mais declarações em público, de se ajoelhar de eu era a mulher da vida dele. Que pela primeira vez tinha encontrado uma mulher de verdade, que ia casar que ia ser feliz, todo dia um buquê de rosas, inclusive pra minha mãe. (Flor)

No início da relação era como todo início de relação, perfeitinho, todo mundo se conhecendo, uma lua de mel eterna...a gente teve uma intimidade muito grande, muito rápido, do tipo de dormir sempre juntos, tá muito junto...ele era romântico... chegava a ser pegajoso mesmo...de ficar e se preocupar de quase querer casar já no primeiro mês, entendeu? E a convivência sempre era muito intensa, o tempo inteiro junto, de ligar, de se ver todo dia... sempre inventava formas de tá junto de tá presente(...) (Amarilis)

Porque eu queria ter um homem dentro de casa, ele tem seu lado bom, ele tem seu lado ruim. Eu me apaixonei por ele e ele por mim, né! Então ele dizia: eu quero ir morar contigo. Porque eu morava só. Tinha o meu trabalho, eu estudava e tudo mais, era a minha vida, entendeu? Então ele via eu morando só, uma mulher só e queria morar comigo. Eu fiz: rapaz, eu acho que a gente precisa se conhecer melhor. Ele fez: nada! E começou a comprar as coisas e a gente foi morar. Eu: oxe, esse homem tá doido. Como é que ele nem me conhece, nem eu conheço ele, mais doida sou eu que aceitei né? (risos) (Iris)

A vontade de ter ao seu lado um companheiro com a proposta de realizar o ideal de família sonhado por muitas delas, propicia uma áurea romântica e de encantamento que maximiza o envolvimento e dependência emocional.

### 3.2.2 Isolamento: trabalho, amigos, vizinhos, família.

Esses homens depois que conquistam as mulheres com o discurso de proteção e garantias que nada lhes faltará, as afastam do trabalho, estudos. Sem renda, passam a depender economicamente deles. Posteriormente, o processo de dominação se dá, ao afastá-las da convivência com amigos e familiares. Nesse sentido, elas passam a viver sob total controle, domínio e “sozinhas”. *Ele quebrou o chip do meu celular para eu não ter mais nenhum contato profissional, ainda tentei fazer uns trabalhos, mas depois ele me convenceu a parar e eu parei (Flor).*

Dependendo emocional e financeiramente do companheiro, essas mulheres, já isoladas das suas relações anteriores àquele homem, ficam afinal sujeitas a subjugação do companheiro/marido.

### 3.2.3. O ideal de família desmorona

Somente quando elas reconhecem que é violência, o “ideal de família” imaginado por elas, deixa de existir e é quando passarão a vê-los como “predadores”<sup>29</sup> e nesse momento, buscam alternativas para romperem com a situação.

E nesse dia eu percebi que não tinha amor, não tinha nada, era tudo mentira, armação que ele queria que eu me prostituísse de fato, aí que eu decidi fugir. Aí eu pensei, agora ele me mata, mata todo mundo, mata quem ele quiser, minha vida tava um lixo mesmo... (Flor)

Poderíamos pensar na seguinte estrutura: Inicialmente o homem apresenta-se como protetor, torna-se provedor absoluto, para “transformar-se” em predador. Esse

<sup>29</sup> Uso esta terminologia como uma ironia, para enfatizar a mudança que se opera no comportamento desses homens depois de conseguirem o isolamento das mulheres a partir do papel de provedor e protetor passam a preda a autonomia da mulher usando da violência.

processo vai gerando, dependência, solidão, medo e prisão. Neste sentido, a constatação dessa transformação pode ser o momento de ruptura da situação de violência pelas mulheres envolvidas neste tipo de relação amorosa.

Moore (2000) pode ser uma boa chave para interpretar esta situação. Inicialmente a mulher sente-se com poder por se identificar com a identidade de mulher que se submete a um homem protetor e provedor. Há uma conjugação entre a fantasia de poder (conquista do homem provedor e idealmente protetor) com a fantasia de identidade (ser a mulher que ele deseja, aquela que não tem autonomia).

Subjetividade e identidade de gênero se conjugam perfeitamente. Somente quando há um hiato entre as fantasias de poder e de identidade elas podem pensar em outras possíveis construções de subjetividades buscando outra identidade para o exercício da feminilidade que media sua afirmação como mulher.

Entretanto, para que isto aconteça a conjuntura das suas vidas deve ser propiciatórias. De um lado, como já visto antes é fundamental o apoio de pessoas afetivamente próximas e importantes (retomar a rede de pessoas amigas, familiares e vizinhas) bem como contar com apoio institucional, como ocorreu em todos os casos aqui estudados por mim e na pesquisa anterior em que participei e lancei mão de seus resultados.

Por outro lado, ter um suporte para o seu sustento econômico também é imprescindível. Seja o apoio de familiares próximos, seja encontrar um novo trabalho ou novo negócio. Sem um suporte econômico, ao que parece, a autonomia das mulheres – aqui entendida como a capacidade de decidir sobre si mesma – não é factível, como observado nas falas a seguir:

(...) Eu arrumei um trabalho pra mim ficar, e acabou, eu ia ter como me sustentar. me separei dele! Aí, ele começou a chorar, mas eu disse: não adianta não, tem jeito mais não. (Rosa)

(...)Eu dei muitas chances, eu sempre conversava com ele pra ele ver se parava com aquilo, mas as vezes parece que era pior. Mas eu conversei com ele muito e dei muita chance. Mas teve um dia que desisti e fui tratar da minha vida. Minha família me apoiou. (Iris)

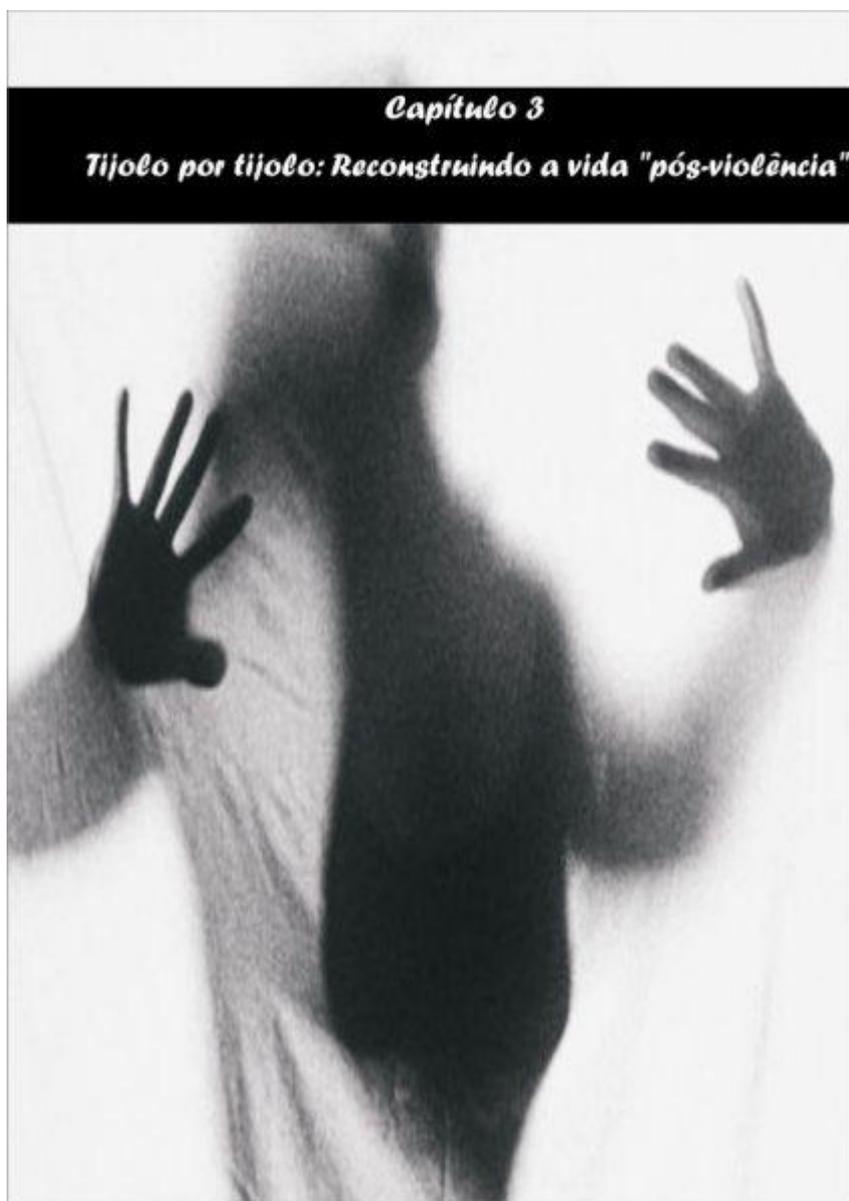
Essas falas demonstram que quando elas encontram meios financeiros e emocionais, rompem com a situação com o propósito de iniciarem uma nova vida.

Antes de passar ao próximo capítulo é importante fazer notar que as definições do movimento para tipificar a violência servem para classificar as diferentes situações que estas mulheres passaram, vindo num crescendo de um tipo a outro. Para elas mesmas a violência somente é violência quando tem uma ação física. Mas a forma de viver a situação está enquadrada por valores de gênero onde o controle da ação das mulheres é um valor positivo.

O homem provedor que promete ser protetor é um ideal para muitas mulheres e tem como correlato identidades femininas culturalmente disponíveis, e até certo ponto no topo da hierarquia para classificar as mulheres brasileiras. A trajetória de violência dentro da relação começa de forma imperceptível porque culturalmente sancionada. Um homem tem direito de afastar a mulher de todas as suas redes de relações, bem como, tem direito de lhe solicitar que interrompa sua vida profissional sem ser considerado um absurdo ou constrangedor. Apenas depois de conseguir o isolamento social e emocional das mulheres é que as agressões se tornam mais fortes e evidentes. Somente aí é que funciona realmente a tipificação do movimento para o que vem a ser violência contra a mulher.

Pensamos que se não for incorporado na discussão sobre violência, nas instituições públicas e nos folhetos educativos sobre o tema, os modos de envolver a mulher no isolamento para depois desencadear as violências que o movimento tipifica,

as mulheres podem continuar sendo levadas a aceitar parceiros provedores que inadvertidamente – para elas – tornam-se predadores.



Procuro nesse capítulo amadurecer a discussão de vitimização da mulher que sofre violência doméstica e como elas passam a resignificar a violência vivenciada. Como se apropriam desses novos significados desenvolvidos durante o processo de ruptura para reestruturar suas vidas.

#### **4.1. Vítima e agente: faces de uma mesma moeda.**

É comum se referir à mulher que sofre violência como vítima. Colocá-la nessa condição tira dela a possibilidade de agência. A palavra vítima é utilizada para representar pessoa morta por outra, pessoa sacrificada às paixões ou aos interesses de outrem, pessoa passiva de um crime, aquela que sofre o resultado funesto das próprias paixões ou a quem são fatais os seus bons sentimentos, bem como qualquer coisa que sofre dano ou prejuízo<sup>30</sup>.

Várias/os autoras/es como Corrêa (1981), Saffioti (2001), Gregori (1993), Heilborn (1996) e Moore (2000), dentre outras/os, produziram trabalhos em relação à temática principalmente no âmbito das teorias feministas. Nesse campo de estudo, poderíamos pensar em três grandes tendências, aquelas/es que defendem que as mulheres são vítimas, as/os que defendem que são cúmplices na relação, também as tirando da condição de vítimas, e aquelas (es) que apontam para a possibilidade de agência dessas mulheres. A partir da análise dessas tendências, pode-se inferir que a vitimização das mulheres tende a impedir que a mesma se perceba como agente transformador nas relações violentas. Assim, constata-se uma tensão dentro da teoria feminista sobre a idéia da vitimização da mulher e a recusa dessa explicação.

---

<sup>30</sup> <http://michaelis.uol.com.br/>. Acessado em: 20/04/2010.

Ambos os pontos de vista são válidos para esta análise, pois a mulher a partir do momento em que sofre a violência é vítima e a agência viria depois do estado da vitimização. Ou seja, ela precisa primeiro ter a consciência de que é vitimada pela violência para dar espaço à agência. Sem esse entendimento ela não vai agir, tendendo a permanecer inerte à situação.

O estudo de Gregori (1993) aponta para uma interpretação de que as relações violentas são formas variadas de comunicação entre um casal. Ela desmonta, de certa forma, a dicotomia vítima e algoz, o que não deixa de ser problemático<sup>31</sup>. A partir de um estudo de caso, ela constata que as mulheres em muitos contextos são oprimidas, entretanto, vivem e se relacionam de maneiras diferentes com esse fato.

Essa assertiva tem reflexo entre as mulheres entrevistadas, no momento que se percebe as variadas estratégias que desenvolvem para conviver com a violência. A interpretação que a mulher faz da sua condição é que vai influenciar na sua agência. A vitimização revela um estado de permanência relativamente passiva que não contribui para mudanças efetivas.

A partir do momento que ela compreende que é prejudicada, ela vai pensar em formas de sair da situação, modificando sua agência. De qualquer forma, numa retrospectiva das situações vividas, todas elas conseguem identificar que inicialmente pensavam não ter saída. Estarem de mãos atadas: sentimentos, filhos, julgamentos... Mas, ainda assim, pensavam diferentes ações para cessar a violência. A leitura dessas ações, ao que parece, carece ainda de mais e profundas interpretações para que o par vítima/agente possa ser mais e melhor entendido aumentando a eficiência e eficácia do enfrentamento da VCM.

---

<sup>31</sup> O trabalho de Gregori, a época da publicação enfrentou duras críticas, destacando-se o embate com Safiotti. Machado recuperou a idéia de vítima num outro patamar de problematização estas polêmicas foram importantes para avançar na compreensão desse fenômeno.

Não podemos considerar as mulheres envolvidas em situações de violência como passivas. Através dos vários relatos, é possível observar que tentam “dar voz as suas dores”, entretanto, se deparam com uma realidade social e institucional que, muitas vezes, as impossibilitam de protagonizar o final ou o rompimento das situações de violência.

Machado (1998), também traz reflexões sobre o lugar da mulher em relações violentas. Para essa autora não basta entender as mulheres como vítimas, mas suas reações e interações.

Também não basta entender as relações conjugais entre homens e mulheres apenas como relações de poder e não poder, de desigualdade ou de igualdade, e de violência ou de não violência; essas relações também se organizam como relações de afetividade, sexualidade, amor e paixão.”(MACHADO, 1998, p. 23)

Se a construção de pessoa ou de sua identidade, depende da forma como ela se relaciona ou da relação que ela estabelece com o coletivo/contexto, então, devemos reconhecer os diferentes modos que as categorias mulher e homem estão envolvidos na produção e/ou reprodução das noções de pessoas e suas possíveis agências (MOORE, 2000).

As mulheres que buscam sair da situação de violência se utilizam de formas diversas de enfrentamentos, visto que umas procuram saídas, que vão de uma maior obediência para evitar atos mais violentos, fugas, rupturas, ameaça com as autoridades, como nos casos aqui estudados. Isto dá substância para tentar compreender como se formam sujeitos e variadas subjetividades inseridas num grande conjunto de identidades disponíveis mais ou menos ordenadas num sistema de gênero.

As intersecções entre raça/classe/sexualidade/religião oferecem também uma multiplicidade de posições e tantos outros possíveis arranjos que vão ser fundamentais na compreensão deste processo de resignificação da vida.

Pode-se pensar que a vitimização é importante também para a visão de agência, pois sem o entendimento de que ela é uma vítima da violência, no sentido estrito da significação que a palavra traz, ela também não vai ter a consciência que tem meios para desenvolver sua própria agência. Muito embora, com ou sem vitimização ela será agente, mesmo que “passivo”. A mulher vai contribuir de alguma maneira para as mudanças ou a permanência das situações.

As discussões de agência e vitimização não são suficientes para abarcar a complexidade das agências dessas mulheres. As teorias que as vêem como vítimas não enxergam a possibilidade da mulher poder mudar, e mudar de várias formas; aquelas que enxergam só a agência pressupõem que a mulher não precisa passar pela situação de violência, “tá naquela situação porque quer”.

Os relatos das mulheres comprovam que elas são vítimas e agentes ao mesmo tempo, quando constatado que acionam várias maneiras de realizar ações transformadoras e significando ou resignificando, assim, sua agência. O que se precisa compreender mais e melhor é que códigos, valores e identidades disponíveis informam estas suas ações e como elas promovem ou não a ruptura com a situação de violência vivida.

É certo que, as mulheres que romperam com as situações de violência não viram mais a possibilidade de permanência com o agressor. Sem o afastamento físico, a violência seria mais difícil de cessar. E a compreensão desse processo tem dimensões subjetivas e coletivas.

[Referindo-se ao momento em que a situação se tornou insuportável]..Já era, mas depois desse dia [do espancamento], eu vi que se eu continuasse ali eu ia morrer, se tivesse uma próxima vez eu ia morrer, isso virou uma realidade pra mim, eu vou morrer... eu não rompi na hora obviamente, eu não era doída, foi no outro dia, eu não rompi na hora porque eu ia morrer, se eu inventasse de sair dali. Então a única coisa que eu pensei foi, eu vou acalmar ele de alguma maneira, pra ele não me matar aqui de porrada e aí sei lá, eu transei com ele, foi como um estupro...(mas foi para fingir que estava tudo bem) No outro dia de manhã a mãe dele chegou em casa, eu aproveitei e aí quando ele tava na cozinha eu sabia que a mãe dele tava lá, com o padrasto dele lá, eu sabia que era a minha esperança, peguei minhas coisas e sai que nem falei com ninguém. Sai correndo, sai correndo mesmo, peguei o ônibus e fui pra casa, aí nunca mais... Aí me ligou tudo, mas aí depois disso...fugi. (Amarílis)

Outras empreendem ações no intuito de modificar as relações, mas permanecem com o companheiro por diversas razões, a mais destacada é a falta de autonomia financeira e o sentimento que a amarra ao agressor.

A gente chegou a se separar muitas vezes porque a violência tava demais. Ai eu voltei, voltava pra ele porque ele tava dizendo que ia mudar. Só que quando eu voltava ele dizia depois começava tudo de novo, mas rapaz a gente separava de novo, ai voltava(...) Eu tenho que contornar o que eu posso fazer, eu faço, pra poder não ta brigando com ele toda vez. Mas ele acha, como já disse, ele acha que tem que ser assim. Diz que tem prazer, se ele quer, é melhor ele fazer comigo, ele ter comigo (fala da relação sexual que não a agrada). Ele não é ruim pra mim assim...ele é a pessoa que me dar coisa... (Mel, que vive com o companheiro há 10 anos.)

Na entrevista, Mel ressalta que não busca apoio, pois não acredita que possa encontrar soluções para o seu caso por compreendê-lo como circunscrito à esfera do privado, a vida íntima do casal. Nesse sentido, o situa no âmbito da vida sexual do casal e, assim, vai montando estratégias próprias de (enfrentamento ou sobrevivência) assim retratadas:

Quem é que vai dar jeito na cama com duas pessoas? Então a gente esconde, faz o que pode, inventa alguma coisa pra não fazer, quando eu faço. E assim,a gente vive né, até quando Deus...até que...é certo que as pessoas diz assim, tem que se acostumar, mas a pessoa cansa.

Então, quem sabe, se eu não...já estou cansando. E procurar outra pessoa... Será que tem jeito? Será que dá jeito? Que é muito bom quando a gente tem uma, uma pessoa pra conversar, que a gente pode conversar e dizer a ela o que tá passando. Mas, e o jeito, quem vai dar? Se a cabeça dele é essa. Mas ele tá batendo em mim, não! As duas eu não vou negar que ele me bateu, não...ele não é de bater em mim. As vezes ele me pega assim pelo braço: - tu é louca? Presta atenção! Tem que viver pra criar esse menino, heim! É mesmo! Mas na cama, na hora do prazer, na hora do amor, não é o que eu queria, não é aquela coisa. E então, uma coisa supera a outra, né?  
 (...) Então isso tudo, assim, meu apoio quem é? Meu parceiro, meu companheiro. Mesmo com isso tudo que ele faz comigo, mas a única pessoa que me dá força. Porque eu sei que ele tá ali do meu lado.  
 (Mel)

Outra mulher entrevistada, Lírio, não vê outra saída a não ser ficar com o companheiro. Não busca apoios pessoais nem institucionais, por acreditar que seu problema, de caráter íntimo (a violência sexual), não tem solução, e assim, mesmo insatisfeita, mantém sua relação e vai buscando formas para conviver com essa situação.

Estou com ele faz doze anos...Oxe, ele dava em mim, ele me esculhamba, bota pra fora, eu já dormi no meio da rua com os menino. E eu tenho que ficar lutando por que? Porque não tem uma casa, não tem um trabalho, tem nada disso. Ai a cabeça desgasta, né! Ai a pessoa tendo, a pessoa não vai ta passando por isso. Ele batia em mim, mas depois que eu vim pra delegacia das mulheres, não fez comigo, entendeu? Mas melhorou, né! O quê que eu fazia? Às vezes vou pra casa de mãe, vou pra Igreja, negócio assim. Pronto, ai vou levando...como é que tá hoje a situação? Melhorzinha, meio bom meio ruim, dia bom dia ruim, e ai vai. (Lírio)

Ela buscou apoio institucional (o denunciou) e “modificou” sua relação. As agressões físicas foram interrompidas. O que pode ser identificado como ponto comum nas duas falas, é que mesmo convivendo com os agressores, elas desenvolveram saídas para interromper a violência, ao menos as que “julgam insuportáveis”.

Várias situações podem ser destacadas na tentativa de romper com a situação de violência: 1 - Elas podem interromper a situação de violência e continuarem com os companheiros; 2 – Elas podem não conseguir sair da situação de violência, continuando

com os companheiros; 3 – Elas podem romper com a situação de violência e se afastarem do companheiro; 4 – Elas podem se afastar do companheiro, mas entrar em outra situação de violência, por não ter apoios e/ou um acompanhamento que resgate a possibilidade de um recomeço sem violência, a partir do resgate da auto-estima e passa a fazer parte de um ciclo vicioso.

#### **4.2. Momento da ruptura: um pulo no abismo**

As medidas acionadas por essas mulheres apontam para o início das mudanças reforçando a agência de cada uma. Não são rotas que tem início, meio e fim determinados, que respeitam uma linearidade de ações. Nem podemos identificar o tempo que as ações se iniciam. Isso pode ser confirmado quando no histórico relatado pelas mulheres, algumas romperam com a situação nos primeiros meses e outras vivenciaram a situação ao longo de muitos anos. Esta interpretação parece se coadunar também com a trajetória de transformação de uma relação de proteção para uma relação de violência, como visto no capítulo anterior.

A rota prevista pelas instituições e movimento feminista, ganha destaque para impulsionar o rompimento das relações violentas. A partir do momento que essas mulheres buscam o apoio institucional e recebem a assistência prevista ou pelo menos, desejada, a ruptura e também o processo de reconstrução de suas vidas se inicia. O processo de reconstrução, aqui entendido como o momento em que a mulher se entende como vítima da violência e busca outras alternativas para resignificar as vivências nos relacionamentos, seja na permanência com o parceiro ou não.

Como dito antes, não existe uma linearidade de ações ou um momento específico em que a situação de ruptura de fato aconteça. O que é uma constante, é que

ela rompe a partir do momento em que aquilo se torna uma situação insuportável, a maneira de interpretar o insuportável é o que vai diferenciar as ações. Neste contexto, o conhecimento e conscientização dos conceitos definidos pelo movimento feminista, como já mencionado, imputam a compreensão que é fundamental para que as mulheres fiquem mais alerta ao que farão em etapas futuras da sua vida. Ter consciência dos diversos tipos de violência cria a possibilidade de detectar um direcionamento negativo na relação com os homens.

Mais uma vez aqui, nos deparamos com a necessidade do funcionamento das instituições que fazem parte da rota percorrida pelas mulheres vítimas de violência e das políticas direcionadas para este fim. Sem a compreensão de que esses aparatos devem funcionar de forma entrelaçada e contínua, a eficácia das resoluções fica prejudicada.

#### 4.2.1. Como significam a violência hoje?

A vivência de uma situação de violência deixa marcas. Para cada uma dessas mulheres, a lembrança da violência sofrida vai trazer uma interpretação e direcionar seus posicionamentos com relação ao que elas vivem no momento. A situação da violência vai se tornar um divisor de água na vida dessas mulheres, ocasionando uma mudança na maneira como ela vê a relação amorosa, alterando suas posturas em relação ao que pode ser considerado como sadio ou não e o que passam a caracterizar como violência, como ilustrado através das falas das entrevistadas:

Eu não me culpo, me apaixonei e fui embora viver essa paixão, mesmo tendo sofrido toda essa violência, eu consegui sair dela. Não quero mais nenhum romance, não quero me envolver com ninguém. Estou vivendo um momento meu, só meu. Não quero entrar na vida de ninguém fragilizada, pode ser uma forma da pessoa me manipular mais uma vez.

Esse agora é um momento meu, quero outros amores, o amor da minha família, bichinhos, amigos, um amor que tenho certeza que não vai me decepcionar, porque seria mais uma decepção.

Adoro quando saio e alguém olha pra mim, mas não quero ninguém, estou resgatando minha auto-estima. Isso serviu de lição pra mim da seguinte maneira, Aprendi a não naturalizar a violência de forma nenhuma, hoje, olhar, mexer no celular; apertar meu braço; hoje, nada disso pra mim é normal. Eu sempre acreditei que existia amor dentro da minha relação, eu apanhava e pensava que era amor, me privei e pensei que era amor, não falava com meus amigos e pensava que era amor...

Violência não cessa. Quando o homem é violento ele pode adormecer, mas em algum momento ela vai explodir. Num olhar, numa forma de falar... Ele queria que eu continuasse com medo dele. E eu enfrentei. (Flor)

Eu ficava muito assim abalada com aquilo. Porque eu queria ter um homem dentro de casa (...). Só que eu gostava demais dele, eu deixava isso acontecer... mas quando passou o tempo que eu parei pra pensar que não vale, né! Você gostar de uma pessoa que faz isso comigo, porque eu acho que ele não gosta de mim. Se ele gostasse de mim, ele não tava fazendo essa violência toda, ele tava procurando viver. Ai cheguei o momento que agora. Não adianta. Então se ele, se eu deixasse ele fazer, ele ia fazer sempre. Então eu procurei logo a providência, que foi essa: procurei a delegacia, e fui e dei parte na delegacia das mulheres e agora vou até o fim. Tô com a proposta de ir até o fim e não querer mais. (Iris)

Uma vez que a mulher rompe com a violência, que a situação deixa de ser “suportada”, ela vai olhar para o seu passado de violência recente ou não, de forma diferente. Uma vez que a auto-estima começa a ser recuperada e que ela se apropria de novos valores com relação à afetividade, muda seu modo de ser e estar na sociedade da qual faz parte. Passando a dar novos significados a violência e não mais aceitando essa condição.

Ela começa a não mais aceitar o que ela vê como dominação e a própria dominação passa a ser interpretada de maneira diferente. Qualquer indício, de um gesto que ela sinta como ameaçador, um gesto que indique a coação da sua individualidade, passará a ser insuportável.

O resgate da auto-estima, da sua individualidade, dos seus sonhos e aspirações para o futuro, passa por um longo processo de reconstrução e resignificação. Nesse momento é indispensável o auxílio de agentes externos, institucionais e interpessoais. Moore (2000) chamou atenção para essa questão da resistência e da obediência. Como tipos de agência, resistência e obediência são categorias difíceis de serem analisadas. Questões de desejo, identificação, fantasia, medo têm que ser discutidas. Cada mulher vivencia individualmente suas experiências, tem uma história pessoal, e é na intersecção dessas histórias com situações, discursos e identidades coletivas que reside a relação problemática entre estrutura e práxis, e entre o social e o indivíduo. Entre o ideal e o vivido. Desse modo, resistência e obediência não são apenas tipos de agência, são também formas ou aspectos da subjetividade, são marcadas por estruturas de diferença fundadas no gênero, raça, na etnicidade dentre outras.

### **4.3. O que é a vida delas hoje e o que fazem**

A ausência de resposta das instituições contribui para que essa retomada seja lenta e dolorosa para as mulheres, uma vez que, a impunidade dos agressores ainda é recorrente. Mesmo que esses agressores sejam punidos com a prisão, ainda assim, as mulheres se sentem reféns, continuam sendo ameaçadas e perseguidas. Entretanto, uma vez iniciado o processo de ruptura, dificilmente elas retrocederão. É a certeza da punição do agressor, que lhes garantirá um maior conforto e motivação para reconstruírem suas vidas, promovendo o final efetivo da violência.

A resignificação da violência vivida e da vida dessas mulheres passa pela informação dos serviços institucionais e o fortalecimento pessoal, como percebido na fala abaixo transcrita:

Mas aí eu conversando com a psicóloga, é que eu fui me fortalecendo, fui criando força, coragem, hoje eu saio pra qualquer um canto, eu sei que eu posso encontra ele na esquina, mas eu saio pra enfrentar. Eu vou pra onde for preciso, eu participo dessas passeatas, de tudo que tiver assim...eu sou xingada, as pessoas dizem: porque isso não resolve nada, eu digo: - mai eu vou! Onde eu puder estar eu estou pra resolver, entendeu? (Crisálida)

Como percebido, o conhecimento dos seus direitos a encoraja a tomar a iniciativa de ações mais enérgicas e que vão de encontro à relação violenta, estabelecida no passado.

Ainda com relação à conscientização dos seus direitos, outro relato mostra a interdependência da ruptura da situação de violência com o conhecimento adquirido:

Eu digo: - eu não sabia de nada de justiça, de nada, hoje eu sei procurar meus direitos, eu sei com quem falar, sei que tem advogado, disponível, gratuito porque não eu não tô pedindo favor a ninguém, eu pago meus impostos... Então é um direito que eu tenho, que me assiste. Sei onde falar alto, sei onde falar, sei como me comportar, como pobre mais eu sei, entendeu? Então eu sei os meus direitos, por isso eu não vou deixar.

Eu pensava...porque ele batia, eu ficava quebrada, arrebatada, mas eu ficava viva pra continuar lutando pelos meus filho, entendeu? Aí eu ficava assim...aí eu vim mesmo saber depois que fui pra delegacia, aí que vim aqui. Aí peguei um bocado de panfleto, aí fui lê, tudo que o povo dava, sobre violência eu ficava lendo, procurava saber. As vezes tem conferência, negócio da S.O.S. Corpo, tem do Direitos Humanos, que tem sempre...que eu to por lá, pra escutar, pra aprender, e saber mais sobre onde buscar apoio. (Crisálida).

Uma vez que essa mulher adquire conhecimento sobre seus direitos, suas atitudes tomam um direcionamento emancipatório. Passando, inclusive, como mostra a fala que antecede à agentes multiplicadores de conscientização para outras mulheres, militando em alguns casos, contra a violência praticada contra as mulheres.

A autonomia financeira, também constitui em um elemento emancipador das mulheres que iniciaram o processo de ruptura e reconstrução de suas vidas. O depoimento a seguir revela o sentimento de autonomia e revalorização das expectativas de uma vida antes sem esperança:

Eu pensei que não era capaz de enfrentar essa violência, enfrentei e tô aqui. E tô mantendo meus três filhos, com dificuldade mais estou. E sei que vou vencer um dia. E meu sonho é botar um negócio pra mim, montar meu próprio negócio. Ser uma empresária, um dia eu vou ser, que eu tenho que dizer eu vou ser uma empresária, entendeu? E lhe digo a você todas as vezes, olha... e eu tenho uma meta, que um dia eu vou ser uma empresária. Povo dizer assim: - essa menina passou pela delegacia das mulheres, passou pelo Clarice Lispector, sofreu violência, mas venceu. Táí os filhos dela todos formado, de faculdade...não precisou se prostituir, nenhum filho dela, nem ela, não se envolveu com droga, venceu! E um dia eu vou dar esse depoimento, todo mundo vai ver. Se Deus quiser. (Crisálida)

É preciso atentar que a independência financeira é fundamental para o reconhecimento de sua autonomia, dando segurança e fomentando a manutenção de atitudes positivas com relação ao direcionamento que sua vida irá tomar. Contudo, observo que na hierarquia das relações de gênero, tal autonomia ainda não alcançou sua valorização necessária na sociedade para fornecer os meios possíveis para a equidade entre homens e mulheres, descaracterizando então a VCM.

Com ênfase nas afirmações anteriores, acredito que só o enfrentamento da situação e a punição do agressor é que pode proporcionar uma vida livre e tranqüila. Na descrição que segue podemos observar que, para a reconstrução ser efetiva e segura a eficiência das instituições jurídicas, havendo a punição cabível serve de base para que a mulher vitimada siga no processo de ruptura e reconstrução:

Se por exemplo, se ele for punido, sair na televisão, sair: - “olhe, foi punido, porque fez isso, isso, isso”. Pronto, já fica com receio de fazer, entendeu? Antes de fazer, vai pensar, um monte de vez, antes de fazer alguma besteira. Eu aprendi, com essas minhas procura de ajuda, foi o que eu aprendi. Que você tem que procurar mesmo e, dar um basta, e mostrar os erros, porque se não vai continuar acontecendo as violências.

Mas tem muitas: - Se casou comigo e eu vou ter que viver com ele, porque ele é meu marido, um dia melhora! Não melhora não, porque o meu esperei melhorar 14 anos, e não melhorou. Tenho vergonha não,

que eu sofri não, antes eu tinha, a violência eu tinha vergonha. Hoje tenho não, conto mesmo, pra todo mundo ver. Se uma pessoa me convidar pra falar numa platéia com mil pessoa eu vou lá e falo. Conto, ta acontecendo isso, isso; aconteceu isso, isso comigo. Ta acontecendo ainda, agora só que não é mais espancamento, mas acontece ainda.

Mas eu vou dar um basta nisso pode acreditar. Porque eu sou um ser humano como qualquer outro. Nasci pra ser feliz e vou ser feliz, e vou vencer. E nasci pra vencer, não nasci pra ser uma derrotada não. Vou vencer, pode acreditar! (Crisálida)

Essas falas nos fazem compreender que o processo de recomeço não é fácil. Ele se dá de variadas formas, continuamente ou descontínuo. O processo se inicia no resgate da auto-estima, no recomeçar o convívio com a família e amigas/os e na sua inserção social. As redes de apoio são fundamentais para isso, nota-se que aquelas que não se separaram do agressor, não tiveram suporte, nem receberam apoio para que superassem a situação e realizassem a ruptura.

As estratégias utilizadas para recomeçarem suas vidas são múltiplas. As mulheres que sofrem violência doméstica, mesmo aquelas que recebem apoio, se consideram solitárias. Por ser uma decisão que só cabe a cada uma delas, ao longo das suas experiências, passam por etapas que precisam superar como, a crítica social que recebem, o isolamento a que foram submetidas e o resgate das suas relações interpessoais, como explicitado na fala de Amarílis:

Decidi falar da situação com meus amigos primeiro porque são meus melhores amigos, então se você não for falar pra eles, você vai falar pra quem? Segundo porque eu precisava que alguém soubesse, porque você fica muito sozinho e agüentar tudo sozinho...Você tá sozinho, mesmo os seus amigos e enfim, quem quer que fosse me acolhendo, eu tava só, só quem poderia resolver aquela situação era eu, porque se no outro dia eu resolvesse voltar, ninguém ia poder me impedir, não tem como, então você tá sozinha de verdade, pelo menos assim, é assim que você se sente. (Amarílis)

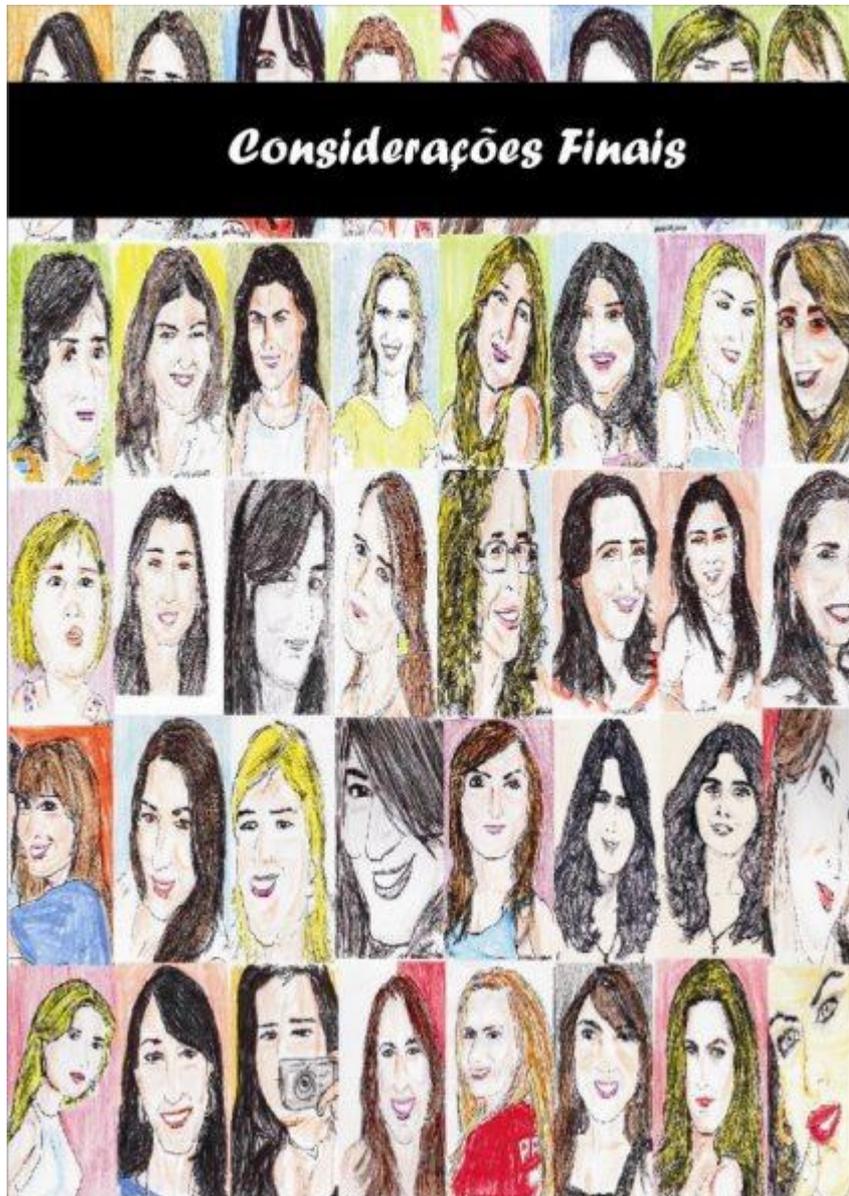
As instituições são substanciais para a reconstrução da vida dessas mulheres, no sentido psicológico, para o resgate da auto-estima, juntamente com o apoio jurídico,

para que a punição desses agressores se concretize, oferecendo possibilidades para recomeçarem suas vidas. Sem esses mecanismos a sua vida não é reconstruída.

A preparação das instituições, a capacitação dos profissionais, uma maior vigilância desses instrumentos é essencial para a retomada da vida delas. Se não houver essa eficiência dos mecanismos o processo é interrompido. Reprivatizando a violência denunciada.

A partir dessas construções é possível concluirmos que, primeiro, as mulheres precisam de um apoio legal, instituições que dêem suportes para romperem/interromperem a situação de violência, suporte esse que a família e os amigos, não conseguem dar. Segundo, que essas instituições, tão essenciais, “simplesmente” não estão cumprindo efetivamente seu papel. A impunidade continua recorrente, muitas vezes, as mulheres são coagidas a não prosseguirem com a denúncia; são desacreditadas nas instituições que deviam ampará-las, são humilhadas e submetidas a interrogatórios morais que as desestimulam a dar continuidade ao processo de ruptura.

Aqui, parece oportuno ainda duas considerações; primeiro, que agência/vítima é um par que opera em conjunto, como já discutido, numa relação dialética, na qual compreende-se que a mulher é vítima e ao mesmo tempo agente transformador dessas relações; segundo, que na hierarquia das identidades de gênero disponível para se identificar como mulher, as mulheres não dispõem, ao que parece, de identidades bem delineadas relacionadas com a autonomia. Por sua vez, as mulheres que rompem com a violência são efetivamente colocadas numa zona de sombra: estão em fuga, estão escondidas, e se não estão numa ou noutra situação estão com medo e sob ameaça. Assim, onde elas podem se situar depois que rompem com a situação?



Ao vislumbrar esses contextos, apresentar todas as mudanças, as políticas públicas elaboradas, os caminhos percorridos e as respostas que as mulheres encontraram, é possível inferir que romper com a situação de violência é um processo que vem sendo desencorajado de diversas maneiras. As redes de apoio se mostram de maneira geral, desenvolvendo um trabalho ineficiente e de certo modo, inibidor de algo que deveria estimular, neste caso, a denúncia da violência. Tais instituições não trabalham de maneira interligada, mas sim, de modo a tornar descontínuo e desestimulante o processo de denúncia, ruptura e reconstrução das vidas das mulheres vítimas de violência doméstica. Ao trabalharem isoladamente têm um campo de atuação reduzido e ineficaz.

O despreparo dos profissionais das instituições especializadas (ênfase aqui as DDM's) é também um agravante. Posto que, sem um entendimento da violência doméstica como violência de gênero e aprendendo a contextualizar este tipo de violência, não será possível a assistência satisfatória das mulheres que procuram estas instâncias. Acredito que tais instituições foram entregues à própria sorte. Não se percebe um padrão de atuação interinstitucional que imputa as concepções e experiências do movimento feminista. A falta de sensibilização por parte das pessoas que integram estas instituições e que são em sua grande maioria indiferentes aos conceitos desenvolvidos por várias/os estudiosas/os de violência e também os conceitos descritos no programa feminista, permitem a precarização do serviço, contribuindo para o ciclo vicioso da desinformação e continuidade da violência. Sem falar que o reconhecimento dos serviços ofertados por esta instituição passa por uma espécie de subvalorização, justificado pela crença social de que os crimes relativos às relações interpessoais e de natureza privada, são secundários em relação ao panorama da violência urbana.

As políticas públicas desenvolvidas para o enfrentamento da violência contra a mulher, visam assegurar a sua reinserção em todos os âmbitos e possibilitar uma base mais sólida para o processo de ruptura, como também pretende uma garantia de segurança para a continuidade das denúncias, fornecendo apoio jurídico e psicológico, no qual, sem este, a reestruturação de suas vidas torna-se ainda mais dolorosa e difícil. Portanto, reafirmo que sem uma integração das ações que possibilitam a assistência dessas mulheres, a reestruturação de suas vidas continuam penosas.

Porém, comprovadamente as mulheres que conseguiram romper com a violência utilizaram principalmente os meios institucionais, demonstrando, assim, a importância desses órgãos para a reconstrução e reestruturação de suas vidas. Portanto, as respostas encontradas na utilização desses serviços serão substanciais para a permanência de ações positivas com relação a tal enfrentamento.

O “empoderamento” dos meios legais de ruptura da violência é adaptado e readaptado das mais diversas formas, formando uma gama complexa de ações. Mas, concluo que o apoio institucional é o principal responsável para que as mudanças ocorram.

A conceituação das formas de violência doméstica permitiu uma nova visão e entendimento dessas mulheres, muito embora, a forma de percepção seja subjetiva. Não existe violência se elas assim não entenderem. Mas, o conhecimento dessas categorias de violência coloca essas mulheres frente a frente com formas de violências antes naturalizadas, portanto, não percebidas, trazendo uma mudança nas ações e resignificações da vida conjugal e da violência doméstica.

Além dos fatos supracitados, é preciso também reconhecer que o processo de rompimento da violência vivenciada pela mulher é individual. Não se pode prever qual a situação limite para as mulheres quando nos referimos à violência doméstica. Os

fatores que a prendem aquele homem não podem ser considerados apenas sob o ponto de vista econômico, e os meios disponíveis para a superação da violência são variados e devem ser levados em consideração em cada situação.

Avaliar os mecanismos utilizados por essas mulheres para romper a situação de violência, permite iluminar os sentidos que podem ser atribuídos por cada uma delas à violência doméstica e aos valores atribuídos aos papéis de gênero, ainda tão enraizados na sociedade contemporânea. A partir desta reflexão é possível identificar com maior clareza as possibilidades de agência desenvolvidas para o processo de readaptação das suas vivências posteriores.

Como foi observado nos capítulos que formam o corpo deste trabalho, a resignificação das relações amorosas destas mulheres passam por um processo de descrédito, para então chegar a esperança vislumbrada por elas. O reconhecimento da violência faz emergir novas possibilidades de agência e interpretação das suas vivências e relacionamentos. As mulheres que passaram pelo processo de ruptura e reconstrução de suas vidas criam outros modos de se relacionar e reconhecer a violência, não aceitando então, ações que consideram como um direcionamento negativo em tais relações.

A recuperação da auto-estima, autonomia econômica e restabelecimento das suas relações pessoais dão força para superação dos traumas deixados por todo o processo de violência vivido. É possível evidenciar que as entrevistadas mudaram toda uma visão de relacionamento e apesar do medo, de ainda viverem na “zona de sombra”, da impunidade dos agressores e da falta de preparo dos profissionais com os quais se deparam, elas continuam sem cessar a sua busca pela reconstrução das suas vidas e se tornam intolerantes a quaisquer sinais que possam ser interpretados como violência e invasão das suas individualidades.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALBERNAZ, L. S. F. **Feminismo, porém até certo ponto...** Recife: Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFPE, 1996.

AZEVEDO, Maria Amélia de. et. ali. **Mulheres espancadas** : a violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985.

BANDEIRA, Lourdes. (1998). O que faz da vítima, vítima? In. OLIVEIRA, Dijaci David de; GERALDES, Elen Cristina; LIMA, Ricardo Barbosa de. *Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Circulo do Livro S.A, v. 1, 1980.

—————. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. Vol. 2. Rio de Janeiro: Novas Fronteiras, 1980.]

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. **Lei Maria da Penha**: Lei 11.340. 07 de agosto de 2006. *Disponível em* <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 9 mar. 2007.

BRASIL, SENADO FEDERAL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília: Senado Federal, 2006. *Disponível em* <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 9 out. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Programa de Assistência a Saúde da Mulher/PAISM**. Brasília, MS, 1993. *Disponível em* <<http://www.saudemulherdf.com.br/>>. Acesso em 14 jan. 2010.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Constituição 1988. Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2000. *Disponível em* <<http://www.alep.pr.gov.br/system/files/corpo/Con1988br.pdf>>. Acesso em 15 mar., 2009.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Projeto de Lei n.2279, de 20 de maio de 1999. *Disponível em* <<https://www.egov.santos.sp.gov.br/do/9800/1999/05/20/tribl.pdf>>. Acesso em 20 mar., 2009.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Projeto de Lei n. 2372, de 1999. *Disponível em* <<https://www.egov.santos.sp.gov.br/do/9800/1999/05/20/tribl.pdf>>. Acesso em 20 mar., 2009.

BRITO & SILVA, Valéria Getúlio de. (1998). Retratos dos homicídios femininos no Brasil. In. OLIVEIRA, Dijaci David de; GERALDES, Elen Cristina; LIMA, Ricardo Barbosa de. **Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil**. Petrópolis: Vozes.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Convenção de **Belém do Pará**. Belém, 1994. Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/>. Acesso em: 10 set. 2009.

CORRÊA, Mariza; SOUZA, Érica. **Vida em família**: uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”. Campinas: Cadernos Pagu. Núcleo de Estudos, 2006

COSTA, Ana Alice Alcantara. Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma Intervenção política. Disponível em <http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/>. Acesso em 2 fev., 2005

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a “violência doméstica”. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 29, jul/dez. 2007.

D’OLIVEIRA, Ana Flávia P. L.; SCHRAIBER, L. B; HANADA, Heloisa; DURAND. Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero – uma alternativa para a atenção primária em saúde. Julho/ago. **Ciênc. Saúde coletiva** vol.14 n.4 Rio de Janeiro julho/ago.

————— Conflitos Éticos nas Delegacias de Defesa da Mulher. In. GREGORI, M. F.; PISCITELLI, Adriana. (Orgs). **Gênero e Distribuição da justiça: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças**. Campinas: Unicamp/Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero. (Coleção Encontros), 2006.

————— Políticas públicas, violência e família. In. SCHEIBE, C.; WOFF, M. F.; RAMOS, Tânia R. O. (Orgs). **Leituras em rede: gênero e preconceito**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2007.

FARAH, Maria, F. S. Gênero e Políticas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, jan/abril. 2004.

FERNANDES, Millôr. **Fábulas Fabulosas**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Nórdica, 1963.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIFFIN, Karen. BERGER, Sonia Maria Dantas. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, v.21, n.2, mar/abril. 2005.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana (Orgs). Conflitos Éticos do acesso da população à justiça. **Cadernos Pagu**. Coleção Encontros, 2006.

\_\_\_\_\_ ; DEBERT, Guita Grin. Violência de gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n.66, 2008.

GROSSI, Miriam Pillar. Uma breve história do feminismo no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.2, set./dez. 2004

KISS, Ligia Bittencourt; SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, Ana Flávia P.L. **Possibilidades de uma rede intersetorial de atendimento a mulheres em situação de violência**, Botucatu, v.11, n.23. set./dez. 2007.

LANG-WELZER, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina: UFSC, v. 9, n. 2. 2001.

MACHADO, Lia Zanotta. **Sexo, estupro e purificação**. Brasília: Série antropologia, 2000.

\_\_\_\_\_. **Violência conjugal**: Os espelhos e as marcas. Brasília: Série antropologia. Brasília. 2000.

\_\_\_\_\_. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade na contemporaneidade. Brasília: Série antropologia. Brasília. 2001.

\_\_\_\_\_. **Atender vítimas, criminalizar violência**. Dilemas das Delegacias da Mulher. Brasília: Série antropologia, 2002.

\_\_\_\_\_. Masculinidades, Sexualidade e Estupro: as construções da virilidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.16, 1998.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas em Confronto**: Relações de gênero ou patriarcado contemporâneo. Série antropologia. Brasília. 2000.

MOORE, Henrietta L. Fantasias de Poder e Fantasias de Identidade: gênero, raça e violência. Em torno das corporalidades. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n.14, p. 13-44, 2000.

MILLET, K.; SOLANAS, B. F.; LAMAS, M. **Mulheres contra homens?** Lisboa: Publicações d. Quixote, Caderno d. Quixote, 1971.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. Secretária de Defesa Social. **Pacto pela Vida**. Recife, 2007. Disponível em: <http:// [www.pactopelavida.pe.gov.br](http://www.pactopelavida.pe.gov.br)>. Acesso em: 10 set. 2009.

PORTELLA, Ana Paula. Caracterização dos Homicídios de Mulheres, 2002-2007. **Observatório da Violência contra as Mulheres em Pernambuco. Recife, 2008**. Disponível em: <http:// [www.soscorpo.org.br/](http://www.soscorpo.org.br/)>. Acesso em: 10 mar. 2009.

POUGY, Lilia Guimarães. Desafios Políticos em tempos de Lei Maria da Penha. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.13, n.1. jan./jun. 2010.

PRATES, Laura Licursi. **Violência Doméstica e de Gênero: perfil sócio-demográfico e psicossocial de mulheres abrigadas**. Dissertação Programa Pós-Graduação em Saúde Pública. Mestre em Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2007.

SAFFIOTTI, I. B. Heleieth. Gênero de Patriarcado: violência contra as mulheres. In. VENTURINI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privados**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 16, jul./dez, 2001

\_\_\_\_\_. Gênero e Patriarcado: a necessidade da violência. In. CASTILLO-MARTIN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.). **Marcadas a Ferro**. Violência contra a mulher: uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretária Especial de Políticas para as mulheres, 2005.

\_\_\_\_\_. Feminismo em questão, questões do feminismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.16,2001.

\_\_\_\_\_. Gênero e Patriarcado: a necessidade da violência. In CASTILLO-MARTIN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.). **Marcadas a Ferro**. Violência contra a mulher: uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, 2005

SARTI, C. A.; BARBOSA, R. M.; SUAREZ, M. M. Violência e gênero: vítimas demarcadas. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n.2. 2006.

—————. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.2, maio/ago. 2004.

SCHRAIBER, L. B. et. al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista de Saúde Pública, São Paulo**, v. 41, n. 5, out. 2007.

—————. et.al. Saúde da Mulher: relações familiares e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) em duas capitais – Recife e São Paulo. **Cadernos de Primeiros Resultados Extraídos do Relatório Final de Pesquisa ao CNPq**, São Paulo, USP-FM, 2007.

—————. D' Oliveira, Ana Flávia L. P. **Violência contra Mulheres**: interfaces com a saúde. Interfaces - Comunicação, Saúde e Educação, São Paulo, v. 3, n. 5, 1999.

SCOTTY, R. Parry. Família, gênero e poder no Brasil do século XX. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 29-78, 2004.

SEGATO, Rita Laura. **La Argamasa Jerárquica**: violência moral, reproducción Del mundo y La eficacia simbólica Del derecho. Brasília: Serie antropologia, 2003.

—————. **Que és un feminicídio. Notas para un debate emergente**. Brasília: Série antropologia. Brasília. 2006.

SOS CORPO/INSTITUTO FEMINISTA PARA A DEMOCRACIA. **Dados e Análises**. Violência e Saúde da Mulher. Recife, ano III, n.6, nov. 2007.

—————. **Dados e Análises**. Desafios ao Monitoramento das Políticas Públicas. Recife, ano VI, n.7, set. 2007.

—————. **Dados e Análises**. Violência e Saúde da Mulher. Recife, ano IV, n.8, nov. 2008.

—————. **Observatório da Violência contra a mulher**. Disponível em: <<http://www.soscorpo.org.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

STOLCKE, Verena. Es sexo para el género lo que La raza para la etnicidade...y La naturaleza para La sociedad? Política e Cultura. **Revistas Científicas de América Latina y El Caribe, España y Portugal**, México, Universidad Autónoma Metropolitana, n.14, p. 25-60.

SUÁREZ, M.; SILVA, A. P. M. da; FRANÇA, D. J.; WEBER, R. **Reflexões sobre a noção de crime sexual**. Brasília: Serie antropologia, 1995.

\_\_\_\_\_. BANDEIRA, Lourdes (Orgs). Um **roteiro da construção social da violência de gênero**: conflitos interpessoais e judicialização. **Paralelo**, Brasília, EdUnB, 1999.

# **ANEXOS**

## Anexo 1 – Roteiro de entrevistas

### DADOS SOCIOECONÔMICOS

Nº do questionário

Nome da entrevistada

Quantos anos você tem?

Onde você nasceu?

Há quantos anos mora nesta cidade?

Sabe ler e escrever?

Você já frequentou a escola?

Até que série/ ano estudou?

Por que parou de estudar? (essa questão para as mulheres pode decorrer de situações de violência.

Como você se classifica em termos de raça – ou cor?

Você tem religião? Qual é?

O que sua religião diz sobre o casamento?

Na sua religião existe algum aconselhamento familiar?

Aborda a questão da violência contra a mulher?

Onde você mora? Como é sua casa ou apartamento? Você pode descrever? (se não conseguir entender dar um exemplo)

Como você classificaria o bairro em que mora em termos da classe social dos moradores?

Você possui quantos destes itens?

\_\_\_ televisão colorida?

\_\_\_ vídeo cassete/DVD

\_\_\_ Rádio/Som

\_\_\_ Banheiro

\_\_\_ Automóvel de passeio

\_\_\_ Empregada mensalista

\_\_\_ Aspirador de pó

\_\_\_ Máquina de lavar roupa

\_\_\_ Geladeira

\_\_\_ Freezer (isolado ou geladeira duplex)

Como você se classifica em termos de classe?

Qual a sua ocupação? Se trabalhar apenas em casa perguntar se considera que tem profissão qual é, e por que não está trabalhando. Se já trabalhou por que parou de fazê-lo?

Qual é sua renda? Se tiver renda e não trabalha fora de casa como consegue.

Fale-me sobre sua família, por quem você foi criada? E como era o tratamento que você recebia?

Teve algum episódio de violência da sua família contra você? Você pode me descrever?

Quem, quais as circunstâncias, etc.

Você já saiu da casa em que foi criada? Por que?

Com que idade você saiu de casa? Para onde foi?

Você poderia me falar um pouco sobre sua vida afetiva? Exemplos: quando começou a namorar?

Quantos namorados você teve?

Como foram essas relações?

Algumas delas foram violentas?

Por que estas relações foram rompidas?

*Agora vamos falar da relação entre você e o seu companheiro do qual você se separou por causa da violência, ou que conseguiu parar a violência.*

Como foi que esta relação começou.

Há quanto tempo está/esteve nessa relação?

Fale-me sobre ele. Questões que devem aparecer: Ele é/era mais velho que você? Qual a ocupação dele? Qual a renda? Escolaridade? Raça cor?

Como era esta relação antes da violência começar? Para as que pararam a violência perguntar como é a relação atualmente.

Em que momento ele começou a ser violento com você? Na sua opinião, por que isso aconteceu?

Que tipo de violência ele praticava contra você?

Por que você considerava estas atitudes como violentas?

Qual delas você considerava mais grave?

O que você considera atitude violenta numa relação de casal?

*(As próximas questões devem ser mencionadas, mas apenas quando elas não forem desenvolvidas de forma espontânea)*

Como estas situações começavam? Exemplo: que tipo de acontecimento dentro da casa ou entre vocês que desencadeava a situação. Nessas situações ele(a) fez uso de álcool ou alguma outra droga? Qual(is)? A violência somente ocorria quando ele usava droga/álcool?

Você percebia na atitude dele que a violência seria iniciada? Pode descrever?

Você conseguia avaliar o que ele estava sentindo nestas ocasiões? Consegue descrever?

Alguma vez você acreditou que poderia ter provocado aquela situação?

Qual era a frequência dessas situações?

Em algum momento você revidou?

Ele bateu em você durante a gravidez? Por quê?

Estas atitudes ocorriam na presença dos/as filhos/as?

Você pode me falar o que você sentia nestas ocasiões? E quando ela parava como você se sentia?

A violência parava em algum momento. Como vocês faziam para retomar a situação cotidiana sem violência. Era você que retomava? Era ele? Como se dava? Fingiam que nada havia acontecido... etc.

Quando ele começou a ficar violento o que você sentiu? Você quis desabafar ou você quis esconder? Por quê? Tinha alguma pessoa em especial que você não gostaria que soubesse? Quem? Por quê?

Quando foi que para você esta situação se tornou insuportável?

O que você pensou em fazer

O que você fez. Teve resultados? Quais?

Você conversou com ele? Como ele reagiu?

Alguém se propôs a ajudar você quando soube da situação de violência? Quem? Como você reagiu?

Você procurou ajuda? Por favor, fale-me sobre os tipos de ajuda que você procurou.

- Exemplos: a quem procurou ou que instituição
- O tipo de ajuda recebido. Conselhos, encaminhamento jurídico apoio psicológico.
- A avaliação desta ajuda (adiantou, desanimou, fracassou)
- Na sua opinião o que eles(as) pensam sobre esta situação? Ou sobre você?
- Como você avalia este processo – pensou em desistir, era difícil encontrar apoio, etc. por que não desistiu?

Quais resultados dessa estratégia?

De que forma você pensou em reconstruir sua vida? Quais apoios você recebeu pra isso?

Estratégias para lidar com a situação violenta realizada solitariamente (sem buscar ajuda de pessoas ou instituições, por exemplo: submeteu-se a violência por medo, revidou, fugiu, separou, foi trabalhar, fugiu de casa, buscou informações sem falar com amigos ou familiares, etc.)

Quando você procurou ajuda ele ficou sabendo? Como ele reagiu? Como ficou a relação entre vocês?

- Como é falar sobre isso pra você?
- O que sente e pensa sobre ter que falar sobre isso com as pessoas?

Como você se sente hoje depois de ter saído ou interrompido a situação de violência?

### **Montar o quadro para reconstruir a rede de apoio com as mulheres.**

Ao buscar ajuda de instituições (igreja, Posto de Saúde, Delegacia de Polícia, Delegacia de Defesa da Mulher, Associações de Bairro, Advogados/Fórum, Escola, Informações na tv, rádio etc.)

- Pensou em procurar alguma instituição? Qual instituição?
- Recebeu ativamente informação ou estímulo a respeito? Como? (cartazes, programas de rádio, tv, jornal, outdoors)
- Porque pensou em procurar este local?
- Como foi recebida pela instituição?
- Como ocorreu a revelação da situação?
- O que esperava ao buscar essa instituição?

- Qual foi a resposta dada pela instituição? (detalhar os fluxos, percursos, respostas e dificuldades).
- Qual sua opinião sobre esta instituição?
- Por que não procurou outras instituições? (citar aquelas que não foram mencionadas pela entrevistada).

Após o relato espontâneo das estratégias utilizadas, perguntar ativamente sobre se recorreu ou não (e porque não) às pessoas e instituições citadas.

O quadro abaixo servirá apenas para que sejam lembradas as pessoas e instituições acionadas, quando não forem mencionadas espontaneamente.

Instituições ou pessoas	Falou sobre o problema (sim ou não)
Pai	
Mãe	
Irmãos	
Avós	
Tios	
Primos	
Amigos(as)	
Vizinhos	
Conhecidos do trabalho	
Conhecidos da escola	
Conhecidos da instituição religiosa	
Igreja	
Posto de saúde ou Hospital	
Delegacia de Polícia	
Delegacia de Defesa da Mulher	
Associações de Bairro	
Advogados/Fórum	

## CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, abaixo assinado, concordo em conceder uma entrevista gravada, na qual relato minhas experiências com situações de violência doméstica à pesquisadora JEÍZA DAS CHAGAS SARAIVA. Entendo que a entrevista comporá seu material para a Dissertação de Mestrado sob o título: NÃO DÁ PRA MUDAR O COMEÇO, MAS SE A GENTE QUISE, VAI DAR PRA MUDAR O FINAL: **O processo de reconstrução da vida das mulheres em situação de violência doméstica no Recife**” e que poderei interromper o relato em qualquer momento que eu decida.

Entendo também que a pesquisadora se compromete em manter total sigilo sobre minha identidade no uso das informações desta entrevista, alterando meu nome e demais dados que possam eventualmente possibilitar minha identificação. Também estou ciente de que as informações por mim concedidas não serão usadas de nenhuma forma que possa prejudicar minha pessoa e minha família.

Recife \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

Nome

Assinatura

Assinatura da pesquisadora

Jeíza das Chagas Saraiva

Fone: (81) 88152300

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lady Selma Ferreira Albernaz.

## **Anexo 2 - Breve histórico das demais mulheres que ajudaram a compor essa análise<sup>32</sup>**

**Margarida** - Ela tem 31 anos. Veio do interior pra trabalhar em casa de família no Recife conheceu o companheiro em 1996. Engravidou, desesperada recorreu a uma irmã que mora em São Paulo, que a convidou para morar com ela e disse que registraria e cuidaria da criança quando nascesse. Na época, o companheiro não providenciou o dinheiro da passagem e a mandou voltar para a casa dos pais no interior do Estado. O pai, homem simples, sem muito estudo e de costumes conservadores, não aceitava uma filha grávida sem um companheiro, e a agredia. Assim, o companheiro foi buscá-la para viverem juntos.

No início da relação, se mostrava um homem carinhoso, depois começou a gritar e tratá-la mal. Quando a filha nasceu, a violência aumentou, pois, se não cuidasse da filha como ele queria, ela sofria agressões psicológica ou física. Ele a mantém, trancada em casa, nem para médicos pode levar a filha, quem leva é ele. Se a menina adoecia, ele a culpava e sofria mais agressões. Reagiu em algumas vezes, mas percebeu que a violência só aumentava, pois ele a superava com sua força física. Há nove anos vive essas situações, mas garante que a violência física parou, pois, numa das poucas vezes que saiu para levar a filha ao posto de saúde para conversar com a assistente social, revelou a situação. Essa profissional chamou o companheiro para conversar e desde então ele não a agride fisicamente. Entretanto, as agressões verbais, psicológicas, continuam.

---

<sup>32</sup> Entrevistas realizadas na pesquisa: Saúde da Mulher, Relações familiares e Serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), em duas capitais - Recife e São Paulo. CNPq – Processo nº 506705/2004-8 – edital 024/2004 (Violência, Acidentes e Trauma).

Dependente dele financeiramente, conta com o apoio da família que ajuda com os poucos recursos que podem disponibilizar, entretanto, moram no interior o que dificulta ainda mais sua situação.

Afirma que, se o pai a ajudar, ela volta para o interior e deixa a filha com o companheiro. Revela que não sente amor pela filha, que de tanto ver as agressões, passou a ser agressiva com ela também. Pra ela, só se afastando do companheiro é que vai conseguir viver em paz, e tem recorrido à família pra isso.

**Flora** - Ela tem 25 anos. Quando conheceu o companheiro tinha dois filhos e teve mais dois dessa relação. Sempre buscou um homem que a assumisse. Mesmo sem conhecê-lo bem, em pouco tempo de relação, foram morar juntos, fato que sente certo arrependimento, por achar que se tivesse lhe conhecido melhor, teria evitado as situações de violência que passou.

A violência começou já nos primeiros meses de relação. Sofreu violências psicológica, física e sexual durante quatro anos. As violências aconteciam tendo o companheiro feito ou não uso de álcool. A violência acontecia em qualquer lugar, não só no espaço doméstico.

Nos momentos das agressões pensou em matá-lo. Pensou jogar água quente no seu ouvido enquanto dormia, disse não ter tentado pelos filhos. Precisou agüentar a violência por depender dele financeiramente e não ter pra onde ir. Já grávida, a mãe não a aceitava mais em sua casa, o que a impossibilitava de romper aquela situação. Quando separava/saía de casa, conseguia uns bicos ou alguém que lhe ajudasse a pagar o aluguel e alimentar os filhos “mas era uma aventura tudo era incerto”. Como ele sempre ia procurá-la para pedi perdão, numa das investidas, engravidou pela quarta vez e por sua situação financeira, se viu obrigada a voltar pra ele. Tentou buscar apoio na família, mas

a mãe não aceitava os filhos dessa relação e os irmãos se negaram a prestar-lhe ajuda. Nunca procurou ajuda institucional.

Separou-se por duas vezes, mas ele sempre a procurava em sua casa, numa das últimas vezes ele a esfaqueou fazendo com que perdesse o movimento de três dedos.

Depois da tentativa de homicídio, decidiu separar-se dele, mas vive sendo perseguida nas ruas e sente medo da situação. Os filhos menores estão vivendo com a irmã do ex-companheiro que a proibiu de vê-los. Buscou apoio policial, mas não deu prosseguimento as ações.

**Petúnia** - Ela tem 37 anos. Treze anos se passaram entre namoro, noivado e casamento, foi seu primeiro relacionamento. Relata que sempre tiveram uma vida confortável, tranqüila e organizada. Família de classe média morou com o companheiro na França para estudar e programaram a chegada do filho. Entretanto quando a criança nasceu, ele começou a mudar e alugou um apartamento, dizendo estar passando por “crise existencial”. Posteriormente ela descobriu que ele estava noivo de uma outra mulher e a violência começou a partir daí. Tinham conta conjunta, da qual ele sacou todo o dinheiro, deixando-a numa situação ainda mais complicada.

Passou a sofrer agressões psicológicas e físicas. Tinha emprego formal, sempre recebeu apoio da família e amigos para superar a situação e buscou apoio institucional, o que considera muito positivo, busca o acompanhamento até hoje. Tentou refazer a vida amorosa com outro companheiro, do qual gerou uma filha. O ex, através de ameaças, acabou com seu segundo relacionamento.

Quem cuida dos assuntos jurídicos é o advogado da família, entretanto busca a instituição Clarice Lispector para o apoio psicológico.

Sentiu rejeição por parte dos amigos em comum do casal, preconceito e ciúme por parte das mulheres que se afastaram dela. Diz que tenta reconstruir sua vida, ainda que seja um processo difícil.

**Sol** - Ela tem 39 anos. Vivenciou duas relações violentas, a primeira pelo companheiro com quem viveu 20 anos e a segunda com o namorado com quem passou seis meses.

A primeira relação que viveu com um companheiro, passou 20 anos sofrendo violências psicológica, física e sexual. Trabalhava informalmente na época, fazia faxinas em São Paulo. Na ocasião não o denunciou, pois, não tinha ninguém a quem pudesse recorrer. Sofreu violência física do seu primeiro companheiro enquanto estava grávida. Nessa ocasião ela chamou a polícia que passava na sua rua e ele passou uma noite preso. O companheiro fazia uso de bebidas alcoólicas e em muitos episódios de violência estava “bêbado”, apesar de acontecer enquanto sóbrio também.

Sol passou a frequentar a igreja, mas não falava sobre seu problema com ninguém, o marido a proibiu de ir. Quando ela recorreu ao pastor para falar da proibição, esse lhe disse para respeitar as decisões do marido e com essa resposta não voltou mais nessa igreja. Sentiu-se desamparada, “tinha que obedecer o marido em casa e na religião também”.

Desabafava com a mãe e as irmãs, essas também sofriam violência doméstica. A mãe, sempre incentivou a filha a permanecer com o companheiro e não admitia separações, dizia que ele agia assim porque gostava dela, sentia ciúmes.

Passado esse tempo em São Paulo, após a morte do seu pai, recebeu apoio familiar e voltou para o Recife com os três filhos. Depois da separação, começou a reconstruir sua vida. Iniciou um trabalho de vendedora.

Após três anos depois de ter “se recuperado” das agressões do primeiro companheiro, começou a namorar um rapaz mais novo que ela. Sofreu violências psicológicas e físicas. O namorado jogou seu carro contra um muro e ela ficou com seqüelas desse acidente. Buscou apoio institucional para superar as situações no segundo relacionamento e diz que não voltará atrás, não quer que ele fique impune. É acompanhada no Centro de Referência Clarice Lispector, do qual recebe apoio jurídico e psicológico.

**Ametista** - Ela tem 36 anos. Sofreu violências psicológica, física e sexual durante três, dos cinco anos, que viveu com o companheiro. Não tem filhos. A casa que moravam pertencia a ela o que a fez mandá-lo embora várias vezes. A mãe incentivava que ela voltasse pra ele, sob o argumento que “ele agia assim por ciúme, mas que gostava dela”. Por gostar dele, sempre cedia e voltava.

Muitos episódios de violência aconteceram, normalmente, ele estava alcoolizado, mas acontecia também quando ele não bebia. Buscou ajuda institucional na tentativa de ajudar o companheiro, freqüentou o A.A (Alcoólatras Anônimos) com ele, sempre encorajando-o a continuar o tratamento. Sem resultados, pararam de freqüentar. Diz que ele sempre teve muito ciúme dela, e que por isso a agrediu, tentando esfaqueá-la. Nessa agressão, o companheiro alegou que o irmão dele estava se insinuando pra ela, com isso, foi hospitalizada, precisando ficar na UTI do hospital, de tão grave o ferimento. Ele se entregou na delegacia e foi preso por dois dias, depois liberado. Ele já havia anunciado pras suas amigas que elas iriam visitá-lo na cadeia, supondo que estava planejando a morte da companheira. Ninguém acreditou que ele pudesse ser capaz de tal ato.

Hoje vive separada dele, mas sob ameaças. Teve que vender a casa foi morar com o irmão e se afastou do trabalho. Buscou apoio institucional e tenta reconstruir sua vida aos poucos.

**Angélica** - Ela tem 38 anos. Aos oito anos de idade, ela e suas irmãs foram abusadas pelo avô paterno. Ao contarem o fato à família foram desacreditadas e espancadas, principalmente pela mãe. O pai a humilhava, espancava e ameaçava. Aos dezesseis anos saiu de casa pra trabalhar em casa de família. Antes, dormia nas ruas, dentro de um caminhão num depósito de trigo. Teve três companheiros, dos quais, com o segundo, sofreu violências psicológica, física e sexual. Quando foram morar juntos, trabalhava e pagavam o aluguel.

Conheceu o companheiro pegando o ônibus para o trabalho, do qual ele era motorista. A casa que moravam estava pra vender, foi quando, por incentivo dele pediu demissão do trabalho, “ele dizia, eu te sustento e era tudo mentira, para pegar o dinheiro do fundo de garantia”.

Era empregada doméstica e investiu o dinheiro na compra do imóvel. Com trinta dias depois de efetuada a compra da casa começaram as agressões.

A casa foi registrada no cartório em seu nome, entretanto, sem saber explicar, a empresa deixou de negociar com ela para receber o restante do pagamento através dele. “Por conta da compra dessa casa”, as violências foram aumentando. Ele queria que ela fosse embora e deixasse o imóvel pra ele.

Passou a trancá-la, sem direito a comida e água. Recebia água e comida de alguns vizinhos por cima do muro quando o companheiro saía para trabalhar. Nos finais de semana, ele em casa, a situação complicava, porque nem essa ajuda ela podia receber. Passou seis meses nessa situação. Deu entrada em hospitais, pois ele sempre a deixava muito machucada.

Não queria sair da casa para não perder o investimento que tinha feito, mas depois de um tempo a situação ficou insuportável. Ele tinha amizade com policiais que também foram lá ameaçá-la e queriam levá-la à Casa abrigo, ela se negou.

A família do interior, não tinha condições de ajudá-la. Procurou algumas instituições, inclusive religiosa que incentivou que ela fizesse a denúncia contra ele. Amigos se recusaram a ajudar por medo.

Ao denunciar foi encaminhada pra Casa abrigo. Hoje, toma remédio controlado, pois entrou em depressão. O companheiro ficou com todas as coisas dela, roupas, móveis e a casa comprada com 90% do seu dinheiro.

Ao sair da Casa abrigo, Voltou pra casa dos pais e conheceu o atual companheiro com quem vive. Está sendo acompanhada no Clarice Lispector judicialmente e psicologicamente e diz está com um companheiro que a respeita. Pra ela, está vivendo um bom momento da sua vida.

**Crisálida** – ela tem 39 anos. Quando foi morar com o companheiro já tinha uma filha do primeiro relacionamento e com ele teve mais dois filhos. Passou nessa união dezesseis anos, dos quais, quatorze, sofrendo violências psicológica, física e sexual. Quando apanhava, ele a trancava dentro de casa para que ninguém a visse machucada. Dependia dele financeiramente. Não tinha apoio da família, os pais haviam falecido, tinha dois irmãos, um que perdeu o contato quando ele se mudou para São Paulo e um outro que vivia no interior da Paraíba com poucos recursos. Suportou a violência por muito tempo por não ter pra onde ir e/ou como suprir, sozinha, as necessidades dela e dos filhos. Vários episódios de violência envolveram ela e seus filhos. Ele ameaçava estuprar as/os filhas/os.

Foi na Delegacia das Mulheres prestar queixa e informar das ameaças de estupro. Ela foi pedir que a delegada a ajudasse para afastá-lo da residência para que pudessem

vendê-la e concretizar a separação. Entretanto, a delegada ficou penalizada pela história contada por ele, e disse: “aqui não se prende homem só não Crisálida, você não iria gostar se eu botasse você pra fora de casa com três filhos sem ter para onde ir”(…) “cachorro que late não morde”. Crisálida saiu decepcionada e ele satisfeito com o posicionamento da delegada. Com uma semana aconteceu o estupro da sua filha. Desesperada, chamou a polícia quando a filha lhe contou e ele fugiu. Depois da fuga, ele ainda lhe faz ameaças de estuprar os outros filhos.

Com a resposta que obteve na tentativa da denúncia da ameaça de estupro, se sente revoltada com a atitude da delegada que nada fez para proteger a integridade dela e dos filhos, “ninguém tem culpa do marido ruim que eu arrumei, mas ela podia me ajudar, ela podia ter tirado ele de casa”.

Depois da fuga dele, homens armados já invadiram sua casa para matá-la, a mando dele. Ela relata que eles apontaram o revólver pra ela e desistiram de matá-la. Diz que foi um milagre não ter morrido naquele momento. Posteriormente, o ex-companheiro voltou para matá-la juntamente com as crianças, utilizando uma faca, conseguiram fugir. O advogado dele também já invadiu sua casa, ameaçando-a, se fazendo passar por um oficial de justiça, procurava o documento da casa.

Buscou apoio em algumas instituições que nem sempre responderam satisfatoriamente a sua busca. Lembra que numa das agressões tentou esfaqueá-la, o delegado conversou com ele, disse que ela permaneceria na casa e o liberou, considera que a violência aumentou ainda mais a partir daí.

Contou muito com o apoio dos vizinhos que sempre a abrigavam quando ela precisava fugir para livrar-se da morte. Alguns vizinhos dormiam sem cadeado para facilitar a sua fuga. O companheiro sempre chegava de madrugada arrombando a porta. Os vizinhos

ficaram muito revoltados pelo estupro, mas em relação a violência, alguns não quiseram testemunhar por medo dele.

Procurou programas de rádio para publicizar sua situação. Tentou outras alternativas para solucionar seus conflitos. Passou a ligar para uma amiga quando as agressões começavam pra que assim que ela atendesse a ligação e ouvisse os gritos dela, chamasse a polícia.

As agressões aconteciam como num “ritual macabro”. Ele fechava a porta e quando tirava a chave, ela já sabia que ia apanhar e, imediatamente, ligava pra amiga. Ele pensava que eram os vizinhos e não gostava, ameaçava todos.

Até que em mais uma tentativa, procurou a Delegacia das Mulheres e se sentiu mais apoiada, foi encaminhada para o Clarice Lispector, onde faz acompanhamento psicológico e jurídico. Foi incentivada no Clarice a fazer um curso de artesanato que a motivou recomeçar a vida. Começou a vender seus artesanatos, doces e marmitas, de onde tira seu sustento e dos filhos de 19, 15 e 13 anos. Quando falta comida e dinheiro, os vizinhos a ajudam. Continua com medo, mas tem resgatado sua auto-estima.

Hoje participa de passeatas e muitas manifestações contra violência e faz questão de falar da sua situação, quer ver e tem “lutado” para que o ex-companheiro seja preso.

**Mel** - Ela tem 36 anos. Cursou o ensino fundamental completo. Saiu de casa aos 18 anos porque casou. Mãe de dois filhos, um do companheiro e outro que mora com a mãe dela.

Atualmente, vive com o companheiro uma relação de dez anos. Sofre violências psicológica, física e sexual. Ele sempre a força a ter relações e fazer “coisas” que ela não concorda ou aprova e se ela se nega, a agressão verbal começa e a acusa de ter outros homens. Ele a afastou de todos os amigos e familiares. Por conta dessas situações, passou a tomar remédios controlados pra dormir.

Não conta com o apoio de ninguém e depende do companheiro financeiramente. Ele surrou-a com cinto e já chegou a jogar seu rosto contra uma porta.

Tem medo de mandá-lo embora, porque sabe que não tem apoio de ninguém e afirmou que se tivesse autonomia financeira não estava mais com o companheiro.

O filho mais velho é criado pela sua mãe, já pensou em abandonar o filho mais novo com o companheiro e ir embora, mas a criança é muito apegada a ela.

O companheiro provê a casa e se vangloria dizendo que ela não tem ninguém por ela, só ele mesmo e por isso não pode deixá-lo.

A mãe sofreu violência e quando o pai bebia queria agredi-la também. O pai já tentou matá-la com uma arma e depois tentou jogá-la de uma ponte. Chegou a conversar com a médica do posto de saúde, mas não busca outros tipos de apoios.

**Lírio** - Ela tem 40 anos. Sofreu violência psicológica, física e sexual, mãe de quatro filhos do companheiro, sofreu agressão física enquanto estava grávida. Procurou a delegacia das mulheres quando o companheiro a “deixou roxa”. Vive com ele há 12 anos e todo esse período marcado pela violência. Chegou a pensar em suicídio quando apanhava grávida. Ficou grávida consecutivamente, conseguiu fazer a esterilização através de políticos.

O companheiro bebe, e quando bebia as agressões eram piores, mas a violência física deixou de acontecer quando ela denunciou as agressões na Delegacia da Mulher. Acha que ele ficou com medo. Entretanto, ainda sofre violência psicológica.

A mãe faleceu, foi criada pelo pai e madrasta. Sem contar muito com o apoio deles, não tem autonomia financeira o que considera que dificulta sua situação. As vezes desabafa com a madrasta a quem chama de mãe. Quando ele a bota pra fora de casa com os filhos, ela vai dormir na casa do pai, que no dia seguinte a expulsa de casa também.

Através da delegacia chegou ao Clarice Lispector e tem acompanhamento psicológico e jurídico. Tem dificuldades para conseguir testemunhas porque nunca conversou com ninguém a respeito da sua situação, a não ser com a madrasta, e não tem nenhuma relação de amizade com os vizinhos e ninguém quer testemunhar a seu favor.

**Gardênia** - Ela tem 28 anos. Coursou o nível médio completo, está fazendo curso de cabeleireira, atualmente, mora na casa da mãe com seus filhos de oito e quatro anos. Foi criada pelos pais. Ao casar, foi morar com o companheiro, com quem viveu durante quase nove anos, nos últimos cinco anos começaram os episódios de violência. Sofreu violências psicológica, física e sexual. No início ele era um homem bom, diz que as violências começaram a acontecer quando ele passou a usar álcool e outras drogas.

Vivia em cárcere privado. Ele impedia o contato dela com amigos, vizinhos e familiares.

Queria que ela se prostituísse para sustentá-lo. Diante das agressões, Lírio pensou muitas vezes em suicídio ou matá-lo.

Recebeu conselhos dos vizinhos para que deixasse ele, mas sempre temeu pela sua família, porque ele ameaçava matar toda sua família. Ele a obrigava ter relações sexuais. Chegou a conversar com ele na tentativa de recuperá-lo, coisa que não aconteceu.

Ela lava e passa roupa pra fora. Numa ocasião, ele a queimou com o ferro, tem muitas cicatrizes no corpo. Jogou-a de um barranco quando estava de resguardo. Tentou esfaqueá-la antes, atingindo as pernas e nádegas até que esfaqueou seu tórax e hoje responde por tentativa de homicídio. No último episódio, levou uma facada e precisou ser operada, passou três dias no hospital. Não conversava com sua família sobre a violência que sofria, sua mãe era muito doente e temia pela sua saúde.

Sua família ficou sabendo das agressões, porque a última violência que sofreu, foi noticiada na televisão e nos jornais policiais locais. Ao ser esfaqueada procurou a

Delegacia da Mulher e foi encaminhada para o Centro de Referência Clarice Lispector e é assistida psicológica e juridicamente.

Ele tem 32 anos, pela tentativa de homicídio, foi obrigado a responder pelo crime de roubo que havia sido praticado em 1999 e que a prisão havia sido relaxada. Segundo algumas pessoas que o visitam no presídio, ele afirma que quando for solto, vai matá-la. Mesmo com o companheiro preso ela teme por sua vida quando ele cumprir a pena. Sabe que quando ele for solto vai procurar a “casa sigilosa”, se refere a Casa abrigo, porque tem medo do que ele poderá fazer contra ela. Mas por enquanto, tem tentado reconstruir sua vida, através dos apoios que recebe.

**Anexo 3 – Termo de consentimento da SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia**



SOS CORPO

Instituto Feminista  
para a Democracia

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a aluna JÉIZA SARAIVA está devidamente autorizada a utilizar os dados da Pesquisa Relações Familiares e Saúde da Mulher nos Serviços do Sistema Único de Saúde – SUS em duas capitais brasileiras (Recife e São Paulo) – Projeto de Pesquisa CNPQ 506705/2004-8, Edital 024/2004, coordenada pela Professora Lilia Blima Schraiber, da Universidade de São Paulo, e em Recife realizada pelo SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia, como parte de sua pesquisa para elaboração de dissertação no Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Antropologia da UFPE.

**SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia**, Recife, 21 de maio de 2010.

Verônica Ferreira

Supervisora do Núcleo de Pesquisa  
SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia

**Anexos 4 – Sistema de Informação de Agravos de Notificação**

NOTIFICAÇÃO / INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS

**Caso:** Suspeita ou confirmação de violência. Considera-se violência como o uso intencional de força física ou do uso de arma em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha resultado em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002). Em casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, a notificação deve ser obrigatória e dirigida aos Conselhos Tutelares e/ou autoridades competentes (Juizado da Infância e Juventude e/ou Ministério Público da União) de acordo com o art. 13 da Lei no 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Também são obrigatórias as notificações compulsórias todos os casos de violência contra a mulher (Decreto-Lei no 5.099 de 03/06/2004, Lei no 10.741/2003) e maus tratos contra a pessoa idosa (artigo 19 da Lei no 10.741/2003).

2 - Individual

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS  
Código Y09

3 - Data da notificação  
Município de notificação Código (IBGE)

7 - Data da ocorrência da violência  
Código (CNES)

9 - Data de nascimento

11 - Sexo M - Masculino  F - Feminino  I - Ignorado   
12 - Gestante 1-1º Trimestre 2-2º Trimestre 3-3º Trimestre 4- Idade gestacional ignorada 5-Não 6- Não se aplica 7- Ignorado

13 - Raça/Co 1-Branca 2-Preta 3-Amarela 4-Parda 5-Indígena 9- Ignorado

16 - Nome da mãe

18 - Município de Residência Código (IBGE) 19 - Distrito

21 - Logradouro (rua, avenida,...) Código

23 - Complemento (apto., casa, ...) 24 - Geo campo 1

26 - Ponto de Referência 27 - CEP

29 - Zona 1 - Urbana 2 - Rural  3 - Periurbana 9 - Ignorado   
30 - País (se residente fora do Brasil)

Dados Complementares

33 - Relações sexuais 1 - Só com homens 2 - Só com mulheres 3 - Com homens e mulheres 8 - Não se aplica 9 - Ignorado

35 - Se sim, qual tipo de deficiência / transtorno? 1 - Sim 2 - Não 8 - Não se aplica 9 - Ignorado   
Física  Visual  Mental  Auditiva  Transtorno mental  Transtorno de comportamento  Outras deficiências/ Síndromes

37 - Município de ocorrência Código (IBGE) 38 - Distrito

40 - Logradouro (rua, avenida,...) Código

42 - Complemento (apto., casa, ...) 43 - Geo campo 3 44 - Geo campo 4

46 - Zona 1 - Urbana 2 - Rural  3 - Periurbana 9 - Ignorado   
47 - Hora da ocorrência (00:00 - 23:59 horas)

49 - Ocorreu outras vezes? 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado

50 - A lesão foi autoprovocada? 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado

Local de ocorrência 04 - Local de prática esportiva 05 - Bar ou similar 06 - Via pública 07 - Comércio/serviços 08 - Indústrias/construção 09 - Outro 99 - Ignorado

**Tipologia da violência**

51 Tipo de violência 1- Sim 2- Não 9- Ignorado

Física  Tráfico de seres humanos  
 Psicológica/Moral  Financeira/Econômica  Intervenção legal  
 Tortura  Negligência/Abandono  Outros  
 Sexual  Trabalho infantil

52 Meio de agressão 1- Sim 2- Não 9- Ignorado

Força corporal/ espancamento  Obj. perfuro-cortante  Arma de fogo  
 Enforcamento  Substância/ Obj. quente  Ameaça  
 Obj. contundente  Envenenamento  Outro

**Violência Sexual**

53 Se ocorreu violência sexual, qual o tipo? 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado

Assédio sexual  Atentado violento ao pudor  Exploração sexual  
 Estupro  Pornografia infantil  Outros

54 Se ocorreu penetração, qual o tipo? 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado

Oral  Anal  Vagina

**Consequências da violência**

55 Procedimento indicado 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado

Profilaxia DST  Profilaxia Hepatite B  Coleta de sêmen  Contracepção de emergência  
 Profilaxia HIV  Coleta de sangue  Coleta de secreção vaginal  Aborto previsto em lei

56 Consequências da ocorrência detectadas no momento da notificação 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado

Aborto  DST  Transtorno mental  Estresse pós-traumático  
 Gravidez  Tentativa de suicídio  Transtorno comportamental  Outros

**Lesão**

57 Natureza da lesão (considerar somente o diagnóstico principal)

01 - Contusão 04 - Fratura 07 - Traumatismo crânio-encefálico 10 - Queimadura  
02 - Corte/perfuração/laceração 05 - Amputação 08 - Politraumatismo 11 - Outros  
03 - Entorse/luxação 06 - Traumatismo dentário 09 - Intoxicação 88 - Não se aplica  
99 - Ignorado

58 Parte do corpo atingida (considerar somente o diagnóstico principal)

01 - Cabeça/face 04 - Coluna/medula 07 - Quadril/pelve 10 - Órgãos genitais/ânus  
02 - Pescoço 05 - Tórax/dorso 08 - Membros superiores 11 - Múltiplos órgãos/regiões  
03 - Boca/dentes 06 - Abdome 09 - Membros inferiores 88 - Não se aplica 99 - Ignorado

**Dados do provável autor da agressão**

59 Número de envolvidos  1 - Um  2 - Dois ou mais  9 - Ignorado

60 Vínculo / grau de parentesco com a pessoa atendida 1- Sim 2- Não 9- Ignorado

Pai  Ex-Cônjuge  Amigos/conhecidos  Policial/agente da lei  
 Mãe  Namorado(a)  Desconhecido(a)  Própria pessoa  
 Padrasto  Ex-Namorado(a)  Cuidador(a)  Outros  
 Madrasta  Filho(a)  Patrão/chefe  Pessoa com relação institucional  
 Cônjuge  Irmão(ã)

61 Sexo do provável autor da agressão  1 - Masculino  2 - Feminino  3 - Ambos os sexos  9 - Ignorado

62 Suspeita de uso de álcool  1- Sim  2 - Não  9- Ignorado

**Evolução e encaminhamento**

63 Encaminhamento no setor saúde 1 - Encaminhamento ambulatorial 2 - Internação hospitalar 8 - Não se aplica 9 - Ignorado

64 Encaminhamento da pessoa atendida para outros setores 1- Sim 2- Não 9- Ignorado

Conselho Tutelar (Criança/Adolescente)  Delegacia de Atendimento à Mulher/DEAM  Centro de Referência da Mulher  
 Vara da Infância / Juventude  Delegacia de Prot. da Criança e do Adolescente  Centro de Referência da Assistência Social/CREAS-CRAS  
 Casa Abrigo  Outras delegacias  Instituto Médico Legal (IML)  
 Programa Sentinela  Ministério Público  Outros

65 Violência Relacionada ao Trabalho  1- Sim 2- Não 9- Ignorado

66 Se sim, foi emitida a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT)  1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado

67 Circunstância da lesão CID 10 - Cap XX

68 Classificação final do caso  1 - Suspeito/provável  2 - Confirmado  9 - Ignorado

69 Evolução do caso  1 - Alta  3 - Óbito por Violência  2 - Evasão / Fuga  4 - Óbito por outras causas  9 - Ignorado

70 Se óbito por violência, data

71 Data de encerramento

**Informações complementares e observações**

Nome do acompanhante \_\_\_\_\_ Vínculo/grau de parentesco \_\_\_\_\_ (DDD) Telefone \_\_\_\_\_

Observações Adicionais:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**TELEFONES ÚTEIS**

Disque-Saúde 0800 61 1997 Central de Atendimento à Mulher 180 Disque-Denúncia - Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes 100

**Notificador**

Município/Unidade de Saúde \_\_\_\_\_ Cód. da Unid. de Saúde/CES \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_ Função \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

**Anexos 5 – Fotos/capas****Foto mulher – capa**

Disponível em <<http://wendyelmb.blogspot.com/>>. acesso em 05 maio, 2010.

**Foto símbolo sagrado – capa do capítulo 1**

Disponível em <<http://blospot.com/.../s400/maltractaments/>> acesso em 05 maio, 2010.

**Foto mão – capa do capítulo 2**

Disponível em <<http://fotoexpansion.blogspot.com/>>. Acesso em 05 maio, 2010.

**Foto sombra – capa do capítulo 3**

Disponível em <<http://audreydisse.blogspot.com/2010/04/violencia/>>. Acesso em 05 maio, 2010.

## APÊNDICE

**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gerência de Análise Criminal e Estatística**  
**RELAÇÃO NOMINAL DAS VÍTIMAS DE CRIMES LETAIS INTENCIONAIS EM**  
**PERNAMBUCO.**

Ano – jan_ 2007 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
ROSELI MARIA DE SANTANA	ARMA BRANCA	CABO DE SANTO AGOSTINHO	27
CARLA DIANA BARBOSA DE PAULA	ARMA DE FOGO	RECIFE	18
LUCIANA MARIA DA SILVA	ARMA DE FOGO	Vitória de santo Antão	33
CLEONICE PEREIRA GALVAO	Arma de fogo	Lagoa grande	49
MARIA GILVANEIDE DA SILVA	Arma branca	Caruaru	24
NOEMIA NUNES BARBOSA	Arma de fogo	Recife	65
ANA CLAUDIA DO NASCIMENTO	Arma branca	Caruaru	26
ZENAIDE GOMES DE MORAIS	Arma branca	Recife	40
JOSILENE APRIGIO DO NASCIMENTO	Arma de fogo	Recife	36
ANTONIA RODRIGUES DE BARROS	Arma branca	Floresta	22
ROSINEIDE DA CONCEICAO	Arma de fogo	Timbaúba	26
ADRIANA MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Palmares	25
ADRIANA LUCIA NUNES SOUZA CABRAL	Arma branca	Triunfo	24
AMANDA BEATRIZ SILVA DE OLIVEIRA	Outros tipos	Recife	16
MARIA DO CARMO DA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	44
ROSANGELA NICOLAU DE ARAUJO	Outros tipos	São Lourenço da Mata	27
JACILENE CECILIA DA SILVA	Arma de fogo	Ibimirim	13
ELAINE FERREIRA BARROS	Arma de fogo	Olinda	32
MARIA CILENE SOARES DA SILVA	Arma de fogo	Camocim de São Felix	15
DORALICE MARIA JOSE DA SILVA	Arma branca	Xexeu	33
ELAINE CRISTINA MELLO DA SILVA	Outros tipos	Recife	26
LUCIANA ALVES PONTES SANTOS	Arma branca	Tabira	30
SILVIALANY MARQUES DA SILVA	Arma de fogo	Olinda	16
CECILIA DA SILVA ARAUJO	Arma de fogo	Petrolina	21
Total 24			

Ano – fev_ 2007 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
ELIANA MARIA DA SILVA	Outros tipos	Jaboatão dos Guararapes	15
JANE KALLINE TENORIO DA SILVA	Outros tipos	Jaboatão dos Guararapes	14
MARIA DO CARMO DA SILVA	Arma branca	Palmares	29
SUELY DIONIZIO DE SOUZA	Arma de fogo	Palmeirina	30
ANA PAULA MARIA E SILVA	Arma de fogo	Recife	23
FABIANA DA SILVA RAMOS	Arma branca	Itapissuma	29

OLIDINA COSTA PEREIRA DA SILVA	Arma branca	Itaiba	78
IVANEZ DE OLIVEIRA SILVA	Arma de fogo	Ouricuri	36
GINALDA DE MORAIS	Outros tipos	Pesqueira	30
ANA CAUDIA TAVARES DA SILVA	Arma de fogo	Recife	26
ANA PAULA SILVA	Arma de fogo	Taquaritinga do Norte	28
MARIA DA CONCEICAO DA PENHA	Arma de fogo	Vitoria de santo antão	34
VANEIDE MAIRA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	24
ANGELICA MARIA DOS SANTOS	Arma de fogo	Recife	22
MARCIA SANTOS FREIRE	Outros tipos	Belo jardim	30
IVANILDA CAMPOS DA SILVA	Arma de fogo	Guaranhuns	59
LUANA CAMPOS DA SILVA	Arma de fogo	Garanhuns	28
JANEIDE SOARES ARAUJO	Arma de fogo	Sertania	36
JULIANA CREMILDA DE JESUS	Arma branca	Paudalho	23
CLEIDE MARIA DOS SANTOS MANTA BARBOSA	Arma de fogo	Recife	38
VANUZA VALERIA DE OLIVEIRA MARIZ	Arma de fogo	Santa cruz da baixa verde	20
GABRIELA DOMINGOS DE MATOS	Arma de fogo	Paulista	21
JOSEFA CHAVES DE OLIVEIRA	Arma de fogo	Recife	21
CARMELITA GOMES DE ALBUQUERQUE	Outros tipos	São Lourenço da mata	57
GIRLENE ALVES	Arma de fogo	Petrolina	29
JACQUELINE SANTOS DANTAS DE LEMOS	Arma de fogo	Recife	21
MARIA IRANIELLE TEIXEIRA FIGUEIRA	Arma de fogo	Ipojuca	40
ANDREA PATRICIA DA SILVA SANTOS	Arma de fogo	Recife	33
KAILA DE MELO SOUZA	Arma de fogo	Petrolina	8
ANA CLAUDIA DA SILVA	Arma branca	Cabo de santo Agostinho	25
BIANCA LUCAS DA SILVA	Arma de fogo	Recife	n.informado
<b>Total 31</b>			

Ano – mar_ 2007 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
ALINE SOARES DA SILVA	Outros tipos	Olinda	5
CONCEICAO DA SILVA MARTINS	Arma de fogo	Recife	20
ALDICLEIDE DA SILVA	Arma branca	Palmares	14
LUCIA MARIA DE LUCENA	Arma de fogo	Recife	37
MARIA JOSILENE DA SILVA CLEMENTE	Outros tipos	Lajedo	23
LUCIANA BARROS DA SILVA	Arma de fogo	Recife	27
MARIA JOSE DOS SANTOS	Outros tipos	Jaboatão dos Guararapes	34
NADJA DE MORAES CASTRO	Arma de fogo	Recife	50
AMARA FABRICIO DA SILVA	Arma branca	Jaboatão dos Guararapes	60
MARIA GOMES DE PAULA	Arma branca	Olinda	40
LEONIRA MARIA DE JESUS	Outros tipos	Ipojuca	83
JANAINA ANTONIA DA SILVA	Arma de fogo	Timbauba	16
MARIA DE FATIMA FERREIRA DE LIMA	Arma branca	Recife	45
ADRIANA PINHEIRO	Arma de fogo	Mirandiba	34

ANGELICA TAVARES DE CASTRO	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	20
EDVANIA MARIA DA SILVA MELO	Outros tipos	Recife	28
MARCIA MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Paulista	30
TASSIANA PATRICIA DO NASCIMENTO	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	20
CARMEM LUCIA VALENTINO DA SILVA	Arma de fogo	Guaranhuns	34
KATIA JOSEFA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	29
ROSANGELA MARIA DOS SANTOS	Outros tipos	Ipojuca	30
SHEILA SOUZA DA SILVA	Outros tipos	Feira nova	17
JOCELANDIA ALVES DOS SANTOS SILVA	Arma branca	Custodia	31
<b>Total 23</b>			

Ano – abr_ 2007 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
EDNA MARIA SILVA DE ARAUJO	Arma branca	Palmares	6
SILVANA MARIA DOS SANTOS	Arma de fogo	Recife	31
ZILAH DA SILVA REIS	Arma de fogo	Recife	32
MARIA ZENILDA LOPES DA SILVA	Arma de fogo	Trindade	33
SONIA ALVES DE OLIVEIRA	Arma de fogo	Bom conselho	49
RAQUEL CRISTINA SCHIRMER	Arma de fogo	Afogados da Ingazeira	18
SIMONE ABREU DOS SANTOS	Arma de fogo	Recife	24
IRANDI BARBOSA SANTOS DO NASCIMENTO	Arma de fogo	Recife	22
RAIMUNDA MARIA LUZ RODRIGUES	Arma de fogo	Santa Filomena	44
GEANE SANTOS DE FREITAS	Arma de fogo	Vitoria de santo antão	31
ROBERTA LIMA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	25
CICERA MARIA BEZERRA DA SILVA	Arma de fogo	Bezerros	23
JARDENE ALVES DO NASCIMENTO	Arma de fogo	Paulista	17
ELENA ARGELINE DA CONCEICAO	Outros tipos	São Joaquim do Monte	60
JAIDE VIEIRA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	20
MAISE JOSEFA DOS SANTOS	Outros tipos	Pombos	29
LINA ALVES DE MARTINS	Arma de fogo/latrocínio	Recife	73
ANA MARIA DA SILVA	Outros tipos	Olinda	21
EDJANE FABRICIO DE SANTANA	Arma de fogo	Cabo de santo Agostinho	24
SELMA MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Caruaru	35
IRENILDA TELES FAUSTINO	Arma de fogo	Garanhuns	42
VITORIA CAMILA TELES FAUSTINO	Arma de fogo	Garanhuns	13
EUNICE CARLA DE MELO	Arma de fogo	Caruaru	18
ITANAJE DE ALBUQUERQUE MELO	Arma de fogo	Camaragibe	38
TEREZINHA BARBOSA DA CONCEICAO	Outros tipos	Serrita	75
CREUZA SANTOS ARAUJO	Arma branca	Correntes	50
<b>Total 26</b>			

Ano – mai_ 2007 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
CAROLINE FERREIRA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	19
EDILENE MARIA RUTE DA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão do Guararapes	42
JOSIANE OLIVEIRA DE SANTANA	Arma de fogo	Olinda	21
VERA LUCIA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	43
ELISSANDRA NUNES DOS SANTOS	Arma de fogo	Arcoverde	N informado
GILCILENE MIGUEL DA SILVA	Arma de fogo	Recife	34
MARIA MACILENE EVANGELISTA PEREIRA	Arma de fogo	Recife	26
LUZINETE MARIA DA CONCEICAO	Arma branca	Altinho	53
CARMEM LUCIA SANTOS SALES	Outros tipos	Cabo de santo Agostinho	42
ROSINEIDE MARIA DE ARRUDA	Arma de fogo	São Lourenço da mata	26
ROSANGELA SOBRAL DA SILVA	Arma de fogo	Olinda	26
MILENA SILVA	Arma de fogo	Recife	27
JAKELINE RIBEIRO DA SILVA	Arma de fogo	Recife	31
ALTINA MARGARIDA MARINHO COUTINHO	Arma de fogo/latrocínio	Recife	56
LUZIA MARIA DA ESPOCIAS	Arma de fogo	Carnaubeira da penha	60
ALEXSANDRA MARIANO DA SILVA	Arma de fogo	Caruaru	34
CLAUDIA REJANE DOS SANTOS	Arma de fogo	Pesqueira	29
BENEDITA LIOR DA SILVA	Arma de fogo	Quipapá	44
JOSEFA SONIA DA SILVA	Arma branca	Tacaimbo	38
ISABEL MARIA FERREIRA RUFINO	Arma de fogo	Recife	24
MARIA ROSINEIDE FERREIRA	Arma branca	Pesqueira	30
PRISCILA FELIX DE LIMA VIEIRA	Outros tipos	São Lourenço da Mata	19
QUEZIA MARIA DO NASCIMENTO SANTOS	Arma de fogo	Itambé	30
ELISANGELA FRANCISCA DOS SANTOS	Arma de fogo	Olinda	29
<b>Total 24</b>			

Ano – jun_ 2007 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
ABIGAIL BARBOSA DA SILVA	Arma branca	Recife	70
MARIA JOSE DA SILVA SOUZA	Arma de fogo	Chã grande	52
VILMA FERREIRA DA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	39
INGRID LUANA PEREIRA SAORES	Outros tipos	Agrestina	17
VERA LUCIA JUDITE DA SILVA	Arma de fogo	Recife	40
FABIANA DA SILVA FERREIRA	Arma de fogo	Cabo de santo Agostinho	21
DALVANI PEREIRA LOPES	Arma de fogo	Palmares	25
ROSIMERE DIAS DA SILVA	Outros tipos	Igarassu	35
MARIANA LOURENCO OLIVEIRA DA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	22
DEBORA TADEIA ALVES DOS SANTOS	Arma de fogo	Serra talhada	17
ROSEANE HELENA FERREIRA DA SILVA	Arma branca	Pesqueira	35
CICERA MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Petrolândia	21

JOSEFA ALICE DA SILVA	Arma de fogo	Ribeirão	71
RITA FRANCISCA DO NASCIMENTO	Outros tipos	Lagoa do Itaenga	59
ISENEIDE BERTULINO DOS SANTOS	Arma branca	Olinda	47
MARIA DE FATIMA MONTEIRO FERREIRA	Outros tipos	Altinho	34
MARIA PEREIRA DA GLORIA	Arma branca	Petrolina	43
JOANITA EMILIA DE OLIVEIRA	Outros tipos	Caruaru	77
<b>Total 18</b>			
<b>Ano – jul_ 2007 – homicídios</b>			
<b>Nome</b>	<b>Arma utilizada</b>	<b>Município</b>	<b>Idade</b>
FABIA DE ANDRADE BRASIL	Arma de fogo	Recife	25
PATRIZIA ZOCCHI	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	56
SIMONE CRISTINA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	40
MARIA BERNADETE ADONIAS	Arma de fogo	Olinda	54
LUCIELMA LIMA DE FIGUEREDO	Arma de fogo	Recife	23
JESSICA MARTINS DA SILVA	Outros tipos	São José da coroa grande	15
SEVERINA MARIA DA SILVA	Arma branca	Riacho das almas	36
JOANE MARIA DE SOUZA	Arma de fogo	Paulista	17
VALESKA CECILIA MENDES BARBOSA	Arma branca	Recife	11
ANA DARC ALVES DE MEDEIROS	Arma branca	Ouricuri	21
ANDREIA MONTEIRO DOS SANTOS	Outros tipos	Olinda	22
IVANA MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Ipojuca	23
MARILUCIA EZEQUIEL DOS SANTOS	Arma de fogo	Recife	41
RAFAELA MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Timbaúba	17
<b>Total 14</b>			

<b>Ano – ago_ 2007 – homicídios</b>			
<b>Nome</b>	<b>Arma utilizada</b>	<b>Município</b>	<b>Idade</b>
GENILZA MARIA PEREIRA DOS SANTOS	Arma de fogo	Abreu e Lima	37
YVANI VICENTE FERREIRA	Arma de fogo	Recife	27
ADRIANA CARLA DA SILVA DE SOUZA	Outros tipos	São Lourenço da Mata	18
MÔNICA MAGALHÃES DOS SANTOS	Arma de fogo	Recife	36
GERCIONE SERAFIM DA SILVA	Outros tipos	Vitoria de santo antão	19
JURACI EUGENIA DIAS	Arma de fogo	Abreu e Lima	55
CICERA VALDEVINO DA SILVA	Arma branca	São Lourenço da Mata	54
SUZANA ARRUDA DE OLIVEIRA	Arma de fogo	Recife	16
ALMERICIA MARINHO DOS SANTOS SOUZA	Outros tipos	Brejo da Madre de Deus	17
MARIA EDUARDA DA SILVA	Outros tipos	Rio Formoso	n. informada
OLIVIA JACINTO LIMEIRA	Outros tipos	Santa Terezinha	79
LENICE BRASILIANA DA SILVA	Outros tipos	Recife	55
MARIA GOMES DA SILVA	Outros tipos	Arcoverde	74
SILVANI DA SILVA LOPES	Arma branca	Água Preta	30
PRISCILA SIQUEIRA CAVALCANTE	Arma de fogo	Recife	22
JOSELITA MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Sirinhaem	39

MARIA ALEANDRA SOARES DA SILVA	Arma de fogo	Pedra	20
MARIA JOSE VERISSIMO	Arma de fogo	Recife	65
MARLUCE DA CONCEICAO VERISSIMO	Arma de fogo	Recife	35
KATIA BALBINO DE FRANCA	Arma de fogo	Garanhuns	30
CICERA OLIMPIO ALVES	Arma de fogo	Santa Maria da Boa Vista	35
IANDRA GOMES SOUZA	Outros tipos	Petrolina	4
ILZA MARIA DA SILA	Arma de fogo	Quipapá	99
IZABEL ALVES DE SANTANA	Arma branca	Olinda	60
MARIA DA PENHA DA SILVA	Arma de fogo	Buique	41
RUBIA LIMA	Outros tipos	Toritama	18
TEREZINHA FRANCISCA DA SILVA	Arma de fogo	Limoeiro	54
AMARA JOANA DE LUCENA	Arma de fogo	Moreno	35
JOSEFA FRANCISCA DOS SANTOS	Outros tipos	Cachoeirinha	75
MARIA ANUNCIADA DA CONCEICAO	Outros tipos/latrocínio	Limoeiro	87
MARCIANA MARIA DA SILVA	Arma branca	Jaboatão dos Guararapes	20
ANTONIA GOMES DE AS	Arma de fogo	Serrita	39
EDNA DA SILVA BATISTA	Arma de fogo	Rio formoso	27
KARINA BARBOSA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	24
ANA MARCIA DA CONCEICAO	Arma de fogo	Brejo da Madre de deus	18
PRISCILA CAROLINE RODRIGUES COSTA	Arma de fogo	Recife	22
<b>Total 36</b>			

Ano – set_ 2007 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
MARIA EDUARDA DA SILVA	Outros tipos	Limoeiro	5
MARLENE MARIA DOS SANTOS	Outros tipos	Recife	58
OZANA CARNEIRO DE LIMA	Arma de fogo	Carpina	21
EDINEIA FELIX DE AZEVEDO	Outros tipos	Jaboatão dos Guararapes	83
GESSICA KELLEN DOS SANTOS SILVA	Arma de fogo	Petrolina	10
ERIKA MARIA SOARES DE SANTANA	Arma branca	Abreu e Lima	22
MARIA JOSE MARAIS DA SILVA	Arma de fogo	Recife	53
MARIA SALVINA DA SILVA	Arma de fogo	Santa Cruz do Capibaribe	68
HYSIS VIRGINIA DE OLIVEIRA SANTOIANI	Arma branca	Quipapá	9
TACIANA MARIA DOS SANTOS	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	19
VALDENIA BELO DE OLIVEIRA	Arma branca	Quipapá	27
VALDENISE FRANCISCA DE LIMA	Outros tipos	Cabo de santo Agostinho	30
ROSELY FELIX DA SILVA	Arma branca	Caruaru	29
MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS	Arma de fogo	Aliança	59
ROBERIA QUEIROZ GOIS	Outros tipos	Arcoverde	13
ANDREIA TAMIRES DA SILVA	Arma de fogo	Cabo de Santo Agostinho	17
KARLA REGINA MARIA DE VASCONCELOS	Arma de fogo	Paulista	17

MARIA RISONEIDE SILVINO PEREIRA	Arma de fogo	Escada	29
RAQUEL DIAS DE ARAUJO	Arma de fogo	Recife	17
ANA CAROLINE TRAJANO DA SILVA	Arma de fogo	Recife	15
ANA PAULA DE SOUZA COSTA	Outros tipos	Paulista	26
ILDA LINS BERNARDO	Outros tipos	São Bento do uma	32
CINTIA SANTOS XAVIER NUNES	Arma de fogo	Recife	20
IVALDA ANDRADE DE OLIVEIRA	Arma de fogo	Jaboatão do Guararapes	31
<b>Total 24</b>			
<b>Ano – out_ 2007 – homicídios</b>			
<b>Nome</b>	<b>Arma utilizada</b>	<b>Município</b>	<b>Idade</b>
CREUZA PEREIRA DA SILVA	Arma de fogo	Guaranhuns	64
MARIA DO CARMO DA SILVA	Arma de fogo	Olinda	40
MARIA DO CARMO DA SILVA SANTOS	Arma de fogo	Recife	24
ROSEANE DESMARAIS NUNES	Arma de fogo	Escada	27
CAROLINE BEZERRA DA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	18
ELIZANGELA DE SOUZA BATISTA	Arma branca	Ouricuri	26
RENATA CELIA DE OLIVEIRA	Arma de fogo	Recife	23
MARIA DEJANEIDE DA COSTA	Arma de fogo	Recife	40
MARIA JOSE GOMES DA CONCEIÇÃO FILHA	Arma de fogo	Itapissuma	25
JACIANE MARIA DA SIVLA	Arma de fogo	Caruaru	30
ANA CLAUDIA PEREIRA DE LIMA	Arma de fogo	Recife	35
DIOVANE ROSA NARCIZO STOJAN	Arma de fogo	Gameleira	24
RAQUEL CELESTE FAGUNDES COELHO	Outros tipos	Itamaracá	30
STEFANE RENATA AMORIM DE PAIVA	Arma de fogo	Olinda	18
<b>Total 14</b>			

<b>Ano –nov_ 2007 – homicídios</b>			
<b>Nome</b>	<b>Arma utilizada</b>	<b>Município</b>	<b>Idade</b>
LIDIANE MIKAELE DA COSTA SILVA	Arma branca	Caruaru	21
MARIA DE LOURDES ESPINDOLA	Arma de fogo/latrocínio	Recife	24
KAUANE MARIA DE OLIVEIRA	Outros tipos	Lajedo	N informada
NUBIA SIMONE GOMES ARAUJO DA SILVA	Arma de fogo	Aliança	27
FABIANA MARIA DELFINO DA SILVA	Outros tipos	Goiana	14
FABIANA SOUZA DE ARRUDA	Outros tipos	Santa Maria do Cambucá	26
MARIA LUZITANIA DA SILVA	Arma de fogo	Goiana	52
CLEONICE ARAUJO AGRIPINO	Arma de fogo	Moreno	40
ANTONIA DO NASCIMENTO FIDELES DOS SANTOS	Arma de fogo	Petrolina	42
VERA LUCIA DOS SANTOS SOUZA	Arma de fogo	Santa Maria da boa Vista	42
CRISTINA GICELIA DA SILVA	Arma de fogo	Olinda	45
ERICA RIBEIRO FERREIRA	Arma de fogo	Paulista	23
MARIA AMELIA DA CONCEICAO	Arma branca	Caruaru	67

ROSIMERE MARIA DO NASCIMENTO	Arma branca	Amaraji	19
MARIA FERREIRA DA SILVA	Arma de fogo	Sirinhaem	42
MARLENE SAMPAIO SANTOS	Arma branca	Brejão	31
JOSEFA CRISTINA DA CONCEICAO	Arma de fogo	Toritama	45
HIRLANIA CARLA CRISTINE CARNEIRO	Arma de fogo	Olinda	20
BRUNA RAFAELA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	17
<b>Total 19</b>			

Ano –dez_ 2007 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
ANA RAQUEL DE FRANCA CARNEIRO	Arma de fogo	Carpina	34
LUCIANA DE ARAUJO SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	37
SEBASTIANA ANA DOS ANJOS	Arma de fogo	Tupanatinga	21
JOSIANE FERREIRA DA SILVA	Arma branca	Cupira	25
PAULA LUANA FIRMINO VITAL	Outros tipos	Moreno	27
DAYANE ALEXANDRE DOS SANTOS	Arma de fogo	Salgueiro	15
FRANCINETE GOMES DA COSTA	Arma de fogo	Petrolina	30
VALQUIRIA MARIA DE LIMA	Arma de fogo	Cabo de santo Agostinho	21
LIGIA ADRIANE DA SILVA	Arma branca	Trindade	19
MARIA DAS GRACAS GOMES DA SILVA	Arma branca	Exu	31
ANA PAULA GUEDES DA SILVA	Arma de fogo	Olinda	20
AMANDA FERREIRA BARRETO	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	19
TATIANE SANTOS DE LIMA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	23
GABRIELA SEVERINA DO NASCIMENTO	Arma de fogo	Paulista	16
SORAYA SALLES MACHADO	Arma branca	Jaboatão dos Guararapes	37
JACILENE NASCIMENTO DO CARMO	Arma de fogo	Recife	28
SONIA MARIA GONCALVES DOS SANTOS	Outros tipos	Triunfo	30
MARCIA VALERIA DE FREITAS	Arma de fogo	Recife	20
DANIELLE SILVA DE SANTANA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	20
LUCIANA FELIX	Arma de fogo	Recife	26
ALEXSANDRA QUIRINO DOS SANTOS	Arma de fogo	Olinda	25
GENICE PEREIRA DOS SANTOS	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	30
<b>Total 22</b>			

Ano –jan_ 2008 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
ANGELA BATISTA DA SILVA	Arma branca	Recife	31
GEYSIANE MARIA DE LIMA TORRES	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	16
MARIA JOSE SANTANA DA SILVA	Arma de fogo	Itamaracá	30
ROSEANE MARIA DA SILVA	Arma branca	Nazaré da Mata	24

HOSANA DOS SANTOS SILVA	Arma de fogo	Vicência	31
JANAINA PEREIRA DA SILVA	Arma de fogo	Escada	22
VERONICA MARIA DE ASSIS COELHO	Arma de fogo	Recife	32
ELIZABETE FERREIRA DA SILVA	Arma de fogo	Vitoria de santo antão	44
MARIA DE LOURDES MORAES	Arma branca	Canhotinho	54
MARIA EUNICE ALVES DA SILVA	Arma de fogo	Rio Formoso	30
ANA CELIA CARDOSO DOS SANTOS	Outros tipos	Camaragibe	50
MARIA DA CONCEICAO SANTOS DA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	37
MARIA JOSE BATISTA DA SILVA	Arma de fogo	Cabo de santo Agostinho	38
ADELINA SEBASTIANA SIQUEIRA	Outros tipos	Ouricuri	60
SEVERINA MARIA DA SILVA	Outros tipos	Ipojuca	22
ALICE IZABEL VILACA	Arma de fogo	Recife	34
LUCIANA MARIA SANTOS GOMES	Arma branca	Paulista	38
JOSEFA FRANCISCA DE ANDRADE BARBOSA	Arma branca	Casinhas	13
TACIANA DA CONCEICAO RODRIGUES	Outros tipos	Olinda	17
CRISTIANE DE LIMA SILVA	Arma de fogo	Macaparana	22
MARLEIDE DA CONCEICAO SILVA	Arma de fogo	Palmares	36
INGRID FERNANDA SALES DA SILVA	Arma de fogo	Recife	17
LUCIANA MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	21
MARIA DE LOURDES VIEIRA GALINDO	Outros tipos	Alagoinha	45
<b>Total 24</b>			

Ano –fev_ 2008 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
LUCIVANIA GOMES DA SILVA	Outros tipos de objetos	Mirandiba	24
MARIA VANESSA DE LIRA	Arma de fogo	Cabo de santo Agostinho	24
CELIA MARTINS DA SILVA	Arma de fogo	Rio formoso	32
MARIA MIGUEL DA CONCEICAO BARROS	Outros tipos	Recife	81
MARIA DAS NEVES DA SILVA	Arma branca	Recife	42
ROSEANE CLARA DE JESUS	Arma de fogo	Vitoria de santo antão	37
MARIA HELENA DA SILVA	Arma branca	Recife	65
ALINE JOYCE FERREIRA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	20
MARIA LUCIA DA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	49
CICERA MARIA DA CONCEICAO	Arma branca	Flores	27
DULCINEIA AMARA DA SILVA	Arma de fogo	Cabo de santo Agostinho	30
ELISANGELA MARIA DOS SANTOS	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	28
ELIANE FERREIRA GOMES	Outros tipos	Olinda	51
PRISCILA RAMOS DOS SANTOS	Arma de fogo	Escada	15
IRIS CLEIDE FERREIRA COSTA DE ALMEIDA	Arma de fogo/latrocínio	Olinda	31
JANICE DE SANTANA	Arma de fogo	Recife	39
ELIANE MARIA DA SILVA	Arma branca	Jaboatão dos Guararapes	25
JOSICLEIDE MARIA DE ARAUJO	Arma de fogo	Cabo de santo Agostinho	26

LUCIANA MARCIOLNILA DA SILVA	Arma branca	Recife	15
MIRIAM BARBOSA DOS SANTOS	Arma branca	Recife	44
RENATA CAVALCANTI DA SILVA	Arma de fogo	Recife	17
NEIDE APARECIDA FERREIRA DE MELO	Arma de fogo	Buque	34
LUCIANA GUEDES DE FREITAS	Arma de fogo	Itamaracá	33
NAIRA BEZERRA DE OLIVEIRA ALMEIDA	Outros tipos	Arcoverde	22
MARIA LUCIA SILVA SOUZA	Arma de fogo	Trindade	48
ALZIRA BATISTA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	70
LIVIA HYGIA DE SOUZA EBRAHIM	Arma de fogo	Recife	52
DANIELE FERREIRA DA SILVA	Outros tipos	Olinda	15
ELIZABETE BARBOSA DA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	23
VALDENIA FRANCISCA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	28
SILVANEIDE CAVALCANTI DA SILVA	Outros tipos	Pedra	16

Total 31

Ano –mar_ 2008 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
MARIANA PATRICIA DA SILVA	Outros tipos	Abreu e lima	15
CLECIA CRISTINA DO NASCIMENTO GOMES	Arma branca	Itapissuma	23
EDNEIDE BENTO SOBRINHO	Arma branca	São José do Belmonte	26
FABIANA DOS SANTOS	Outros tipos	Garanhuns	17
DEBORA SANTOS DE SOUZA	Arma de fogo	Tacaratu	18
JESSICA BRAZ DA SILVA	Arma de fogo	Olinda	16
MARINETE JUSTINO DA SILVA	Arma branca	Recife	40
ROBERTA LOPES RODRIGUES DA SILVA	Arma de fogo	Olinda	14
SEVERINA MARIA DA SILVA	Outros tipos	Timbaúba	22
ADRIANA CRISTINA DA SILVA	Arma de fogo	São Caetano	21
MARIA JOSE FERREIRA	Arma branca	Palmares	47
MARIA JOSE DOS SANTOS	Arma branca/latrocínio	Palmares	33
MARIA JOSE MONTEIRO OLIVEIRA	Arma branca	Barreiros	36
ANDREZA CABRAL DA SILVA NASCIMENTO	Outros tipos	Olinda	15
JOSEFA GOMES DE LIMA	Arma branca	Bom conselho	54
<b>Total 15</b>			

Ano –abr_ 2008 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
LUCIANA ALVES ALENCAR	Arma de fogo	Ouricuri	21
CRISTIANE IZABEL MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Cupira	31
GERALDA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	71
JAQUELINE SEBASTIANA DA SILVA	Arma branca	São bento do Una	20
WEDJA SANTOS PAES	Arma branca	Cabo de santo Agostinho	22

JACQUELINE SUELLIN DA SILVA	Arma de fogo	Recife	25
WILMA CARLA DA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	18
CICERA FRASAO DOS SANTOS	Arma de fogo	Sertania	52
JANAINA FRAZAO DOS SANTOS	Arma de fogo	Sertania	25
ANDRESA KATIA DA SILVA	Arma branca	Jaboatão dos Guararapes	27
ANA PAULA FERREIRA MENEZES	Arma branca	Paulista	27
ANNA CLOTILDE COUTINHO MARTINIANO	Arma de fogo	Recife	40
VALERIA MARIA FRAGOSO DOS SANTOS	Arma de fogo	Cabo de santo Agostinho	50
CICERA DE SANTANA ANDRADE	Arma de fogo	São bento do Una	41
MARIA CARMELITA DE LIMA ROCHA	Arma branca	Itapetim	31
ILMA SOARES DA SILVA	Arma de fogo	Rio formoso	20
GERUZA RIBEIRO DE AGUIAR	Arma de fogo/latrocínio	Orobó	51
MARIA DO CARMO DA SILVA	Arma de fogo	Caruaru	31
JOSIANE VIEIRA LOURENCO	Arma branca	Recife	21
NATALI RODRIGUES DA SILVA	Arma de fogo	Recife	14
VANIA ELEUTERIO DA CONCEICAO	Arma de fogo	Cabo de santo Agostinho	25
ALEXSANDRA DE LIMA ABUQUERQUE	Arma de fogo	Caruaru	28
GILVANA DOS SANTOS ARRUDA	Arma branca	Recife	25
VERA LUCIA DO NASCIMENTO SANTANA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	46
MARIA CICERA DA SILVA	Arma de fogo/latrocínio	Lagoa dos gatos	44
MARIA SABINA DA SILVA	Arma de fogo	Jurema	64
TAUANE SIQUEIRA DA SILVA	Outros tipos	Jupi	3

Total 27

Ano –mai_ 2008 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
JOSELMA MARQUES CELESTINO	Arma de fogo	Ibimirim	29
ANTONIA ANGELO DE OLIVEIRA	Arma de fogo/latrocínio	Araripina	84
MARIA LEIDE DE FREITAS	Arma de fogo	Custodia	56
LILIANE ILKA QUEIROZ DA SILVA	Arma de fogo	Igarassu	17
MARIA DE FATIMA DA SILVA	Arma branca	Caruaru	42
LUCINETE MARIA MELO DA SILVA	Outros tipos	Caruaru	32
ALEXSANDRA GOMES DE SANTANA	Arma branca	Jaboatão dos Guararapes	24
OTILIA RODRIGUES FERNANDES	Outros tipos/latrocínio	Lajedo	72
EDNA MARIA DA SILVA	Arma branca	Ipojuca	33
EDVANIA PANTA DA SILVA	Arma de fogo	Serra talhada	30
GIVANILDA OLIVEIRA BARBOSA	Outros tipos	Arcoverde	25
LINDINALVA MARIA DA SILVA	Arma branca	Itaquitinga	22
LUZIA MARIA DA SILVA	Outros tipos	Calçado	40
EDILENE MARIA DA SILVA	Arma branca	Olinda	19
JOANA DARC FERREIRA DA SILVA	Arma de fogo	Rio Formoso	24
ALCIONE PRISCILA MENDES	Arma de fogo	Escada	20

ROSICLEIDE MARIA DA SILVA	Arma branca	Ribeirão	31
BRUNA CAROLYNE MENDES DA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	10
<b>Total 18</b>			

Ano -jun_ 2008 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
CLAUDJANE MIGUEL BELO	Arma branca	Pesqueira	28
IZABELA PAULA SILVA	Arma de fogo	Santa cruz do Capibaribe	18
MARIA ELIZELMA DA SILVA	Arma de fogo	Serra talhada	19
NIVIA MARIA DE LIMA	Arma de fogo	Paulista	25
IZALDA MARIA DA CONCEICAO	Arma de fogo	Venturosa	53
MARIA CLAUDIA JOSE DAS CANDEIAS	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	20
ALINE VIEIRA DA SILVA	Arma branca	Recife	19
VITALINA MARIA DA CONCEICAO	Outros tipos	Petrolina	57
LUCIENE MEDEIROS DA SILVA	Outros tipos	Bezerros	32
SUELANE SANTANA DO NASCIMENTO	Arma de fogo	Recife	17
PAMELA RODRIGUES DE ARAUJO	Arma de fogo	Pesqueira	14
RAFAELA FERNANDA OLIVEIRA DE CARVALHO	Arma de fogo	Pesqueira	16
MARIA JOSE ALBERTINO DE MELO	Arma branca	São Lourenço da mata	16
AMARA DOS SANTOS NEVES	Arma de fogo	Toritama	47
DENISE MARIA NASCIMENTO FEITOSA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	32
ANA CLAUDIA DA SILVA	Arma de fogo	Escada	34
LUCICLEIDE CAMPOS DO NASCIMENTO	Arma de fogo	Recife	19
MARLENE MARIA DA SILVA SALES	Arma de fogo	Escada	42
ELIANE JOSE DA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	38
MARIA JOSE DA SILVA	Arma de fogo	São Lourenço da mata	29
<b>Total 20</b>			
Ano -jul_ 2008 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
MARIA FABIANA SOARES ARAUJO	Arma branca	Toritama	29
MARIA GABRIELA ALVES DOS SANTOS SOARES	Outros tipos	Triunfo	21
JESSICA TAMIRES BARBOSA DA SILVA	Outros tipos	Caruaru	7
RITA DA CRUZ DELMONDES	Arma de fogo	Ouricuri	37
MARIA DA PENHA FERREIRA	Arma branca	Serra talhada	25
ELIONETE ELIANE DOS SANTOS	Arma branca	Cabrobo	31
MARIA MIRIAN TENORIO	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	38
MARIA EDUARDA RAMOS DE BARROS	Arma de fogo	Recife	9
GEORGINA RAMOS DA SILVA	Arma branca	Passira	78
VANESSA GOMES NASCIMENTO	Arma branca	Petrolandia	30
ARUANA MARIA ALBERTINO DA SILVA	Arma de fogo	Escada	22
ANA EFIGENIA DA SILVA DE MOURA	Arma branca	Caruaru	26
MARCIA MARIA PACHECO	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	36

MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA	Arma de fogo	Goiana	21
MARIA IVONETE NASCIMENTO SANTOS	Arma branca	Ipubi	47
LUANA KARLA LOPES DA SILVA	Arma branca	Recife	19
EDUARDA DIAS IDELFONSO DA SILVA	Outros tipos	Gravatá	16
MARILENE FRANCISCA DO NASCIMENTO	Arma de fogo	São José do Belmonte	31
MARIA DA CONCEICAO	Arma de fogo	Petrolina	77
DAYANE MARIA DA SILVA	Outros tipos de objetos	Canhotinho	12
<b>Total 20</b>			

Ano –ago_ 2008 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
AUREA MARIA LIBANIO DA SILVA	Arma de fogo	Recife	52
JOYCE FLORENTINO DA SILVA	Arma de fogo	Recife	24
MARIA LUCIANA DOS SANTOS	Outros tipos	São Jose do Egito	31
MARIA FRANCISCA LEITE	Arma branca	Petrolândia	55
MARIA OLIVEIRA DE MORAES	Arma de fogo	Recife	40
FLAVIANA CORDEIRO DA SILVA	Arma de fogo	Recife	17
JACIRA DULCE DA SILVA XAVIER	Outros tipos	Recife	55
DANIELA OLIVEIRA ALBUQUERQUE DA SILVA	Arma de fogo	Recife	18
MARIA DO SOCORRO DA SILVA ALVES	Arma branca	Santa Maria da boa vista	40
IZABEL FERREIRA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	17
MARINALVA RICARDO GOMES	Arma branca	Recife	46
MARIA JOSE MARTINS DA SILVA	Arma de fogo	Igarassu	25
ANA CARLA DA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	16
CAREN POLIANA MEIRELES DE CASTRO	Arma de fogo	Camaragibe	15
CLEIDE CRISTINA DA SILVA SOUZA MOURA	Arma de fogo	Caruaru	29
LIZIA MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Jaqueira	66
MICHELE BARBOSA DA SILVA	Arma de fogo	Igarassu	15
POLIANA MARIA TORRES	Arma branca	Cabrobo	24
QUITERIA ALVES DOS SANTOS	Arma de fogo	Guaranhuns	56
JOSEFA MARIA DE LOURDES	Arma branca	Caruaru	53
ROSILDA HENRIQUE DA SILVA	Arma branca	Jaboatão dos Guararapes	34
MARIA ADIVONEIDE CARDOSO DA SILVA	Outros tipos	Caruaru	34
LINDALVA DE BARROS DA SILVA	Arma de fogo	Recife	57
<b>Total 23</b>			

Ano –set_ 2008 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
ROSALIA MARIA DA SILVA	Outros tipos	Ipojuca	31
VANESSA MILENA BATISTA DE ARAUJO	Arma de fogo	Tuparetama	15
CLAUDICELMA MARIA DAS GRACAS	Arma branca	Primavera	33

ERIKA OLIVEIRA DOS SANTOS	Arma de fogo	Itapissuma	19
NORMA MARIA DE BRITO CAVALCANTE DA SILVA	Arma de fogo/latrocínio	Recife	51
JOSIANE CRISTINA DE MELO SANTANA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	33
EDEVANIA PATRICIA FERREIRA DA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	21
FABIANA TEIXEIRA SILVA DE MELO	Arma de fogo	Recife	24
AWANAIR MARIANA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	44
MARIA DA CONCEICAO SANTOS	Outros tipos	Serra talhada	60
MARIA APARECIDA FELICIANO DA SILVA	Outros tipos	Jupi	23
ROSIMERE BARBOSA DOS SANTOS	Outros tipos	Caruaru	26
JOELMA PEREIRA DE JESUS	Arma de fogo	Petrolina	25
MARIA ALBANIZIA DE SANTANA FERREIRA	Arma branca	Olinda	48
MARIA DO CARMO DA CONCEICAO	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	28
MANOELA LOURENCO DA SILVA FRANCA	Arma de fogo	São Jose da coroa grande	23
MARIA DE JESUS BRAGA RANGEL	Arma de fogo	Recife	24
MARIA GORETE DE MELO	Arma de fogo	Recife	44
SIMONE ALVES DA SILVA	Arma de fogo	Recife	31
ELIANE ALVES DA SILVA	Arma de fogo	Recife	32
JACI RODRIGUES DA SILVA	Arma branca	Itaiba	35
<b>Total 21</b>			

Ano –out_ 2008 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
TARCIA PEDRO DA SILVA	Outros tipos	São Lourenço da mata	34
GEIZY ROBERTO PAJEU	Arma de fogo	Recife	22
PRISCILA MARIA DE OLIVEIRA	Outros tipos	Recife	18
GLAUCIA LIMA GOMES	Arma de fogo	Recife	30
ANA MEIRY SILVA DE FRANCA	Arma de fogo	Cabo de santo Agostinho	20
CHEUDA SUELL CLAUDINO DA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	24
ROSANA MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Belém de Maria	20
SOLANGE DA SILVA ALVES	Outros tipos	Camaragibe	25
VILMA BARBOSA ALVES	Arma branca	Guaranhuns	32
ROSEANE FRANCISCA DOS SANTOS	Arma de fogo	Paulista	19
SANDRA CORREIA DE SOUZA	Arma de fogo	Paulista	37
VALDINETE IRENE MIGUEL AMORIM	Arma de fogo	Belo jardim	20
DEBORA NATALY DA SILVA	Outros tipos	Jaboatão dos Guararapes	15
MARIA BARBOZA DE FONTES	Arma branca	Gloria do Goitá	42
SELENEIDE ALVES CALIXTO SILVA	Outros tipos	São José do Belmonte	28
CINTIA MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Cabo de santo Agostinho	27
JOSELIA SOARES DE LIMA	Arma de fogo	Bom conselho	40
ROSINEIDE DA SILVA ALVES	Arma branca	Recife	34
BRUNA RAFAELLE NEGRAO DE MEDEIREOS	Arma de fogo	Recife	20
IVANIA MARCIA BARBOSA VELOSO	Arma de fogo	Caruaru	22

TANIA REGINA DA CONCEICAO	Arma de fogo	Recife	39
ANA LUCIA DA SILVA	Arma de fogo	Olinda	25
TALITA VALERIA DIAS	Arma de fogo	Recife	22

Total 23

Ano –nov_ 2008 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
ANA CAROLINA FARALDO	Arma de fogo/latrocínio	Garanhuns	33
ERIVANIA COELHO FERREIRA	Arma branca	Salgueiro	38
FABIANA MARIA DA SILVA	Arma branca	Salgueiro	18
KITERIA MARIA DA CONCEICAO	Arma branca	Serra talhada	25
JOANA MARIA SANTOS CANDIDO	Arma branca	Bodoco	52
LEIDIJANE PEREIRA DA SILVA	Arma de fogo	Paulista	28
SONIA SANTANA SOARES	Outros tipos	Garanhuns	38
VANESSA SOARES LEAL	Outros tipos	Garanhuns	11
MAELI FARIAS HENRIQUE	Arma de fogo	Garanhuns	15
JESSICA SANTOS DE FRANCA	Arma de fogo	Olinda	16
MARIA FABIANA FREIRE DE OLIVEIRA	Arma de fogo	Recife	28
NAZU THERESA BARBOSA	Outros tipos	Petrolina	84
INGRID RAIUANY ALVES DE SOUZA	Arma de fogo	Petrolina	7
ELISANDRA MARIA SOUZA DOS SANTOS	Outros tipos	São Benedito do sul	28
COSMA SEVERINA BATISTA	Outros tipos	Vitoria de santo antão	37
ELIANEIDE MARIA DA SILVA	Arma branca	Água Preta	44
GRAZIELA ARAUJO DA SILVA	Arma branca	Recife	23
GEOVANA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA	Arma de fogo	Surubim	16
SEVERINA MARIA DA CONCEICAO	Arma branca	Brejinho	63
MARIA DE LOURDES PEREIRA CAETANO	Arma branca	Afogados da ingazeira	42
AMANDA TULASI DO O	Arma de fogo	Itamaracá	19
MARILIA RIBEIRO DA SILVA	Arma de fogo	Olinda	19
LINDINALVA SERAFIM DA SILVA	Arma branca	Olinda	50
MARIA DO SOCORRO RAMOS DOS SANTOS	Arma branca	Olinda	51
CLAUDIA NASCIMENTO DE ARAUJO	Arma fogo	Pesqueira	31
OZENI DA CONCEICAO FERREIRA	Arma de fogo	Garanhuns	17

Total 26

Ano –dez_ 2008 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
IRACEMA PEREIRA DA SILVA	Arma de fogo	Bom jardim	44
THAYANE SOUZA SANTOS	Arma de fogo	Recife	13
ROSILENE MARIA CONCEICAO DOS SANTOS	Arma de fogo	Olinda	29
LUCIANA MARIA ARANHAS BEZERRA	Arma de fogo	Tamandaré	30
ARIVANDA MARIA DA CONCEICAO	Arma branca	Catende	42
TARCIANA BARBOSA DOS SANTOS	Arma branca	Recife	23

GEAZE DE LIMA FRANCA	Arma branca	Santa cruz do Capibaribe	28
JACQUELINE SILVA DOS SANTOS	Outros tipos	Paulista	27
GLEYCEANE CALDAS DE LIMA	Outros tipos	Jaboatão dos Guararapes	32
TELMA CRISTINA CAVALCANTE DA SILVA	Arma branca	Timbauba	28
JOSEFA TAMIRES LIMA DA SILVA	Arma de fogo	Manari	5
MARIA SEVERINA DA CONCEICAO	Arma branca	Recife	46
MARIA DAS DORES PEREIRA SANTOS	Arma de fogo	São Caetano	32
EDILMA SILVA DOS SANTOS	Arma de fogo	Recife	26
JOSINEIDE MARIA BEZERRA	Arma de fogo	Escada	17
SILVANIA DE MENDONCA CIRILO	Outros tipos	Goiana	31
VANUSA MARIA DE LIMA DA SILVA	Arma branca	Vitoria de santo antão	32
ROSELLI DUARTE DA SILVA	Arma de fogo	Cachoeirinha	28
AMANDA KARLA ARAUJO DE MORAES	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	23
MARIA SOLEDADE DA SILVA	Arma de fogo	Recife	57
TANIA LUIZA GAMA DA SILVA	Arma de fogo	Olinda	35
JACILENE DE LIMA	Arma de fogo	Cabo de santo Agostinho	35
MARIA BETANIA BEZERRA DA SILVA	Arma de fogo	Olinda	37
MARIA JOSE DE FREITAS ALVES	Arma de fogo	Pesqueira	42
MARIA DAS DORES BEZERRA SANTOS	Arma de fogo	São Joaquim do monte	44
MARIA DAS DORES MARTINS DA SILVA	Outros tipos	Jaqueira	42
ROSINEIDE ANTONIA DOMINGOS	Outros tipos	Olinda	17
JOSILENE MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Moreno	17
VALQUIRIA BERNARDO DA SILVA	Arma branca	Tupanatinga	N informado
LUCILENE MARIA DOS SANTOS	Outros tipos	Calumbi	28
DAMIANA MARIA DA SILVA	Arma branca	Custodia	16
JOSEFA MARIA DA CONCEICAO	Outros tipos	Ipojuca	98
<b>Total 32</b>			

Ano –jan_ 2009 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
MARIA LEONICE SILVA BARBOSA	Outros tipos de objetos	Caruaru	36
MERY MARIA DOS SANTOS	Outros tipos	Cabo de santo Agostinho	49
FERNANDA TENORIO CARNEIRO	Arma branca	Tupanatinga	50
JACILENE DOS SANTOS JUSTINO	Outros tipos	Olinda	20
NADJA PATRICIA PESSOA	Arma de fogo	Cabo de santo Agostinho	32
SEVERINA JOSEFA DA HORA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	81
VANESSA CARLA MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	28
VILMA LUCIA DA SILVA	Arma branca	Catende	32

HAVANA VIEIRA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	15
NARA CATARINA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	16
MARIA DO SOCORRO SILVA	Arma de fogo	Recife	51
NANCI FRANCISCA DE SANTANA	Arma de fogo	Recife	29
AURINEIDE MARIA DE SOUZA	Outros tipos	Petrolina	36
JACI DE SOUZA	Arma de fogo	Serra talhada	31
JESSICA PATRICIA BEZERRA DE OLIVEIRA	Outros tipos	Toritama	17
PRISCILA DE LUNA ALVES	Arma de fogo	Recife	20
DANIELE JULIA DA CONCEICAO NASCIMENTO	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	23
JOANA DARC BATISTA DE SOUSA	Outros tipos	São Lourenço da mata	52
ADELINA JOSEFA DA CONCEICAO	Arma branca	Carnaubeira da Penha	65
CATARINA HELENA DE OLIVEIRA COSTA	Arma de fogo	Paulista	19
DIONE DIAS DE LIRA	Arma de fogo	Itaiba	16
JANE CORREIA DA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	36
MARIA EDUARDA MONTEIRO	Outros tipos/lesões corporais	Jaboatão dos Guararapes	4
TELMA CUNHA DA SILVA	Arma de fogo	Moreno	35
IVANICE GALDINO ANDRADE	Arma de fogo	Olinda	23
SIMONE ALVES DA SILVA	Arma de fogo	Recife	34
AUCIDEZIA MARIA DE OLIVEIRA	Arma de fogo	São Lourenço da mata	35
MIRTIS MARIA DA ANUNCIAÇÃO SILVA	Outros tipos	Paulista	62
CINTHYA LOURENCO DA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	23
VERINALVA GOMES DA SILVA	Arma de fogo	Vitoria de santo antão	32
CLECIA MARIA DE SOUZA	Arma de fogo	Ibimirim	18
EDJANE MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Palmares	24
<b>Total 32</b>			

Ano -fev_ 2009 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
FLAVIA GIZELLE VITAL DA SILVA	Arma de fogo	Tamandaré	28
MARIA BEATRIZ GOMES DA SILVA	Arma de fogo	Cabo de santo Agostinho	38
ROSILEIDE AZEVEDO DINIZ	Outros tipos	Igarassu	21
CARLA DANIELA GONCALVES	Arma de fogo	Parnamirim	19
WANILDA ARAUJO VITORINO	Arma de fogo/latrocínio	Recife	30
MICHELE COSTA VIEIRA	Arma de fogo	Olinda	19
ROSELIA MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Brejo da madre de deus	39
MARIA DE FATIMA BATISTA DE LIMA	Outros tipos	Itamacará	44
RIVANEIDE EPIFANIO DE MELO	Arma branca	Recife	32
EDMARA LIMA DOS SANTOS	Arma branca	Araripina	19
ELINEUZA CAETANO DA SILVA	Arma branca	Recife	53
MAGDALA GOMES	Arma branca	Caruaru	17
SELMA PACHECO DA SILVA	Arma de fogo	Recife	42
ANA CLAUDIA DE MENDONCA	Arma de fogo	Recife	23
MARIA AUXILIADORA SAMPAIO ALVES	Outros tipos	Recife	42
NAIARA DA SILVA DELMONDES	Arma de fogo	Trindade	7

Total 16

Ano –mar_ 2009 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
ALDA MARIA MENDES	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	32
MARIA CONSTANCIA FILHA	Arma de fogo	Calumbi	57
MARTA MONICA SANTOS DA SILVA	Arma de fogo	Recife	44
STEFANY ESTELA DOS SANTOS COSTA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	16
ADRIANA FERREIRA DA SILVA	Arma de fogo	Bodocó	18
LIDIANE CLAUDIA FERREIRA SILVA	Arma branca	Sanharó	16
MARIA DAS NEVES BARBOSA	Arma de fogo	Garanhuns	39
ROZANE VALERIA DOS SANTOS	Arma de fogo	Recife	31
CRISTIANE PORFIRIO DA SILVA	Arma de fogo	Sirinhaem	29
DILZA MARIA ROQUE	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	22
MARIA PATRICIA DA SILVA	Arma branca	Vitoria de santo antão	18
MARIA LUCIA DOS SANTOS	Outros tipos	Bonito	27
SUELI DE LIRA BARBOSA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	28
ANGELA MARIA OLIVEIRA NASCIMENTO	Arma branca	Riacho das almas	48
JOSETE RODRIGUES DE SOUZA	Arma de fogo	Santa cruz	32
MARIA DAS DORES	Arma branca	Salgueiro	N informado
MARIA AUXILIADORA DA SILVA	Arma de fogo	Belém de Maria	68
MARIA JOSE DA SIILVA	Arma branca	Igarassu	19
MARIA ANALIA DOS SANTOS	Outros tipos	Brejo da madre de deus	72
EDILZA MIRELA DE ARAUJO SOARES	Arma de fogo	Timabauba	17
LARISSA URSULINO RODRIGUES DOS SANTOS	Arma de fogo	Recife	16
LUCILENE BATISTA RIBEIRO	Outros tipos	Paulista	23
EDIVANIA MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	29
ANA CRISTINA BRAZ DO NASCIMENTO	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	30
ELAYNE NAYALA DE LIMA	Arma branca	Recife	26
CRISLANE MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Caruaru	36
ELIZANGELA MARIA DA SILVA	Outros tipos	Itamaracá	34
CIDA MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Gravatá	35
EDIJANE MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Cabo de santo Agostinho	27
MARCIA MARIA LEAL	Arma de fogo	Recife	28
MARIA DE FATIMA FERREIRA BERNARDO	Arma branca	Belo jardim	25
MARIA ONETE BEZERRA DO NASCIMENTO	Arma branca	Santa Maria da boa vista	43
JEOVANA ANTONIA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	37
CHARLENE BARROS FERREIRA	Arma de fogo	Araripina	27
JESSICA PEREIRA DO CARMO	Arma de fogo	Recife	17
<b>Total 35</b>			

Ano –abr_ 2009 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
NEUZA GOMES SILVA	Arma de fogo	Lagoa do Carro	31
CRISTIANE BARBOSA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	18
GERDA MARIA DE OLIVEIRA SILVA	Arma branca	Limoeiro	36
VANUSA MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Cabo de santo Agostinho	26
DEISEANE LOURENCO DE PAULA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	23
ROSELMA ANTAO DE FREITAS	Outros tipos	Caruaru	30
JACILENE VIRGINIA BARROS	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	16
LINDINEIA DA CONCEICAO SILVA	Arma de fogo	Arcoverde	23
SILVANA MARIA ARAUJO DA SILVA	Arma de fogo	Escada	15
MARIA FRANCELINA DOS SANTOS	Outros tipos	Escada	40
MARIA DA CONCEICAO FARIAS DO MONTE	Arma branca	Olinda	25
GLECYCE RODRIGUES DA SILVA	Arma de fogo	Recife	16
JESSICA CARLA CARNEIRO DA SILVA	Arma de fogo	Gameleira	14
SILVANA MONTEIRO	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	33
JAQUELINE SOARES DOS SANTOS	Arma de fogo	Manari	22
MARIA LUCIA PEREIRA	Arma de fogo	Araripina	40
EDVANIA GOMES DA SILVA	Outros tipos	Limoeiro	28
MATILDE OLIVEIRA DO NASCIMENTO	Arma branca	Pedra	62
RIZETE EUGENIA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	56
ROSILENE CARVALHO DA SILVA	Arma de fogo	Recife	48
DEBORA DOS SANTOS LOPES	Arma branca	Jaboatão dos Guararapes	19
<b>Total 21</b>			

Ano –mai_ 2009 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
LUCIA CARLOS DE ASSIS	Arma de fogo	Gravatá	50
MARIA JULIETE NEIDE DE MELO	Arma branca	Sertania	19
SAMARA MARIA ROCHA MELO	Arma de fogo	Itaiba	18
GEOVANA MARIA DE LIMA SILVA	Arma de fogo	Brejo da madre de deus	36
MARIA HELENA DOS SANTOS MORAES	Arma de fogo	Santa cruz do Capibaribe	56
AVILA NAYARA ALVES DO NASCIMENTO	Outros tipos	Cabrobó	N infomada
MARIA JOSE DE SOUZA	Arma branca	Gloria do goitá	38
SUZANA RAMOS DA SILVA	Arma de fogo	Recife	31
MICHELLINE ORQUISA DE ARAUJO	Arma de fogo	Garanhuns	36
CILENE PAULIAN DA SILVA	Arma branca	Vitoria de santo antão	37
CRISTIANE VIANA DE ANDRADE	Arma branca	Recife	28
MARIA CECILIA SANTOS FERREIRA	Arma de fogo	Camaragibe	22
MARIA DE FATIMA VIEIRA FRANCISCO	Arma de fogo	Goiana	29
MARIA DAS NEVES DA CONCEICAO	Arma de fogo	Limoeiro	46
LARICIA ALEXANDRE DOS SANTOS SILVA	Arma branca	Paulista	35

MARIA DE FATIMA DA CUNHA	Arma branca	Escada	23
ROSICLEIDE HENRIQUE DA SILVA	Arma de fogo	Recife	22
MARIA APARECIDA DE MOURA	Arma de fogo	Arcoverde	41
ELLEN MIRELLA SENA DA COSTA	Arma de fogo	Recife	19
MARIA CICERA DA CONCEICAO	Arma de fogo	Escada	69
<b>Total 20</b>			
<b>Ano –jun_ 2009 – homicídios</b>			
<b>Nome</b>	<b>Arma utilizada</b>	<b>Município</b>	<b>Idade</b>
MARGARIDA BARBOSA DA SILVA	Arma branca	Limoeiro	35
SEVERINA TORRES DA SILVA VILELA	Outros tipos	Igarassu	78
SUELENE MARIA DA CONCEICAO	Arma de fogo	Palmares	28
SELMA GALDINO DA SILVA	Arma branca	Caruaru	40
MARIA DE FATIMA DA SILVA SENA	Outros tipos	Recife	47
ANA QUEITE DOS SANTOS	Arma branca	Vitoria de santo antão	19
RITA MARIA DA SILVA PRADO	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	52
ADRIANA MARIA FERREIRA DA SILVA	Arma de fogo	Cabo de santo Agostinho	27
JUVINA RODRIGUES GODE	Outros tipos	Afogados da ingazeira	80
IRIS DA SILVA MIRANDA	Arma de fogo	Recife	25
TATIANE GOUVEIA DOS SANTOS	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	21
MARIA MARCIA RODRIGUES OLIVEIRA DA SILVA	Arma de fogo	Camaragibe	31
ESPEDITA PEREIRA DE SOUZA	Arma branca	Petrolina	46
GRACILENE SANTIAGO DOS SANTOS	Arma de fogo	Tracunhaem	30
<b>Total 14</b>			

<b>Ano –jul_ 2009 – homicídios</b>			
<b>Nome</b>	<b>Arma utilizada</b>	<b>Município</b>	<b>Idade</b>
ANTONIA BENICIO COELHO	Arma branca	Araripina	48
LUCIDALVA BARBOSA MARIZ	Arma de fogo	Recife	42
SANDRA MARIA DE OLIVEIRA	Arma branca	Verdejante	29
CHRISTIANE FERREIRA ESTIMA	Arma branca	Palmares	45
JOSIANE LIMA DE SOUZA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	36
FRANCISCA DE JESUS GOMES ALVES	Arma de fogo	Ouricuri	N informado
SANDRA MARIA DIAS SANTOS	Arma branca	Carpina	39
MARIA ELILUCIA FERREIRA SILVA	Arma de fogo	Araripina	44
MARIA SILVANIA DE OLIVEIRA MACIEL	Arma de fogo	Garanhuns	23
ROSELIA NEVES DA SILVA	Arma branca	Sairé	25
CLEONICE RIBEIRO DE CARVALHO	Arma de fogo	Recife	55
MARIA LUZIARIA DE SOUZA	Arma de fogo	Recife	42
RENATA CADETE GOMES DA SILVA	Arma de fogo	Belo jardim	27
MARILIA FERREIRA DA SILVA	Outros tipos	Jaboatão dos Guararapes	22
INGRID FERNANDES DA SILVA	Outros tipos	Petrolina	2
JAQUELINE DE ALMEIDA ALVES	Arma de fogo	Camaragibe	17

JESSICA HENRIQUE DE LIMA CAMPELO	Arma de fogo	Guaranhuns	20
JOANA DARC FERREIRA PONTES	Arma branca	Paulista	37
JOSILDA FRANCISCA DA SILVA	Outros tipos	Recife	51
MARIA DA CONCEICAO JOSE DA HORA	Arma de fogo	Recife	28
THALLYTA EMANUELY FERREIRA LINS	Arma de fogo	Recife	12
MARIA ANTONIA DA CONCEICAO	Outros tipos	Tabira	82
MARIA EDJANE DE LIMA	Arma branca	São bento do Una	29
DANIELA VIEIRA DA SILVA	Arma de fogo	Santa cruz do Capibaribe	14
POLIANA CONCEICAO BARBOSA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	17
MARIA DAS GRACAS DE CARVALHO	Arma de fogo	Petrolina	39
JANAINA ALVES BEZERRA DE SANTANA	Arma de fogo	Recife	30
JESSICA CEZAR DA SILVA	Arma de fogo	Recife	16
LUZIMAR MATOS GOMES	Arma de fogo	Ouricuri	20
MAIARA FRANCISCA DE OLIVEIRA	Arma de fogo	Jaboatão	16
ALAIS LIMA DA SILVA	Outros tipos	Olinda	14
KARINA LIGIA CRUZ AMORIM	Arma de fogo	Igarassu	40
<b>Total 32</b>			

Ano -ago_ 2009 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
AMARA MARIA QUIRINO	Outros tipos	Palmares	56
MARIA BETANIA DE SOUZA	Arma branca	Goiana	28
ANDREA KARLA DE FRANCA	Arma branca	Recife	42
GLAUCIA LAURENTINO DO NASCIMENTO	Arma de fogo	Olinda	28
JEYSA DE JESUS OLIVEIRA	Arma de fogo	Petrolina	25
JOSICLEIDE BATISTA DE PADUA	Arma de fogo	Ibimirim	N informado
MICHELE DA SILVA NOIA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	23
DANIELY SUANY DA SILVA	Arma de fogo	Recife	25
ELIANE DE SOUZA DA SILVA	Arma de fogo	Paudalho	25
FABIOLA MATIAS DOS SANTOS	Outros tipos	Caruaru	22
ISADORA PATRICIA CAMILO DE MELO	Arma branca	Venturosa	15
MARIA DE SOUZA	Arma branca	Cabo de santo Agostinho	25
SILVANIA RODRIGUES DA COSTA	Outros tipos	Moreno	21
MARIA CRISTIANI DA SILVA	Arma branca	Ribeirão	28
CLECIA TAVARES DA SILVA	Arma de fogo	Brejo da madre de deus	23
LAUDICEIA FERREIRA BARBOSA	Arma de fogo	Olinda	22
MAURINETE DE MIRANDA	Outros tipos	Recife	45
DAMIANA VIEIRA DOS SANTOS	Arma de fogo	Pedra	46
PRISCILA LUIZA DOS SANTOS	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	99
ROSILDA MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Cupira	37
ANA CELIA PEREIRA DA SILVA	Arma branca	Olinda	38

ANA PAULA MARIA RODRIGUES	Arma de fogo	Recife	34
<b>Total 22</b>			

Ano –set_ 2009 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
PAULA LIMA DE CARVALHO	Arma de fogo	Brejo da madre de deus	17
ANDRELINA FIRMINO DO ESPIRITO SANTO	Outros tipos	Quixaba	69
ADILEUZA DO NASCIMENTO DA SILVA	Arma de fogo	Buique	28
ELAINE MICHELINE ROQUE	Arma de fogo	Brejo da madre de deus	22
MONICA ALVES DE LIMA	Arma branca	Limoeiro	33
JOSELIA SANTOS DA SILVA	Arma de fogo	Olinda	50
ROSILENE DA CONCEICAO DOS SANTOS	Arma branca	Petrolina	15
ANA PAULA DA SILVA	Arma de fogo	Olinda	16
DENISE FERREIRA DOS SANTOS	Arma de fogo	Recife	83
MARIA AMELIA MARQUES DE SOUZA	Arma branca	São Jose do Egito	20
ADRIANA ALEXANDRE DA SILVA	Arma branca	Brejo da madre de deus	20
ROBERLA LIMA DA SILVA	Arma de fogo	Buique	32
JULIA MARIA DA SILVA	Outros tipos	Caetés	64
MAURICEIA MARIA CAITANO	Outros tipos	Gravata	38
ANA CARLA DA SILVA	Arma de fogo	Olinda	22
GISELE ELOISA DA SILVA CAMARGO	Outros tipos	Santa cruz da baixa verde	26
DEYSE CLARA SILVA FRANCA	Arma de fogo	Recife	24
ROSILENE BOTELHO DE FRANCA	Arma de fogo	Paulista	26
ANA GLEICE DE OLIVEIRA SILVA	Arma branca	Recife	23
FRANCISCA GERALDA DE JESUS ARAUJO	Arma de fogo	Santa cruz	51
MARIA DO CARMO DA SILVA SANTOS	Arma de fogo/latrocínio	Jaboatão dos Guararapes	40
<b>Total 21</b>			

Ano –out_ 2009 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
MARIA JOSE FERREIRA GOMES	Outros tipos	Jaboatão dos Guararapes	30
MARIA JOSE OLIVEIRA SOUZA	Arma branca	São Jose da coroa grande	40
ANNE KELLY SILVA DE SENA	Arma de fogo	Goiana	30
JACIARA PEREIRA DE LIMA	Arma de fogo	Olinda	33
CLAUDIANE LOPES DA SILVA	Arma de fogo	Paulista	20
CLEONILDA PORFIRIO DE ARAUJO	Outros tipos	Buique	36
BRENA SEVERINA DA SILVA	Arma branca	Ipojuca	20
ANDREIA MARIA LUCAS SIQUEIRA	Arma de fogo	Afogados da ingazeira	39
WILLIANY ROBERTA MIRANDA GUIMARAES	Arma de fogo	Pesqueira	24
BENILZA BETHY NASCIMENTO OLIVEIRA	Arma branca	Igarassu	23

CRISTIANE MARIA DA SILVA	Outros tipos	Jaboatão dos Guararapes	25
JAKELINE CRISTINE DE SOUZA	Arma branca	Recife	N informada
LUANA PRISCILA BATISTA LEAO	Arma de fogo/latrocínio	Paulista	18
JOSILENE JACY DE OLIVEIRA	Arma de fogo	Recife	32
CARLA VANESSA TOME DA SILVA	Arma branca	Cabo de santo Agostinho	20
LINDOMAR MENDES DE LIMA	Arma de fogo	Petrolina	41
ANA PATRICIA PEREIRA	Arma de fogo	Jaboatão do Guararapes	33
ERIVANIA MARIA DA SILVA	Arma branca	Santa Maria do cambucá	14
JOSINEIDE FERREIRA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	24
MARIA DO SOCORRO FREITAS	Arma branca	Gloria do goitá	51
NAYARA FRANCA LIMA	Arma de fogo	Serra talhada	25
MIRIMARCIA FRANCISCA DE FARIAS	Arma de fogo	Recife	17
INGRID ALVES DA SILVA	Arma de fogo	Serra talhada	N informado
SUELY SOUZA NOIA	Arma de fogo	Recife	41
EVA FRANCISCA DA SILVA	Arma de fogo	Petrolina	35
JOSIELE ALVES SALUSTIANO	Arma de fogo	Recife	19
SANDRA MARIA DOS SANTOS	Arma de fogo	Vitoria de santo antão	N informado
RISOLDA NEVES DE ARAUJO	Arma de fogo	Recife	22
JAILMA DE SOUZA SANTOS	Outros tipos	Santa Maria da boa vista	24

Total 29

Ano –nov_ 2009 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
CRISTIANE CARLA DOMINGOS RAMOS	Arma branca	Recife	24
ROSINEIDE DE BARROS SILVA	Arma de fogo	Recife	17
EDNEYDE MARIA DE SOUZA	Arma de fogo	Recife	32
FRANCISCA NEIDE LUNA DOS SANTOS	Arma branca	Petrolina	43
MARIA APARECIDA DIAS DE MELO	Arma de fogo	Venturosa	30
ADEILDA SALVIANO DO NASCIMENTO BARBOSA	Arma de fogo	Igarassu	34
RAFAELA MARIA DOS SANTOS	Outros tipos	Cabo de santo Agostinho	21
LUANA BEZERRA DA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	15
MARIA ANTONIA DA SILVA	Outros tipos	Carnaubeira da Penha	61
ALCIONE ALVES PEDROSA	Arma de fogo	Recife	23
CLAUDIA ALEXANDRA DE OLIVEIRA	Arma de fogo	Pesqueira	25
IRIS RODRIGUES DOS SANTOS	Arma de fogo	Olinda	32
RAQUEL MARIA DA CUNHA	Arma de fogo	Bezerros	16
MARIA NIVALDA DA SILVA	Arma de fogo	Ibimirim	27
MARLI GALDINO DA SILVA	Arma branca	São Jose da coroa grande	40
JAINARA GOMES DA SILVA	Arma de fogo	Olinda	16
MARIA DE LOURDES DA SILVA	Arma de fogo	Recife	20
SIMONE CABRAL DO NASCIMENTO	Arma branca	Jaboatão dos Guararapes	26

JEANE EVA DA SILVA	Arma de fogo/latrocínio	Manari	13
RAYSHA ARRUDA GOMES DOS REIS	Arma de fogo	Surubim	22
GIRLEIDE MARIA BARROS DE FREITAS	Arma de fogo	Escada	22
LUNA GOMES CAROLINO	Arma de fogo	Camaragibe	20
ADRIANA LAURENTINO DA SILVA	Outros tipos	Vitoria de santo antão	8
MARIA DAS DORES DA SILVA	Arma branca	Belo jardim	38
SHEILA CARLA DE BRITO	Arma de fogo	Recife	30

Total 25

Ano –dez_ 2009 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
NATALIA GABRIELA DA SILVA	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	16
GEANE FERREIRA DOS SANTOS	Arma de fogo	Cabo de santo Agostinho	24
AMARA DOS SANTOS BEZERRA	Arma de fogo	Olinda	66
JULIA MARIA DOS SANTOS	Arma branca	Petrolina	63
SILVANIA DA SILVA	Outros tipos	Escada	28
EDINEIDE MARIA DE OLIVEIRA	Outros tipos	Recife	20
MARIA JOSE MENDES DA SILVA	Arma de fogo	Toritama	29
ANNA DE NAZARETH RODRIGUES DE SOUZA	Outros tipos	Jaboatão dos Guararapes	35
CRISMA FARIAS SILVA	Arma de fogo	Recife	19
NEUZA VICENTE DA SILVA	Arma de fogo	Itapissuma	62
DANNIELE CRISTINE DE SOUZA	Outros tipos	Cabrobó	26
JOANA BARBOSA	Arma de fogo	Recife	30
IDAIA NE OLIVEIRA DA SILVA	Arma de fogo	Petrolina	19
JOSILANE JOSE DA SILVA	Arma de fogo	Ibimirim	25
LUCIFLAVIA DE MELO	Outros tipos	Recife	30
HELENITA FARIAS BANDIM	Outros tipos/latrocínio	Jaboatão dos Guararapes	75
EDLEUZA GOMES DOS SANTOS	Arma de fogo	Santa Maria da boa vista	29
ELILDE CAETANO ALVES	Arma de fogo	Olinda	45
GRACIETE MARIA DOS SANTOS	Arma branca	Palmares	34
MARIA SONIA DA SILVA	Arma de fogo	Recife	31
MARIA JOSE SILVA DO NASCIMENTO	Arma de fogo	Paudalho	24
ANDREZA BEZERRA DE FREITAS	Arma de fogo	Recife	18
EDINEIDE BEZERRA DA SILVA	Arma de fogo	Sertania	28
POLICLEIA MARIA DA SILVA	Outros tipos	Palmares	24

Total 24

Ano –jan_ 2010 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
LUZIA BATISTA FERREIRA	Outros tipos	Itapetim	38
ILDA PEREIRA MACHADO	Outros tipos	Arcoverde	39
LIDIA MENDES TOBIAS SEIXAS	Outros tipos	Recife	23
IVONEIDE MARIA DA SILVA	Arma de fogo	Escada	22
ARLETE MARIA DA SILVA	Outros tipos	Cabo de santo Agostinho	30
ZULEIDE NASCIMENTO PESSOA	Arma de fogo	Igarassu	25

JOANA CATHARINE CASTRO NASCIMENTO	Arma de fogo	Olinda	25
FABIANA MELO DE SOUZA	Arma de fogo	Recife	28
EUNICE JULIAO DE LIMA	Outros tipos	Águas belas	N informado
NATALY FERNANDA DA SILVA DORNELES	Arma de fogo	Não informado	16
AMARA ANGELITA DA CONCEICAO	Arma branca	Lagoa do itaenga	40
ADRIANA DE OIVEIRA SANTOS	Arma de fogo	Recife	32
KALLYANE DO NASCIMENTO BOTELHO	Arma de fogo	Olinda	17
ANA CLAUDIA BARBOSA DAS VIRGENS	Arma branca	Pesqueira	22
ANA CLEA DA SILVA	Arma branca	Ipojuca	23
ROSICLEIDE DA SILVA SANTANA	Arma de fogo	Vitoria de santo antão	18
ANDIARA DO NASCIMENTO FRANCISCO	Outros tipos	Jaboatão dos Guararapes	41
<b>Total 17</b>			

Ano –fev_ 2010 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
MARIA JOSE LIMA DA SILVA	Arma de fogo	Olinda	66
ZULEIDE RODRIGUES DA SILVA	Arma branca	Feira nova	39
ADRIANA NASCIMENTO DOS SANTOS	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	21
MARCIA VIRGINIA FERREIRA DA SILVA	Arma branca	Paulista	28
MARIA LIDIANE DA SILVA	Arma de fogo	Vitoria de santo antão	18
JENNIFER MARION NADJA KLOKER	Arma de fogo	São Lourenço da mata	22
CILANE MARIA SILVINO	Outros tipos	Jaboatão dos Guararapes	25
MARINA MARIA DO NASCIMENTO	Arma de fogo	Jaboatão dos Guararapes	34
TACIANA PEREIRA DE BRITO	Arma de fogo	Recife	32
MARIA DE LOURDES DA SILVA OLIVEIRA	Arma de fogo	Recife	66
ALDACY MARIA DA SILVA	Arma branca	Maraial	42
<b>Total 11</b>			

Ano –mar_ 2010 – homicídios			
Nome	Arma utilizada	Município	Idade
KARINA APARECIDA CARVALHO DE SA BARRETO	Arma de fogo	Recife	22
MARIA DE LOURDES DOS SANTOS	Arma de fogo	Caetés	51
<b>Total 2</b>			

Fonte: **Sistema Infopol atualização.**

Consulta feita até o dia 04 de março de 2010.

JEÍZA DAS CHAGAS SARAIVA

**“O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DA VIDA DAS MULHERES QUE SOFRERAM  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO RECIFE”.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

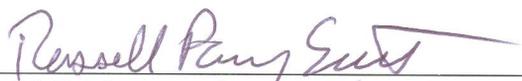
Aprovada em: 31/05/2010.

**BANCA EXAMINADORA**



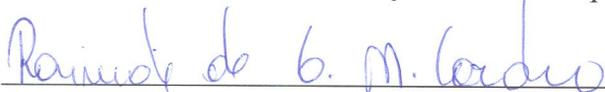
---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lady Selma Ferreira Albernaz (Orientadora)  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE



---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Russel Parry Scott (Examinador Titular Interno)  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE



---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro (Examinadora Titular Externa)  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia-UFPE